

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

JUDIT CAMILO DOS SANTOS

FAMÍLIA, PARENTESCO E POLÍTICA

**Um estudo da implantação do Programa Bolsa Família em um município do
Vale do Ribeira (PR)**

CURITIBA

2007

JUDIT CAMILO DOS SANTOS

FAMÍLIA, PARENTESCO E POLÍTICA

Um estudo da implantação do Programa Bolsa Família em um município do
Vale do Ribeira (PR)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da
Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial para a
obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ciméa Barbato Bevilaqua

Curitiba

2007

A Emanuel, amigo sempre presente

À minha mãe, excelência em motivação

A Ozeias, Isabela e Mateus, amados

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste estudo. Eu quero agradecer aos moradores de Colina D'Água, pois com relatos das suas vidas e da história local, me forneceram os dados etnográficos para esta pesquisa. Quero agradecer particularmente ao Sr. João Batista e família e à Bárbara Rocha pela hospitalidade afetuosa; ao Sr. Nelson Machado, Sr. João Ramos, Carla, Daniela, Elaine e os familiares destes, pelo tempo dedicado às questões da pesquisadora. Aos vereadores e à prefeitura deste município, agradeço por contribuírem de forma direta no processo da pesquisa, com informações e apoio operacional.

Neste processo, a amizade e o apoio dos amigos Jô e Marcos, Maurício e Sueli, Amós e Beth, Izabel L., Vanessa, Clair, Vera e Leuzi, nos momentos em que estive “aqui e lá” foram extremamente importantes. À Nilza, agradeço a leitura do texto e sua contribuição com considerações para maior clareza do conteúdo.

A pesquisa não teria se realizado sem o apoio institucional e financeiro do PPGAS/UFPR. Agradeço às professoras Sandra Stoll, Christine Chaves, Selma Baptista, Liliana Porto, Edilene Lima, Ciméa Bevilaqua e ao professor Klaas Woortman que, em aula, contribuíram com a reflexão presente nesta dissertação. As considerações da prof^a Christine Chaves e do prof. Ricardo Cid Fernandes na Banca de Qualificação, enriqueceram e aprofundaram a análise deste estudo. Agradeço ao professor Antônio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ) e à professora Christine Alencar Chaves (UFPR) pelas críticas valiosas e sugestões fundamentais na Banca de Defesa desta Dissertação.

Agradeço também ao PPGAS/SCHLA/UFPR pela Licença para Estudo, isso possibilitou o meu afastamento do trabalho técnico e uma dedicação exclusiva ao mestrado. Antes dessa licença, a professora Sandra Stoll fez-se presente com apoio e sensibilidade e Andrade, auxiliou-me em momentos tranquilos e outros conflituosos. Ao prof. Carlos Balhana e Eliane Rocha, agradeço o apoio e carinho.

Nesta trajetória, de aprofundamento da compreensão da dinâmica social, a professora Ciméa Bevilaqua, com dedicação extrema e maestria, orientou plenamente na construção dessa dissertação. Assim, nesta produção antropológica, o “nós” presente no texto não é mera retórica. E isso não retira a minha responsabilidade pelo estudo.

Só se conserva a autoridade sobre sua tribo e sua aldeia, e até mesmo sobre sua família, mantendo mesmo sua posição entre os chefes – nacional e internacionalmente – se provar que é tomado e favorecido pelos espíritos e pela fortuna, que é possuído por ela e que a possui, sendo a única forma de provar essa fortuna gastando-a, distribuindo-a (Mauss, 1974: 105).

É papel do chefe ser generoso e dar tudo o que lhe pedem: em algumas tribos indígenas, pode-se sempre reconhecer o chefe porque ele possui menos que os outros e traz os ornamentos mais miseráveis. O resto foi-se em presentes (Clastres, 2003: 48).

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
LISTA DE SIGLAS	8
RESUMO	9
ABSTRACT	10
RESUMÉ.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	20
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA SÍNTESE.....	20
1.1 A emergência da política de renda mínima no Brasil	22
1.2 O Programa Bolsa Família	27
CAPÍTULO II.....	39
COLINA D'ÁGUA: UMA APROXIMAÇÃO AO CONTEXTO ETNOGRÁFICO....	39
2.1 A história local e a percepção de “isolamento”	41
2.2 As transformações recentes na dinâmica econômica local	46
2.3 Conflituosidade política e redes de parentesco: a história de uma cassação.....	48
CAPÍTULO III	59
O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM COLINA D'ÁGUA.....	59
3.1 O Departamento de Ação Social (DAS): laços políticos e redes de parentesco.....	60
3.2 Atos e conflitos do cotidiano do Departamento de Ação Social	70
3.3 O Cadastramento Único	82
CAPÍTULO IV	94
OS BAIRROS RURAIS.....	94
4.1 O Bairro (dos) Machado: o parentesco como linguagem do social	103
CAPÍTULO V	118
A POLÍTICA LOCAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	118
5.1 A interdependência entre os poderes executivo e legislativo em Colina D'Água: alinhamentos e oposições	121
5.2 Mediação Política: a lógica da política e o Bolsa Família em Colina D'Água	128
CONCLUSÃO.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	144
ANEXO.....	150
Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal	150

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama de Parentesco 1. Rede de parentesco do atual prefeito de Colina D'Água....	55
Diagrama de Parentesco 2. Rede de parentesco da coordenadora do Programa Bolsa Família na prefeitura de Colina D'Água.	66
Diagrama de Parentesco 3. Rede familiar da recepcionista do DAS na prefeitura	67
Diagrama de Parentesco 4. Família Machado no núcleo	107
Figura 1. Esboço do Departamento de Ação Social	60
Figura 2. Representação do 'núcleo' do bairro Machado	104
Organograma 1. Departamentos da prefeitura de Colina D'Água	56
Organograma 2. Quadro de posições do Departamento de Ação Social (1).....	61
Organograma 3. Quadro de posições do Departamento (2).....	62
Organograma 4. Quadro de posições do Departamento (3).....	64
Tabela 1. Financiamento dos Programas de Renda Mínima pelo Governo Federal de 2002 a 2006.....	35
Tabela 2. Total de Famílias Beneficiárias da Renda Mínima no Brasil (2006)	36
Tabela 3. Total de Famílias Beneficiárias da Renda Mínima no Paraná (2006).....	36
Tabela 4. Total de Famílias Beneficiárias da Renda Mínima em Colina D'Água/PR (2006).....	36
Tabela 5. Total de Famílias Beneficiárias da Renda Mínima em Colina D'Água nos anos 2005 e 2006.....	74
Tabela 6. Configuração de 28 grupos domésticos inclusos no Programa Bolsa Família em Colina D'Água.....	88
Quadro 1. Mudança na hierarquia entre duas funcionárias do DAS desde 2004.	78
Quadro 2. Bairros oficiais em Colina D'Água	95
Quadro 3. Bairros-Regiões e Localidades em Colina D'Água	96
Quadro 4. Resultados Eleitorais em Colina D'Água de 1992 a 2004.....	122

LISTA DE SIGLAS

Cadastramento Único	(CadU)
Caixa Econômica Federal	(CEF)
Departamento Municipal de Ação Social	(DAS)
Fundação Getúlio Vargas	(FGV)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	(IBGE)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	(IPEA)
Ministério da Saúde	(MS)
Ministério de Educação e Cultura	(MEC)
Ministério de Minas e Energia	(MME)
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	(MDS)
Ministério da Integração Nacional	(MIN)
Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar	(PNAD)
Programa Auxílio Gás	(PAG)
Programa Bolsa Alimentação	(PBA)
Programa Bolsa Escola	(PBE)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	(PETI)
Programa de Transferência de Renda Mínima Bolsa Família	(PBF)
Programa Fome Zero	(PFZ)
Programa Nacional de Acesso a Alimentação	(PNAA)
Relação Anual de Informações Sociais	(RAIS)
Secretaria de Estado e Assistência Social	(SEAS)
Secretaria Nacional de Renda e Cidadania	(SENARC)
Unidade de Saúde	(US)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender, a partir de pesquisa etnográfica, os mecanismos sociais engendrados com a implantação do programa federal Bolsa Família num pequeno município do Vale do Ribeira (PR). No processo de implantação desse programa houve, no órgão municipal responsável por sua operacionalização, o aumento de funções, o deslocamento de atribuições e hierarquias, e a inserção de novas funcionárias. Nas famílias beneficiárias, o *benefício*, exterior às relações de trabalho, foi imbuído de um significado particular e direcionado às necessidades infantis. No contexto etnográfico, a linguagem do parentesco permite conectar várias dimensões da vida e tende a englobar as relações econômicas e políticas, bem como sustenta as noções morais. A concepção de família é experienciada de múltiplas formas e fornece o modelo para o bairro rural em relação aos demais bairros e para o próprio município em relação aos municípios limítrofes. Com isso, as famílias criticam os critérios definidos pelo governo federal para a inclusão do segmento potencialmente beneficiário no Bolsa Família bem como a concepção de família implícita nesse programa.

Palavras chave: Bolsa Família, Administração Pública, Bairros Rurais, Parentesco, Família, Política.

ABSTRACT

The aim of this essay is to start from ethnography research in order the social system created with the implantation of the federal programme *Bolsa-Família* (family grant programme) in a small city in Vale do Ribeira (PR). In the process of implantation of this programme, there was an increase of functions, changes of attributions and hierarchy in the responsible units, as well as the insertion of new employees. In the assisted families, the profit apart from work relations has a particular meaning and focus childish necessities. In the ethnographic context, the intra-family language can connect several aspects of life and tend to include the economical and political relations and, also, the moral ideas. The concept of family is understood in many ways and it creates a pattern for the relationship between rural neighbourhood and other neighbourhood, as well as the relations between cities and neighbour cities. As a result, the families discuss the definit criteria by the Federal government to include possible families in the *Bolsa-Família* and also discuss the concept of family inserted in this programme.

Wordkeys: *Bolsa-Família*, Public Administration, Rural Neighbourhood, Relatives, Family, Politics.

RESUMÉ

Le but de ce mémoire, c'est comprendre, à partir de la recherche ethnographiques, les mécanismes sociaux créés à travers l'établissement du programme fédéral *Bolsa-Família* (plan de financement familial) dans une petite ville du Vale do Ribeira (PR). Pendant le processus d'implantation de ce programme, il y a eu, dans le bureau municipal responsable pour son accomplissement, une argumentation de fonctions, le changement d'attributions et hiérarchies, et l'insertion de nouveaux fonctionnaires. Dans les familles aidées, le bénéfice, au-delà des relations du travail, a eu une dénotation particulière et dirigée vers les nécessités des enfants. Dans le contexte ethnographique, le langage de famille permet de lier plusieurs aspects de la vie et a une tendance à englober les relations économiques et politiques, et aussi les idées morales. Le concept de famille est vu de plusieurs façons et offre le modèle pour les quartiers des paysans par rapport aux autres quartiers et par rapport aux villes frontalières. Ainsi, les familles critiquent les critères définis par le gouvernement fédéral à propos de la possible inclusion des familles dans le *Bolsa-Família* et critiquent aussi le concept de famille dans ce programme.

Mots-clés : *Bolsa-Família*, Administration Publique, Quartiers des Paysans, Famille, Politique.

INTRODUÇÃO

Em 2003, o governo federal criou o Programa Bolsa Família. Esse programa se apresentou como um instrumento direcionado à superação da extrema desigualdade social brasileira, simbolizada pela *fome*. O fato de a *fome* ter sido apropriada pelo governo federal como símbolo da realidade vivida por certo segmento social trouxe questões importantes para se pensar suas ações. Nesse panorama, a escolha do Programa Bolsa Família como objeto de análise antropológica teve como objetivo, num primeiro momento, um projeto de compreensão dessa desigualdade. Essa perspectiva orientou a definição do campo de pesquisa: foi delimitado como contexto etnográfico o município paranaense de Colina D'Água,¹ situado no Vale do Ribeira Paranaense. O Vale é tido pelas esferas governamentais como uma das treze regiões com os piores indicadores sociais do país.

Entretanto, à medida que a pesquisa de campo foi avançando o projeto inicial cedeu espaço para as questões suscitadas pelo próprio contexto pesquisado. Desse modo, emergiu como centralidade compreender, de um lado, a complexa dinâmica em que as normas estabelecidas no plano federal, ao incidir sobre as relações locais, suscitam conflitos, ou fornecem uma nova linguagem para a expressão de conflitos e diferenças pré-existentes; e, de outro lado, compreender como o programa é abarcado pela dinâmica local de relações políticas, na qual as redes de parentesco têm papel preponderante. Portanto, neste trabalho busca-se compreender quais os mecanismos sociais que foram engendrados no processo de implantação do Programa federal Bolsa Família, no município de Colina D'Água. Como exemplo, a crítica nativa em relação à noção de família e aos critérios de definição dos beneficiários prescritos pelo governo federal para a inclusão do grupo doméstico potencial receptor no Programa Bolsa Família.

A perspectiva antropológica se distancia de uma abordagem sobre políticas públicas onde se privilegia a análise de suas premissas e de seu conteúdo à luz de certas concepções sobre o papel do Estado e/ou sobre a avaliação de seus efeitos. A etnografia permite inverter esse foco, ao tomar como dado a dinâmica concreta das relações em que os “receptores” (reais ou potenciais) e os operadores das políticas públicas estão inseridos, ao mesmo tempo que tenta compreender suas próprias concepções sobre essa

¹ Nome fictício.

dinâmica. Com esse filtro, a pesquisa etnográfica foi desenvolvida nos anos de 2005 a 2007. Entretanto, o campo foi feito em curtos períodos, nos meses de julho de 2005, abril de 2006 e janeiro de 2007. No processo da pesquisa, foram utilizados diferentes recursos metodológicos e técnicos: observação participante, observação direta, reuniões, entrevistas abertas, dirigidas, com anotações no caderno de campo e gravações. E ainda foram utilizados como fontes, documentos oficiais e notícias de jornais produzidos até o ano de 2006.

Apesar do tempo relativamente curto de permanência em campo, foi possível apreender regularidades nas percepções das pessoas inseridas em um mesmo contexto social em relação à administração pública municipal e ao processo de implantação do Programa Bolsa Família. Essas regularidades propiciaram o aprofundamento de outras questões que emergiram na pesquisa, como as conexões locais entre o parentesco, a economia e a política.

A pesquisa foi realizada na sede municipal de Colina D'Água e em oito bairros rurais. Em um deles, fui hóspede por alguns dias na casa do Sr. João Batista, líder comunitário no bairro. Hospedei-me também na casa de Bárbara Rocha, funcionária municipal, e no hotel do município. Assim, pude observar de diferentes ângulos a dinâmica da vida nativa. A pesquisa se concentrou em torno de dois eixos centrais: a agência municipal que operacionaliza o Bolsa Família e alguns bairros rurais. A centralidade desses eixos não impediu que se fizessem incursões em outros âmbitos, como os da política e do trabalho, imbricados em relações de parentesco, sempre seguindo as pistas suscitadas pela pesquisa etnográfica. Nesse processo, foi possível apreender as tensões, conflitos e acusações tanto no âmbito da prefeitura quanto entre segmentos políticos, beneficiários e potenciais beneficiários do Bolsa Família.

A perspectiva teórica que orienta este trabalho inspira-se nas obras de Marcel Mauss (1974) e Lévi-Strauss (1982, 1974). Mauss argumentou, que o princípio mais geral e duradouro que estrutura as relações sociais são as trocas, ao mesmo tempo materiais e imateriais, espontâneas e obrigatórias. Embora Mauss tenha utilizado como fonte, na construção de sua análise, dados etnográficos de sociedades cuja lógica é redistributiva em comparação com a de sociedades da acumulação, há uma diversidade de estudos que demonstram a universalidade da lógica da dádiva, ainda que haja

divergências sobre as suas propriedades intrínsecas (ver Martins, 2002; Lanna, 1995 e 2000 e Bourdieu, 2002). Lévi-Strauss (1982), orientado pela premissa maussiana, ponderou sobre o princípio de reciprocidade. Sugeriu ele, que a reciprocidade fundamenta a circulação de palavras, de bens e de pessoas segundo mecanismos próprios de obrigações mútuas. Com isso, Mauss e depois Lévi-Strauss construíram um dos fundamentos antropológicos que possibilitaram uma maior compreensão da vida social.

Na pesquisa etnográfica busquei o substrato para o desenvolvimento analítico desse estudo, como ensinam Malinowski (1978) e Geertz (1989). Portanto, em campo, um olhar “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) me propiciou a apreensão de alguns aspectos sociais de relevância para o tema privilegiado. E a perspectiva comparativa possibilitou demonstrar as particularidades locais e suas aproximações ou distanciamentos com outros contextos etnográficos.

O primeiro contato realizado com o município de Colina D’Água foi por meio de uma ligação telefônica para a prefeitura. Sem conhecer a localidade nem os moradores, apresentei-me, dessa forma, à Coordenadora do Bolsa Família no município. Explicitiei à ela minha condição de estudante e o tema da pesquisa a ser desenvolvida e agendei uma visita à agência municipal. Na primeira ida à Colina D’Água, pude acompanhar a visita da Coordenadora do Bolsa Família em dois bairros rurais. Em um deles, pela mediação inusitada (para mim) de um político, morador no bairro, foi possível me reunir com aproximadamente dez beneficiárias do programa Bolsa Família. O fato de um político intervir no processo da pesquisa, ao promover uma reunião, possibilitou uma reflexão sobre minha posição em campo. Assim, na segunda ida, evitei o contato com políticos e o retomei quando da terceira ida, o que resultou na construção do quinto capítulo.

Quando da segunda ida a campo, contatei novamente por telefone a coordenadora do Bolsa Família e lhe solicitei “estagiar” no Departamento Municipal de Ação Social (DAS), órgão que operacionaliza o Bolsa Família no município, o que me foi permitido. A pesquisa naquela instância foi intercalada com visitas aos bairros rurais. Em janeiro de 2007, quando retornei a Colina, pude completar algumas das questões que emergiram com a sistematização e análise dos dados.

No contexto etnográfico encontrei pessoas cordiais e solidárias, cuja hospitalidade e generosidade propiciaram com que as dificuldades inerentes à pesquisa de campo fossem minimizadas. Elas abriram as portas de suas residências para uma

desconhecida, me hospedaram e quiseram que eu soubesse sobre suas vidas, tornando difícil o ato de dissociar “discurso oficial do oficioso” (Bourdieu, 2002).²

Nos bairros rurais, a pesquisa se concentrou entre recebedores (reais ou potenciais) do Bolsa Família, entretanto, muitas outras pessoas foram ouvidas no esforço de apreender a percepção nativa sobre seu universo. Pois qualificar a vida local apenas a partir das percepções específicas de um segmento sobre seu vínculo com o Estado ou sobre sua percepção dos *benefícios* ofertados pelo governo federal nos pareceu redutor. A perspectiva de contribuir para uma maior compreensão da sociabilidade em bairros rurais emergiu da própria configuração do município. Em Colina D’Água, 88% dos domicílios estão localizados no espaço rural, onde se encontra a maior incidência dos beneficiários do Bolsa Família. A pesquisa nos bairros fundamentou a construção do capítulo IV e a pesquisa na agência municipal, o capítulo III.

Neste trabalho, construído a partir da apercepção e do intenso diálogo que o campo propiciou, estaremos descrevendo pontos relevantes da organização dos bairros rurais, da dinâmica política e da instância pública que operacionaliza o programa Bolsa Família em Colina D’Água. Veremos que o parentesco está imbricado e se articula com esses diferentes âmbitos e se constitui como centralidade na vida local.

Se durante a pesquisa de campo situar-se (Geertz, 1989) é condição básica para a compreensão do significado e da interpretação que o nativo constrói para sua vida, escrever torna-se extremamente difícil. Pois como prender no texto a dinâmica social instaurada pelos diferenciados vínculos de parentesco, vizinhança, religioso e político? Escrever é o momento em que a perspectiva nativa é colocada em diálogo com outras perspectivas. Desse modo, o texto é construído a partir da percepção do nativo sobre seu mundo, da apercepção do pesquisador sobre o nativo e da perspectiva da literatura sobre distintos contextos etnográficos, inseridos em distintos contextos sócio-históricos, econômicos e geográficos. É também o momento em que recortamos a concretude local que pudemos observar no sentido de reconstruir um fragmento hierarquizado pelas questões que emergiram do próprio campo e dentro da temática de estudo privilegiada na pesquisa. Esse é um trabalho que exige tempo e paciência. A hora da escrita é o momento em que questões de diferentes ordens aparecem e precisam ser sistematizadas.

² Bourdieu (2002) entende como fundamental para a construção da etnografia ouvir o discurso oficioso, o discurso privado. Aquele que não é dito em público.

A perspectiva antropológica exige do pesquisador um duplo equilíbrio: na interlocução com o nativo e no processo da escrita. Reproduzir em um texto antropológico “fatos” que podem ser lidos como acusações, como a forma de inserção de certos funcionários no serviço público, e outros que, em algumas situações, só vieram à tona pela confiança do interlocutor na pesquisadora, pois poderiam ser justificativas para processos judiciais, denota a complexidade envolvida no processo dessa pesquisa. E considerar as questões éticas envolvidas na produção de um conhecimento pautado no concreto é também parte fundamental da reflexão antropológica.

Bevilaqua (2003), ao refletir sobre a problemática da identificação dos informantes em pesquisas etnográficas realizadas em espaços urbanos e especificamente no âmbito estatal, ressalta que mesmo adotando o procedimento tradicional de mudança de nomes, “tratando-se de autoridades ou de servidores públicos, a simples menção de seus cargos e funções é suficiente para identificá-los” (2003: 60). Bevilaqua entende que o compromisso ético entre pesquisador e pesquisado deve prevalecer. No entanto, conclui ela, os mecanismos utilizados pelo pesquisador no sentido de omitir dados, contextos e situações relevantes podem inviabilizar a própria produção do conhecimento. Tendo em vista que as instâncias estatais são realidades concretas em espaços urbanos e rurais, a problemática levantada por Bevilaqua pode ser projetada também no que concerne a pesquisas realizadas em instituições públicas localizadas em espaços rurais. Nesse sentido, em pesquisas na administração pública, mudar o nome do interlocutor e manter a denominação do seu cargo torna-se uma ação contraditória.

A dificuldade em equacionar esse problema se verifica porque deslocamos a questão do âmbito de um conhecimento supostamente neutro para as esferas da moralidade, da política e da ética. A denominação dos cargos públicos no contexto desta pesquisa é um dado bastante relevante e mudar seus títulos quase que retira o sentido da dinâmica interna ao órgão municipal pesquisado. Contudo, em nenhum momento da pesquisa foi pedido segredo sobre qualquer acontecimento presenciado por mim no órgão municipal. Para as funcionárias, lotadas no Departamento municipal de Ação Social (DAS), eu estava interessada em conhecer o processo de operacionalização do Programa Bolsa Família no município. No entanto, sabemos que esse conhecimento é produzido a partir da relação entre pessoas e não somente da articulação de papéis, cadastros e sistema de computação.

Esse descompasso entre o que o nativo e o pesquisador compreendem em relação ao objeto da pesquisa não está isento de implicações, como bem demonstram Marques e Villela (2005). A partir das implicações engendradas pela pesquisa no sertão de Pernambuco, e embora tenham usado pseudônimos para o município e os sujeitos pesquisados, os autores salientam que,

[...] se tomado como um produto da comunidade dos pesquisados e não dos pesquisadores, o livro [Marques, 2002] fere regras importantes do convívio social. [...] A restrição do reconhecimento das reais identidades a uma comunidade consideravelmente localizada em algum grau parece hoje, ainda mais que antes, uma medida necessária. Pois o uso dos pseudônimos preserva um anonimato para “fora” e, portanto, para um público teoricamente ilimitado, e, se sua eficácia está longe de ser absoluta, de qualquer modo restringe o reconhecimento pessoal ao interior da comunidade e só o revela de modo não imediato, mas por meio de um conjunto de relações pessoalmente reconhecido (2005:15).

A identificação dos informantes e/ou a divulgação de dados relevantes para a pesquisa e “segredo público” (ver Marques e Villela, 2005) podem ser balanceadas tendo como ponto de partida a perspectiva nativa. As questões de cidadania que irrompem quando o campo em que o pesquisador se situa é o âmbito estatal fundamentam uma reflexão. Contudo, o ofício do antropólogo tem sido a busca pelo aprofundamento da compreensão sobre a experiência social. Nesse sentido, uma tomada de posição política ante situações de desigualdade que permeiam as relações entre instituições públicas e certos segmentos sociais pode acontecer fora do processo da produção etnográfica.

Essa reflexão propiciou que substituíssemos por pseudônimos os nomes do município, dos bairros rurais e dos sujeitos pesquisados. Entretanto, na perspectiva de aprofundar nossa compreensão sobre as relações na administração pública, entre funcionários em cargos hierarquicamente diferenciados, a opção metodológica foi a de manter o título dos mesmos (ciente de que o campo pode tornar-se explícito para aqueles que o quiserem conhecer, como exemplificam Marques e Villela).

Nesta dissertação, as categorias nativas foram destacadas com o uso do *itálico* e as categorias analíticas por ‘aspas simples’. A categoria família se apresenta como central no programa Bolsa Família e no contexto etnográfico. Assim, ela será o liame que orientará e dará sentido a nossa análise no percurso deste estudo.

No capítulo I, o objetivo é apresentar o processo de construção do Programa de Transferência de Renda Mínima Bolsa Família, bem como as principais regras que orientam sua operacionalização no âmbito municipal. Veremos também de que modo a lógica de redistribuição de uma *renda mínima* foi implantada no país nos anos de 1990. A reconstituição sucinta desse processo visa propiciar uma maior compreensão das particularidades do Bolsa Família.

No capítulo II, esboçaremos algumas das particularidades sociais, econômicas e políticas de Colina D'Água. Veremos aqui, que tem havido nessa localidade (e região) um amplo processo de reestruturação fundiária, introduzido por reflorestadoras; e também como redes de parentesco se articulam e se definem como segmentos políticos orientando as contratações e nomeações para cargos no âmbito da administração pública municipal. Nosso objetivo é aproximar o leitor do universo social pesquisado, assim como introduzir os temas que serão problematizados nos demais capítulos.

No capítulo III apresentaremos a etnografia do Departamento de Ação Social (DAS), órgão municipal responsável pela operacionalização do Bolsa Família. Esse capítulo tem dois objetivos centrais. Primeiro, pretende-se demonstrar como a mudança de gestão na prefeitura de Colina D'Água, em 2005, produziu transformações no Departamento de Ação Social. Além disso, explicitar como as normas prescritas na esfera federal para a operacionalização do Bolsa Família implicaram a redefinição de atribuições de funcionárias do Departamento de Ação Social, suscitando conflitos. A etnografia demonstrará as relações internas a esse órgão em conexão com outros órgãos da prefeitura, com o intuito de delinear como são tecidas as redes de relações no serviço público municipal. Trata-se de compreender como os vínculos de parentesco e laços políticos podem incidir sobre a implementação do programa federal. Segundo, pretende-se demonstrar como os critérios definidos pelo governo federal para o segmento potencialmente beneficiário, universalmente, podem ser apreendidos de forma distinta quando contextualizados.

O capítulo IV apresenta a etnografia de um bairro rural. Sua especificidade reside em demonstrar o contexto social vivido por muitos dos grupos domésticos recebedores do Bolsa Família no município de Colina D'Água. Veremos aqui como a linguagem do parentesco organiza as relações sociais, econômicas e políticas.

O capítulo V visa esboçar a mediação exercida por políticos profissionais entre a administração pública e a população local, com o objetivo de aprofundar a compreensão dos sentidos locais em que o Bolsa Família foi inserido. Transitando entre os

departamentos municipais e os bairros, esses políticos constituem-se em canais de comunicação, em mediadores entre ambas as instâncias.

Como conclusão, vamos articular as noções de família oriundas do âmbito estatal e as que a pesquisa permitiu identificar no contexto etnográfico.

CAPÍTULO I

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA SÍNTESE

O objetivo deste capítulo é apresentar o processo de construção do Programa de Renda Mínima Bolsa Família, bem como as principais regras que orientam sua operacionalização no âmbito municipal. Veremos que a lógica da política de *renda mínima* teve início no Brasil nos anos de 1990. Nessa década, a categoria fome foi imbuída de um conteúdo político e construída como símbolo da desigualdade social no âmbito da sociedade civil. Em 2003, a *fome* tornou-se o emblema da política social do governo federal.

Josué de CASTRO (1980) foi pioneiro na abordagem da *fome* como problemática social e deu início a uma longa tradição. Argumentou ele (nos anos de 1940), que a *fome* é decorrente de variáveis políticas e econômicas e também de fatores culturais.³ Na década de 1990, esse tema foi retomado por uma mobilização, constituída e apoiada por diferentes instituições sociais, que reivindicava o “fim da fome no Brasil”.⁴ A percepção da extrema desigualdade social brasileira teve como símbolo a *fome* em seu conteúdo político.⁵ Esse fenômeno influenciou, em grande medida, que ela fosse o emblema da plataforma de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) em seu primeiro mandato (2003-2010).⁶

³ Para Castro (1980), em dado contexto cultural a dieta alimentar pode ser baseada em alimentos sem suficiente conteúdo nutricional, o que causa subnutrição, independentemente do fator econômico.

⁴ Em pesquisa monográfica sobre a “Ação da Cidadania contra a fome, contra a miséria e pela vida”, criada em 1993, argumentei que suas ações propiciaram que a questão “fome” entrasse na agenda do governo federal (SANTOS, 2004). A Ação da Cidadania, criada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), através do projeto Natal sem Fome, ganhou notoriedade e reconhecimento ao arrecadar toneladas de alimentos e redistribuí-los como cestas de natal. A Pastoral da Criança, organização vinculada à Igreja Católica, com ações focalizadas na erradicação da desnutrição infantil, também influenciou esta perspectiva (ver Estudos Avançados, 2003, nº 48).

⁵ Fenômeno que pode ter conexão de sentido com as percepções que orientaram algumas das ações internacionais voltadas principalmente para a África, a partir da década de 1980.

⁶ Lula foi líder sindical no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo na década de 1970. Em 1980, criou o Partido dos Trabalhadores (PT) e em 1986 foi eleito deputado federal por São Paulo. Depois de participar de três eleições sucessivas para a presidência da república (1989, 1994 e 1998), Lula foi eleito em 2002 e reeleito em 2006.

Ao assumir a Presidência da República, Lula disse que em sua gestão queria ver todo brasileiro fazer “três refeições por dia”. Essa diretriz levou o governo petista a implantar, em fevereiro de 2003, o Programa Fome Zero (PFZ) como plano orientador das políticas direcionadas aos segmentos sociais que estariam vivendo abaixo de um padrão socialmente aceitável. Nas cartilhas publicitárias distribuídas pela União às prefeituras, à população e nos sítios oficiais, constam a integração em torno desse tema de treze órgãos federais.⁷ O Fome Zero foi definido pelo governo federal como:

Uma política pública que visa a erradicação da fome e da exclusão social. É uma política porque expressa a decisão do governo de enquadrar o problema da fome como uma questão nacional, e não como uma fatalidade individual (www.fomezero.gov.br, acesso em 05/08/2005).

Portanto, o governo federal tornou a questão “fome” símbolo da extrema desigualdade social brasileira e um problema do Estado.

Com o objetivo de promover a *emancipação*⁸ das famílias que estariam em situação de *insegurança alimentar*,⁹ devido a insuficiência de recursos, o governo petista criou o Programa de Transferência de Renda Mínima Bolsa Família (PBF). Esse programa conquistou grande visibilidade e englobou simbolicamente o Programa Fome Zero. O Bolsa Família foi criado por meio da Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003, e transformado na Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Sua meta é redistribuir uma *renda mínima* ao segmento social delimitado como potencial receptor a partir de um déficit na renda domiciliar *per capita* (definido a partir da soma dos rendimentos do grupo doméstico dividido pelo número de membros).

⁷ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda; Casa Civil da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria da Comunicação; Assessorias Especiais da Presidência da República; Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Fonte: Revista Fome Zero de 10/2005.

⁸ A categoria “emancipação”, tal como formulada pelo governo federal, significa ultrapassar a situação de “pobreza” e ter acesso à saúde e à educação, como veremos mais adiante.

⁹ A categoria fome, amplamente utilizada no início do governo petista, foi substituída pela de *insegurança alimentar*. Porém, o conteúdo se manteve: falta de renda para a compra de alimentos suficientes para a manutenção diária das condições físicas normais do indivíduo.

A lógica da política de *renda mínima* difere do modelo tradicional da política de redistribuição de bens como cestas básicas, leite e outros.¹⁰ Embora o Bolsa Família tenha sido criado em 2003, a lógica que o fundamenta foi delineada e implantada no Brasil na década de 1990, conforme apresentaremos a seguir.

1.1 A emergência da política de renda mínima no Brasil

Concomitantemente à mobilização “contra a fome”, instaurou-se no âmbito do Estado, na década de 1990, um novo modelo de política social. Essa política foi direcionada às famílias (esta, definida a partir da convivência de seus membros em um mesmo domicílio) que estariam vivendo abaixo de um padrão socialmente aceitável, com o objetivo de construir *cidadania* (conforme ideal político de igualdade),¹¹ a partir da redistribuição de uma *renda mínima*. Desse modo, a “família” foi o foco dessa política desde seu início, como problematizaremos mais adiante (na seção: O Programa Bolsa Família).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na década de 1990, o número de pessoas em tal situação variou entre 57,1 e 50,1 milhões (cf. Barros, Henriques e Mendonça, 2000). Portanto, dentro de uma moldura (histórica) percebida como perversa emergiram, quase que simultaneamente, propostas de programas de *renda mínima* e uma mobilização social visando a reversão desse quadro.

A reflexão abordando a temática sobre programas de transferência de renda surge no Brasil nos anos de 1970 (Medeiros, 2006). Entretanto, a primeira proposta de um programa de *renda mínima* foi idealizada por Eduardo Suplicy, senador paulista pelo PT (eleito em 1990, reeleito em 1998 e em 2006). Ele elaborou um projeto de lei, aprovado em 1991 pelo Senado, que previa a redistribuição de renda para garantir,

¹⁰ Karl Polanyi (1980) em “A Grande Transformação”, analisa as implicações de um abono salarial, (talvez a primeira experiência de uma política de *renda mínima*) no início do século XIX na Inglaterra, que teve como objetivo o “direito de viver”. Durante a vigência da Poor Law (Lei do Pobre, de 1795 a 1834), num contexto de capitalismo incipiente, impediu-se o estabelecimento de uma economia de mercado.

¹¹ Roberto Da Matta (1985) em “A casa e a rua”, compara a categoria cidadão em dois contextos particulares: Brasil e Estados Unidos. Ele constrói um afastamento das análises que tomam o indivíduo e o cidadão como significados universais e, ao mesmo tempo, produz um distanciamento para refletir sobre o sentido da cidadania brasileira. Da Matta argumenta que a cidadania no Brasil tem sido construída historicamente, do Estado para o indivíduo. Enquanto nos Estados Unidos ocorre o contrário, o indivíduo constrói o valor e o sentido da cidadania.

universalmente, um dado nível mínimo no Brasil.¹² Esse projeto tornou-se modelo para outros, contudo, com um viés diferenciado, como foi o caso do Programa Bolsa Escola (PBE).

Direcionado a um segmento específico, o Bolsa Escola teve como meta famílias com crianças e adolescentes até 14 anos e solicitava como *contrapartida* da *renda mínima* a frequência escolar. O Bolsa Escola foi implantado, primeiro, em janeiro de 1995, nos municípios de Campinas-SP (PSDB) e Ribeirão Preto-SP (PT), e no Distrito Federal (PT).¹³

Após essas três primeiras experiências praticamente simultâneas, programas semelhantes foram implantados em diversos outros municípios e Estados, a partir de 1996.¹⁴ Nos primeiros anos, esses programas foram financiados pelos governos municipal e estadual. Porém, com a aprovação da Lei federal nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) concedeu “apoio financeiro aos programas de garantia de renda mínima instituídos por municípios que não dispunham de recursos suficientes” (Lei 9.533). Com isso, o governo tucano deu um passo relevante no processo de legitimação da lógica de redistribuição de *renda mínima*. A partir de 2001, essa lógica fundamentou diversos programas federais.

Ainda em 1995, havia sido criado como política federal, mas financiado pelas três esferas de governo e envolvendo organismos internacionais, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O PETI foi direcionado inicialmente a suprimir a mão de obra infantil e de adolescentes nas carvoarias de Mato Grosso do Sul. Esse programa solicitava como *contrapartidas* frequência escolar e participação em ações socioeducativas.¹⁵

¹² Conforme palestra ministrada na Conferência Internacional de Renda Mínima, em agosto de 1998, em Brasília. Participaram vários países que tinham alguma experiência com a redistribuição de renda mínima (França, E.U.A, México e outros) e pesquisadores de diversos institutos brasileiros e estrangeiros. Fonte: www.senado.gov.br/eduardosuplicy acesso em 03/11/2006.

¹³ Nota-se a preeminência tanto na proposta de programas de renda mínima como na criação do Bolsa Escola de partidários do PT.

¹⁴ Para uma análise dos programas de Renda Mínima iniciados na década de 1990 ver Lena Lavinas (1998). A economista, em “Programas de Garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras”, desenvolveu uma comparação entre os Programas de Transferência de Renda da França e Alemanha com o que estava sendo implantado em alguns municípios brasileiros, o Bolsa Escola.

¹⁵ A socióloga Inaiá Carvalho (2004) descreve no artigo “Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” o processo de construção do PETI. E a socióloga Márcia Medeiros (2006) analisa o PETI e o Programa Agente Jovem em Porto Alegre-RS.

Embora diferenciados, o PETI e o Bolsa Escola tiveram como perspectiva propiciar uma maior permanência das crianças na escola a partir da redistribuição da *renda mínima*. Tal aliança (educação e renda) foi percebida pelas instâncias governamentais com um potencial de transformação do quadro de desigualdade social. A exigência da frequência escolar possuía o sentido de construir certa autonomia para um tempo futuro (das crianças inclusas no programa).

A perspectiva da política de *renda mínima*, distinta das políticas sociais adotadas anteriormente – como a redistribuição de gêneros alimentícios –, teve como inspiração as experiências de programas similares implantados em diferentes países ditos desenvolvidos (Lavinás, 1998). Esse modelo foi adotado, em 2001, pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso/PSDB (1995 a 2002).¹⁶ Apresentaremos a seguir, os programas de *renda mínima* criados na gestão tucana.

Os programas de renda mínima na esfera federal

Em 2001 foi implantado em âmbito federal o Programa Nacional de Renda Mínima Bolsa Escola (PBE), por meio da Lei federal nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Esse programa, sob a gerência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), previa a redistribuição da *renda mínima* às famílias consideradas *carentes* (a partir de um déficit na renda domiciliar *per capita*) e que tivessem crianças com idade entre seis e quinze anos,¹⁷ matriculadas em escolas de ensino fundamental. O valor da *renda mínima* era de quinze reais por criança. Poderiam ser incluídas no programa até três crianças do grupo doméstico. Para a permanência no programa, a criança teria que ter frequência escolar superior a 85%, associada à participação em ações socioeducativas. A mãe foi considerada a preferencial recebedora do *benefício* federal e somente em sua ausência ou impedimento outro responsável o receberia.

O governo federal teve nos governos municipais a parceria necessária para a operacionalização do Bolsa Escola. E era no órgão determinado pela prefeitura que se requeria a inclusão nesse programa.

¹⁶ Na apresentação dos programas de renda mínima criados na esfera federal brasileira a partir de 2001, utilizamos como fonte documentos oficiais emitidos até o ano de 2006.

¹⁷ As categorias família e grupo doméstico aparecem como sinônimas nos documentos oficiais do governo federal, no entanto, é preciso distinguir conceitualmente ambas as categorias, conforme analisaremos mais adiante. Neste trabalho utilizaremos a categoria grupo doméstico quando a referência para a família for o domicílio.

A União instituiu um formulário padrão denominado Cadastramento Único (CadU), pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. As informações preenchidas no CadU são digitadas no órgão municipal e enviadas *online* para a Caixa Econômica Federal (CEF) que as insere em um banco de dados específico. A princípio, desde 2001, as famílias que preencheram o formulário do CadU passaram a fazer parte de um cadastro nacional, o Cadastro Único.

Coube à CEF a emissão de um cartão bancário para os recebedores do Bolsa Escola. O cartão é o ícone da especificidade da relação do segmento beneficiado com o Estado. Esta agência também é a responsável pelo repasse do benefício federal. O recebimento da *renda mínima*, por meio do cartão, ampliou as possibilidades do grupo doméstico em adquirir bens socialmente desejáveis no comércio local, diferentemente da redistribuição de gêneros alimentícios, conforme o modelo da política social tradicional.

Após o Bolsa Escola, o governo federal criou o Programa Nacional de Renda Mínima Bolsa Alimentação (PBA) pela Medida Provisória nº 22.061, de 06 de setembro de 2001, sob a coordenação e financiamento do Ministério da Saúde (MS). Esse programa teve como objetivo complementar a renda familiar para a melhoria da alimentação e saúde de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a seis anos e onze meses.¹⁸ Assim, foi alargado o grupo de famílias potenciais beneficiárias; critério que o governo federal manteve no Bolsa Família. Os critérios definidos para o Bolsa Alimentação, tanto em relação ao número de possíveis beneficiários no grupo doméstico quanto ao valor do benefício, foram iguais aos do Bolsa Escola.

O PETI foi implantado em âmbito federal pela Portaria nº 458 da Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS), de 4 de outubro de 2001, sendo o seu financiamento partilhado entre as três esferas de governo. Este programa teve como finalidade redistribuir renda para “retirar de qualquer atividade que pudesse trazer danos físicos, morais ou psicológicos, a mão-de-obra infantil e adolescente, entre 7 e 15 anos”. O governo federal estabeleceu como contrapartida do benefício do PETI, o cumprimento da *Jornada Ampliada* na escola - após o período normal de aulas, eles teriam atividades complementares no outro turno, também chamado de *contraturno*..

¹⁸ As filhas e filhos de mães soropositivas para HIV/AIDS poderiam receber o benefício do Bolsa Alimentação desde o nascimento, pois estas mães não poderiam amamentar sob o risco de transferir o vírus à criança.

O Programa Auxílio Gás (PAG), criado pelo Decreto nº 4.102 de 24 de janeiro de 2002 e sob a coordenação do Ministério das Minas e Energia (MME), foi o último programa de *renda mínima* criado na gestão de Fernando Henrique Cardoso. O objetivo era de subsidiar o preço do gás de cozinha de famílias consideradas de *baixa renda*, i.e., que possuísem renda domiciliar *per capita* mensal de até meio salário mínimo. Os recursos para o financiamento desse programa, cujo *benefício* era de quinze reais disponibilizados a cada dois meses, viria da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).¹⁹ O PAG não pretendia abranger um outro segmento, mas aumentar a renda de grupos domésticos incluídos em programas federais de *renda mínima*. Ele também possibilitava a inclusão de famílias que já haviam preenchido o CadU sem serem beneficiárias desses programas.

Os programas federais de *renda mínima* foram implantados e estruturados no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Dessa forma, os mecanismos institucionais que possibilitaram a sua operacionalização (Ministérios, Caixa Econômica Federal, Estados e Municípios) já estavam articulados no final da gestão tucana. E sendo os programas distintos, distintos foram os órgãos responsáveis por cada um: Ministério de Educação e Cultura, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia e Secretaria de Estado e Assistência Social.

A CEF foi o agente fundamental no processo de intermediação entre as esferas municipal e federal e, por conseguinte, da estruturação dos diferentes programas. Essa instituição teceu relações com os órgãos municipais a partir do recebimento e reenvio das informações das famílias cadastradas; com os respectivos ministérios a partir do processamento e sistematização dos dados do segmento focalizado; e com os recebedores na disponibilização de cartões bancários e no pagamento dos *benefícios*. A exceção é para o PETI, cujo *benefício* era pago por meio de cheque na prefeitura, como veremos no capítulo 3.

Para ser beneficiário, o grupo doméstico deveria ter em sua configuração crianças e adolescentes de 0 a 15 anos, gestantes e nutrízes. No Programa Bolsa Família, já no governo petista, como veremos na seção seguinte, manteve-se como critério a renda domiciliar *per capita*. No entanto, as configurações dos grupos domésticos de potenciais

¹⁹ A CIDE foi instituída pela lei federal nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. Esta contribuição incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível.

recebedores foram universalizadas. A inclusão de grupos domésticos sem crianças no Bolsa Família será motivo de questionamento no contexto etnográfico, conforme veremos nos capítulos III e V.

A criação dos programas de *renda mínima* instaurou um circuito de trocas entre instituições estatais de âmbitos distintos; entre estas e o conjunto de recebedores; entre os recebedores e seus diferentes interlocutores no contexto local (como demonstraremos nos capítulos III, IV e V). Esse circuito mobiliza a circulação de pessoas, de bens, de palavras e de documentos; podendo ser pensado como um sistema de trocas (Lévi-Strauss, 1982).

A política de *renda mínima*, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criada utilizando-se diversos mecanismos jurídicos. O Auxílio Gás e o Cadastramento Único foram criados por Decreto; o Bolsa Alimentação por Medida Provisória; o PETI via Portaria; somente o Bolsa Escola foi criado por meio de Lei. O governo tucano construiu esses programas, vinculando-os ao acesso à educação infantil, com o Bolsa Escola e o PETI, e à alimentação com o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Desse modo, Saúde (associada a alimentação) e Educação tornam-se a meta delineada pelo Estado e a ser buscada pelas famílias recebedoras da política social, como instrumentos de construção da cidadania. Esse objetivo será mantido no Bolsa Família, conforme apresentaremos a seguir.

1.2 O Programa Bolsa Família

Em 2003, assumiu a Presidência da República Luís Inácio Lula da Silva/PT (2003- 2010). De uma perspectiva ideológico-partidária distinta daquela de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula deu continuidade a à política de *renda mínima*. Entretanto, se foi no governo tucano que essa lógica adentrou no âmbito federal, foi por iniciativa majoritária de partidários do PT (Senado, governo municipal de Ribeirão-Preto/SP e governo do Distrito Federal) que a *renda mínima* foi, em um primeiro momento, delineada e implantada no Brasil. Em relação aos programas de *renda mínima* criados pelo governo tucano, no programa Bolsa Família foram introduzidas algumas mudanças, cujas implicações são importantes. Veremos aqui as principais regras que orientam a operacionalização do Bolsa Família nos municípios.

Orientado pela percepção de que a “fome” existia no Brasil não pela falta de alimentos, mas pela falta de renda para adquiri-los em quantidade e qualidade adequadas, o governo petista criou, antes do Bolsa Família, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - Cartão Alimentação (PNAA), pela Lei 10.889, de 13 de junho de 2003. O *benefício* desse programa, destinado às famílias consideradas em situação de *insegurança alimentar*, teve como objetivo propiciar “a garantia da pessoa humana ao acesso à alimentação todos os dias, em quantidade suficiente e com qualidade”. Havia uma bipartição no formato do PNAA, sua redistribuição poderia ser realizada mediante a *renda mínima* por meio de cartão bancário, ou pelo acesso a alimentos em espécie. Essa bipartição denota o entrecruzamento de dois modelos distintos de políticas sociais direcionadas ao segmento focalizado. Os potenciais beneficiários desse programa seriam os grupos domésticos com renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo. A princípio, não se excluía famílias incluídas em outros programas de *renda mínima*.

O financiamento do PNAA, de “caráter temporário”, saía do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto no Artigo 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. O caráter temporário desse programa, pode significar a expectativa de que se produzissem efeitos positivos dentro de um curto período e também a construção de um tempo para o planejamento de uma “nova” política social. Nesse período se processou a construção do Bolsa Família, de “caráter permanente”.

Vimos que cada um dos programas federais de *renda mínima* criados no governo tucano estavam conectados à uma coordenação distinta. Com a criação do Bolsa Família esses programas foram unificados. O objetivo da unificação, para o governo federal, seria ter uma visão de conjunto das famílias receptoras da *renda mínima*; do acompanhamento destas em relação as *contrapartidas*; e dos recursos direcionados à política social. Portanto, foram unificados no Bolsa Família os procedimentos de gestão e execução dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa Auxílio Gás, PNAA, PETI e também, o formulário do Cadastramento Único.²⁰ Esses programas foram classificados pelo governo petista como *remanescentes*.²¹

²⁰ Embora o Cadastramento Único tenha sido instituído em 2001, no órgão municipal responsável pela operacionalização dos programas de renda mínima em Colina D'Água, havia formulários específicos para o cadastramento da família no PETI e no Bolsa Escola.

²¹ O PETI foi incluído no Bolsa Família em dezembro de 2005, portanto, a categoria remanescente não se referia a ele nos primeiros dois anos de vigência do novo programa. No capítulo III, veremos como pode ser conflituoso o deslocamento de atribuições de um programa para outro.

Os responsáveis pelos grupos domésticos beneficiários de programas *remanescentes* tiveram que refazer os seus cadastros junto ao órgão municipal de competência, para que fosse possível integrá-los ao Bolsa Família.²²

A partir de 2005 as informações do banco de dados do CadU passaram a ser cruzadas com os dados referentes à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).²³ Essa metodologia permitiu identificar grupos domésticos beneficiários cuja renda domiciliar *per capita* era superior àquela definida nos termos do programa, e excluí-los do Bolsa Família.

A seguir, antes de prosseguirmos na apresentação do Bolsa Família, faremos uma análise das categorias família e grupo doméstico, tal como definidas nos programas governamentais.

Família e grupo doméstico: categorias em análise

O governo federal considerou inicialmente, como estimativa da quantidade de famílias com déficit na renda domiciliar *per capita*, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2001. Segundo indicativo da PNAD, em 2001 eram 11,2 milhões de famílias com renda domiciliar *per capita* de até cem reais. Essa foi a meta de inclusão de grupos domésticos no Bolsa Família até 2006. No entanto, em 2005 o IBGE divulgou os dados da PNAD referentes a 2004, e estes indicavam que o número de famílias com renda domiciliar *per capita* de até cento e vinte reais era de 11,1 milhões. Portanto, houve uma redução de 100 mil famílias em relação a estimativa inicial. Tendo em vista a PNAD indicar como em *situação de pobreza* um grupo doméstico que

²² Marcos Lanna (1995), em sua pesquisa no Nordeste do Brasil, demonstra como, em um município, o prefeito tenta desfazer ou refazer de outra forma uma realização do prefeito anterior nomeando, assim, o feito reconstituído como de autoria de sua pessoa. Salvador Schavelzon (2006), em outro sentido, também demonstra como em uma instituição responsável pela implantação de uma política pública na Argentina, na mudança de gestão construiu-se uma linguagem mítica de criação da ordem, tendo como contraponto a percepção de desordem vivida na gestão anterior. Ambos os exemplos podem ter relações de sentido com a reorganização da política social no governo petista.

²³ A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um instrumento de coleta de dados do Ministério do Trabalho sobre o mercado de trabalho, no entanto, seu controle abrange apenas as informações referentes ao mercado de trabalho formal. Fonte: www.rais.gov.br, acesso em 5 de novembro de 2006.

possuísse renda domiciliar *per capita* de até cento e vinte reais, o governo federal adotou, em 2006, esse teto máximo.²⁴

O governo federal, orientado pelo conceito adotado pelo IBGE na PNAD, tem definido nos documentos oficiais a família como:

A unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros (Lei nº 10.219 de 11/04/2001).

Nessa perspectiva, a referência para a categoria família é o espaço doméstico e o indivíduo. Apreende-se que, no âmbito estatal, a família é pensada como uma justaposição de indivíduos que compartilham um mesmo domicílio e deles provêm os recursos para a economia doméstica. Nessa configuração, família e grupo doméstico se apresentam como categorias intercambiáveis. Porém, Barroso (1978), tendo como substrato para sua análise dados da PNAD de 1976, conclui que,

Deve-se questionar a conveniência de utilizar a unidade de domicílio para a delimitação das relações sociais que determinam uma “família” [...] a solidariedade de um grupo de famílias nucleares pode prover recursos a fim de que a família [...] possa manter sua condição de sobrevivência [...] [ao receber] auxílio de sua rede de parentesco (Barroso, 1978; apud Woortmann & Woortmann 2004:37).

Nesse sentido, a economia doméstica pode não ser mantida apenas com recursos internos à unidade domiciliar, denotando a amplitude da solidariedade das redes de parentesco que englobam o grupo doméstico. Consoante Woortmann & Woortmann (2004), família e grupo doméstico são categorias distintas: família seria uma idéia-valor, um constructo cultural, um modelo que transcende o espaço; e grupo doméstico, um agregado de pessoas que dividem um mesmo espaço e sua configuração assume diferentes formas ao longo do tempo. Para os autores,

Diferentes formas do grupo doméstico refletem não diferentes tipos de família, mas distintos momentos de um mesmo tipo. A variação na forma (famílias conjugais, díades maternas, famílias extensas, etc.) não corresponde a diferentes modelos de organização familiar, mas a momentos alternativos e reversíveis do mesmo modelo” (Woortmann & Woortmann, 2004:83).

Em sua construção analítica, Woortmann & Woortmann distinguem sentidos distintos às categorias de família e grupo doméstico. Essa perspectiva vêm ao encontro

²⁴ Fonte : Em Questão. Jornal editado pela Secretaria de Comunicação de governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, em 13/11/2005.

das percepções nativas no contexto etnográfico desta pesquisa, como veremos no capítulo IV.

No Bolsa Família, diferentemente dos programas *remanescentes*, foram incluídos também como potenciais beneficiários os grupos domésticos que não possuem em seus domicílios crianças, adolescentes, gestantes ou nutrízes. Esse diferencial elevou o número de potenciais recebedores circunscritos em um segmento delineado pelo déficit na renda domiciliar *per capita*. Essa foi uma tentativa do governo federal de universalizar o acesso ao programa a todas as configurações de grupos domésticos considerados – conforme indicativo do IBGE - em *situação de pobreza* e de *extrema pobreza*.

Como o critério definidor para a inclusão de grupos domésticos no Bolsa Família continuou sendo a renda domiciliar *per capita*, foram homogeneizados os segmentos sociais em foco “do norte e do sul”, dos meios urbano e rural do Brasil. Entretanto, na tentativa de reconhecer diferenças, o governo federal tem buscado priorizar a inclusão no Bolsa Família de comunidades indígenas, *quilombolas* e *ribeirinhas*. Assim, se em um primeiro plano, o universo de potenciais beneficiários foi homogeneizado a partir de um critério econômico - a renda domiciliar *per capita* -, em outro, os grupos no interior desse universo tendem a ser diferenciados pelos operadores do Bolsa Família a partir de critérios sócio-políticos.

Pautado em pesquisas oficiais, o governo federal tem entendido que, num contexto de economia de mercado capitalista, um déficit na renda domiciliar tem sido a principal variável que dificultaria o acesso a bens básicos de consumo - estritamente no sentido da alimentação – e à instituição de ensino. Nesse sentido, para assegurar um direito universal busca-se identificar os segmentos particulares que a ele não tem acesso, a partir, primeiro, de um critério econômico.

Nos documentos de criação dos programas *remanescentes*, a situação dos potenciais recebedores fora classificada como *carente* ou *baixa-renda*. No Bolsa Família, esse segmento foi dividido em duas categorias: *situação de pobreza* e *situação de extrema pobreza*. Os grupos domésticos que possuem renda domiciliar *per capita* de até sessenta reais (em 2006) foram considerados em *situação de extrema pobreza*. A eles foi designado o *benefício básico*, de cinquenta reais. Foram considerados em *situação de pobreza* os grupos domésticos com renda domiciliar *per capita* de sessenta reais e um centavo a cento e vinte reais e que possuem no domicílio gestantes, nutrízes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos. A eles designou-se o *benefício*

variável. O *benefício variável* seguiu o parâmetro definido para o Bolsa Escola: quinze reais por beneficiário até o limite de quarenta e cinco reais por grupo doméstico, ou seja, no máximo três beneficiários por domicílio. Portanto, a “família”, na percepção do governo federal, pode ser dividida entre os membros que podem e os que não podem ser beneficiários do programa de *renda mínima*

O grupo doméstico potencial receptor do *benefício básico* (“extrema pobreza”) também poderia receber o *benefício variável* se no seu domicílio houvesse gestantes, nutrízes ou crianças em idade escolar. Porém, aquele que possuísse renda domiciliar *per capita* superior a sessenta reais e inferior a cento e vinte reais poderia receber apenas o *benefício variável*. O recebimento da *renda mínima* é realizado mediante cartão magnético do programa na CEF, em casas lotéricas e demais estabelecimentos autorizados pelo governo federal.

A exemplo dos *remanescentes*, foram estabelecidas algumas *condicionalidades* para a permanência do grupo doméstico no programa Bolsa Família como *contrapartida* do *benefício* recebido,²⁵ sendo elas: freqüentar a escola e a unidade de saúde. A exigência da *contrapartida* possibilita compreender a articulação que o governo federal tem tentado tecer para a inserção diferenciada, de membros do grupo doméstico beneficiário, nas instituições de educação e saúde. As *condicionalidades* em relação à Saúde são: atualização periódica da carteira de vacinação das filhas e filhos, pesagem mensal das crianças, o pré-natal para as gestantes e o acompanhamento nutricional. Em relação à Educação: freqüência escolar infantil de no mínimo 85%.

O conceito de família, como pensado no âmbito estatal, possibilita a fragmentação dos membros de um mesmo domicílio. Essa percepção orienta na solicitação das *contrapartidas*. Desse modo, o governo federal busca inserir na instituição de saúde a mãe e suas filhas e filhos, enquanto crianças. Parry Scott (2006), ao analisar o Programa Saúde da Família (em pesquisas realizadas em Recife e Pernambuco), argumenta que “há uma inchação proporcional das atividades promovidas pela equipe de saúde que trata as mães como reprodutoras, salientando mais a união materno-infantil do que qualquer outra integralidade da saúde da mulher” (2006:115). A centralidade de uma perspectiva biológica acentuada na díade mãe-filho orienta a prática desse programa e propicia o afastamento dos homens dos serviços de saúde. Ambos os programas -

²⁵ O governo federal usa a categoria *contrapartida* quando a referência é a família em sua relação com as instituições públicas; e *condicionalidade* quando a referência é as instituições públicas em sua relação com as famílias beneficiárias.

Programa Saúde da Família e Programa Bolsa Família -, embora tenham fundamentos distintos e sejam denominados da “família” privilegiam o vínculo materno-infantil em relação à Saúde. Com isso, em um plano mais geral, a categoria família é concebida em instâncias estatais como um agregado de indivíduos (em termos de renda), estes diferenciados de acordo com a especificidade das *contrapartidas* nas instituições públicas – crianças e adolescentes na escola e mães, gestantes e crianças na Saúde. Em outro plano, a especificidade dessa diferenciação no grupo doméstico adquire um conteúdo distinto, como na percepção de substância da relação materno-infantil.

O acompanhamento das *contrapartidas* é uma das atribuições do Gestor do Bolsa Família no município, conforme veremos a seguir.

Desenho institucional do Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é uma das políticas sociais coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).²⁶ Esse ministério foi criado pela Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, e regulamentado pela Lei nº 10.868, de 13 de maio de 2004. Para coordenar as diversas políticas sociais de sua competência, o MDS foi subdividido em cinco secretarias. Tendo em vista o recorte desse estudo importa, aqui, a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), responsável pela gestão do Bolsa Família.²⁷

A SENARC tem como atribuições: coordenar, implementar, acompanhar, controlar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos ao Programa Bolsa Família e os demais programas *remanescentes* (cf. Decreto nº 5.074 de 17 de setembro de 2004).

Embora haja uma proposição de ação descentralizada dos municípios na gestão desse programa, nenhuma ação efetiva, como o cancelamento ou o bloqueio do *benefício* de um grupo doméstico, poderá ser feita sem uma comunicação formal à SENARC. Portanto, é a esta secretaria que os órgãos municipais se reportam em qualquer situação relacionada a operacionalização do Bolsa Família. E quando do bloqueio e/ou cancelamento do *benefício* de um grupo doméstico, é atribuição da

²⁶ Patrus Ananias de Souza é o ministro do MDS, desde sua criação.

²⁷ As demais secretarias que integram o MDS são: Secretaria Nacional de Assistência Social, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria Nacional de Articulação Institucional e Parcerias e Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação. Fonte: www.mds.gov.br e cartilhas sobre os programas do Ministério do Desenvolvimento Social.

SENARC enviar uma carta comunicando-o do motivo que, na maioria das vezes, é o não cumprimento das *contrapartidas*. Dessa forma, uma comunicação formal e distanciada pode atenuar possíveis conflitos entre a (o) responsável pelo grupo doméstico beneficiário e os funcionários do órgão municipal.

É prerrogativa do MDS a normatização, por meio de Portarias, das atribuições dos Estados e municípios referentes ao Bolsa Família, responsabilizando-os pela implantação e manutenção de uma estrutura tanto educacional quanto de Saúde que possibilite o cumprimento das *contrapartidas* pelos beneficiários do programa.

Tendo em vista uma maior racionalização na operacionalização do Bolsa Família, o MDS solicitou aos governos municipais, pela Portaria nº 246, de 20 de maio de 2005, a nomeação de um Gestor que respondesse exclusivamente pela demanda desse programa no âmbito municipal. Com isso, o governo federal construiu um espaço privilegiado na sua interlocução com os municípios e uma nova posição no interior da administração local.²⁸ Essa Portaria solicitou também a indicação de um “Comitê de Controle Social” formado por representantes da sociedade civil e de setores da prefeitura, cuja atribuição seria acompanhar a execução do Bolsa Família, assim como auxiliar na identificação de potenciais beneficiários desse programa.

A constituição do “Comitê de Controle Social” e a nomeação do Gestor foram as *condicionalidades* prescritas aos municípios para que se tornassem aptos a preencher o “Termo de Adesão” ao Bolsa Família. Esse contrato objetivou atender, por meio da redistribuição da *renda mínima*, a demanda social dos municípios no governo petista.

Neste desenho institucional, cabe ao Gestor o acompanhamento do grupo doméstico em suas *contrapartidas*, por meio do acesso de informações pertinentes junto às instituições de Saúde e Educação. Se o grupo doméstico não cumprir as *contrapartidas*, o Gestor poderá tomar iniciativas que possibilitem reverter a situação; no entanto, caso o grupo doméstico não se disponha a realizá-las, o Gestor tem autonomia (em comunicação com a SENARC) para bloquear o *benefício*, através do Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família (*online*). Esse sistema constitui um dos principais instrumentos de trabalho do Gestor municipal.

Portanto, as ações dos operadores do Bolsa Família no âmbito municipal estão vinculadas à SENARC. Assim, a forma de ação do governo federal se apresenta na

²⁸ A nomeação do Gestor pode deflagrar conflitos no âmbito da administração pública, como veremos na etnografia do departamento responsável pela operacionalização do Programa Bolsa Família em Colina D’Água, no capítulo III.

configuração da relação entre a SENARC e a prefeitura. Poderíamos acrescentar também, a mediação que a CEF possibilita entre essas duas instâncias a partir do gerenciamento do CadU; e com o segmento beneficiário na liberação do cartão e pagamento do *benefício*. É nestas inter-relações que o Programa Bolsa Família é operacionalizado.

Ao participar ou ser referido a diversas instâncias, entre elas: Saúde, Educação, MDS, SENARC, CEF, órgãos municipais, famílias receptoras e potenciais receptoras, e também na mídia, o Bolsa Família ganhou substância e praticamente autonomizou-se. A intersectorialidade e os diferentes programas sociais vigentes na esfera federal estão como que subsumidos no Bolsa Família. Por conseguinte, esse programa possibilitou a) a unificação dos programas *remanescentes*, b) a centralização da gestão em um único ministério (MDS), c) a metodologia para a inclusão dos beneficiários no programa (RAIS) e d) o acompanhamento das *contrapartidas* pelo Gestor municipal.

Seguindo o indicativo dado pelo IBGE (como visto anteriormente), o governo federal incluiu, no primeiro semestre de 2006, onze milhões e cem mil famílias no Bolsa Família. Poderíamos pensar que esse quantitativo é decorrente exclusivamente da unificação dos programas *remanescentes*. No entanto, os dados disponibilizados pelo MDS, referentes ao número de famílias atendidas por esses programas desde 2002, não nos permitem ter uma conclusão. Os recursos investidos tanto no Bolsa Família quanto nos programas *remanescentes* podem nos dar uma referência mais clara, como podemos ver na tabela 1.²⁹

Tabela 1. Financiamento dos Programas de Renda Mínima pelo Governo Federal de 2002 a 2006

PROGRAMAS	2002	2003	2004	2005	2006
Programa Bolsa Família	0	0,57 bilhão	3,22 bilhões	5,44 bilhões	8,5 bilhões
Programas Remanescentes*	2,3 bilhões	2,43 bilhões	1,70 bilhões	1,10 bilhões	--

Fonte: Relatório [parcial] Comparativo de Políticas Sociais –2002 a 2005 publicado no sítio www.mds.gov.br; acesso em 17/11/2006

*Bolsa Escola +Cartão Alimentação (PNAA) + Auxílio Gás +Bolsa Alimentação

²⁹ Nos quadros estatísticos referentes aos programas remanescentes em processo de unificação não se encontra o PETI. Embora ele também esteja sendo integrado ao Bolsa Família, sua unificação é diferenciada. A sua especificidade relativa à erradicação do trabalho infantil e à jornada escolar ampliada deverá ser mantida. No capítulo III, abordaremos o conflito instaurado com a transferência da coordenação do PETI para a coordenação do Bolsa Família.

Os dados oficiais demonstram que os recursos disponibilizados em 2006 para o Bolsa Família são mais que o triplo daqueles disponibilizados em 2002 para os programas *remanescentes*. Embora esses programas estejam sendo unificados, em julho de 2006 havia ainda um número considerável de famílias que não haviam migrado para o Bolsa Família, conforme vemos na tabela 2.

Tabela 2. Total de Famílias Beneficiárias da Renda Mínima no Brasil (2006)

Bolsa Família	Bolsa Escola	Bolsa Alimentação	Cartão Alimentação	Auxílio Gás	Total dos Remanescentes
11.120.353	142.962	5.970	37.820	1.017.480	1.204.232

Fonte: Demonstrativo [parcial] referente a julho/2006; publicado no sítio www.mds.gov.br; acesso em 17/11/2006.

Portanto, em 2006, o governo federal atingiu a sua meta referente ao Programa Bolsa Família, mas não em relação a unificação dos *remanescentes*. O fato de não ter ocorrido a unificação, prevista inicialmente para abril de 2006, indica que muitas famílias receptoras de programas *remanescentes* não fizeram o recadastramento. Essa situação predominava em praticamente todos os Estados e municípios. Como exemplo, apresentamos nas tabelas 3 e 4, os dados referentes ao Paraná e ao município paranaense de Colina D'Água.

Tabela 3. Total de Famílias Beneficiárias da Renda Mínima no Paraná (2006)

Bolsa Família	Bolsa Escola	Bolsa Alimentação	Cartão Alimentação	Auxílio Gás
462.937 famílias	12.052 famílias	828 famílias	100 famílias	79.235 famílias

Fonte: Demonstrativo [parcial] referente a julho/2006; publicado no sítio www.mds.gov.br; acesso em 17/11/2006.

Tabela 4. Total de Famílias Beneficiárias da Renda Mínima em Colina D'Água/PR (2006)

Bolsa Família	Bolsa Escola	Bolsa Alimentação	Cartão Alimentação	Auxílio Gás
633 famílias	9 famílias	--	--	32 famílias

Fonte: Demonstrativo [parcial] referente a julho/2006; publicado no sítio www.mds.gov.br; acesso em 17/11/2006.

A tabela 4, diferentemente das demais, indica um processo em fase final de unificação e expressa o trabalho da gestão municipal de Colina D' Água em sua comunicação com as famílias incluídas em programas *remanescentes*, propiciando o recadastramento. A tabela 4 expressa também a comunicação desse município com a SENARC, no envio regular de informações atualizadas. Embora a unificação não tenha sido efetivada até julho de 2006 (cf. tabelas 2, 3 e 4), a proporção de famílias receptoras do Bolsa Família em relação aos demais programas indica que esse processo está avançado em todo o país.

Tendo em vista que o grupo doméstico beneficiário precisa atualizar seus dados junto ao órgão municipal a cada dois anos (pois se não houver nenhuma alteração no Cadastro Único nesse período o benefício será bloqueado e, decorrido certo tempo, cancelado), pode-se presumir que a unificação será levada a termo em um período próximo.

O Bolsa Família tem suscitado debates na imprensa desde sua implantação. As principais críticas apresentadas a esse programa são: a) suposto caráter assistencialista; b) implicações da forma de financiamento do programa; e c) denúncias de irregularidades na concessão dos *benefícios*. Assim, na maioria das vezes, a imprensa tem dado ao Bolsa Família uma conotação negativa e ao mesmo tempo, dedicado espaço privilegiado a ele, sobretudo, no ano eleitoral de 2006.

A divulgação de resultados de pesquisas oficiais em relação à diminuição da desigualdade social nos últimos 5 anos – desde a implantação dos programas de transferência de renda mínima na esfera federal, em 2001 -, percebidos como positivos pelo governo federal, tem tido uma leitura diversa na imprensa brasileira. A imprensa, de modo geral, em diversas reportagens e artigos divulgados nos anos de 2005 e 2006, tem entendido que o volume de recursos federais direcionados para a política social estaria contribuindo para a construção de uma clientela política, patrocinada pelo atual programa de *renda mínima*. De fato, nas eleições de 2006, a maioria dos votos de Lula vieram exatamente das regiões com maior número de beneficiários do Bolsa Família, corroborando a percepção do suposto caráter clientelista do programa. Entretanto, conforme pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), houve uma queda de 4,42% na desigualdade social brasileira medida no período de 2001 a 2004 (Folha de São Paulo, 9/06/2006).

Não é objetivo desse trabalho avaliar essas perspectivas ou definir qual delas seria a mais correta. Trata-se, ao contrário, de deixar esse plano genérico de apresentação das políticas de redistribuição de renda mínima para apreender como se dá concretamente o processo de implantação do Programa Bolsa Família num contexto específico. Desse modo, no próximo capítulo delinearemos algumas das especificidades do município de Colina D'Água, contexto da pesquisa etnográfica, e algumas das questões que serão aprofundadas nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

COLINA D'ÁGUA: UMA APROXIMAÇÃO AO CONTEXTO ETNOGRÁFICO

Neste capítulo, esboçaremos algumas das particularidades sociais, econômicas e políticas de Colina D'Água. Veremos aqui, que tem havido nessa localidade (e região) um amplo processo de reestruturação fundiária, introduzido por reflorestadoras; e também como redes de parentesco se articulam e se definem como segmentos políticos orientando as contratações e nomeações para cargos na administração pública municipal. Nosso objetivo é aproximar o leitor do universo social pesquisado, assim como introduzir os temas que serão problematizados nos demais capítulos.

O município de Colina D'Água está localizado no Vale do Ribeira paranaense, a aproximadamente 150 km ao norte de Curitiba, capital do Paraná. O Vale do Ribeira é delimitado pela bacia hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape e engloba municípios dos Estados do Paraná e São Paulo. Formado de vales e colinas, o Vale contém remanescentes florestais da Mata Atlântica, inúmeras cachoeiras, fontes de água mineral, nascentes, cavernas, rios, montanhas e áreas de preservação ambiental. Embora tenha esse aporte de bens naturais, o Vale é considerado pelas esferas governamentais como uma das regiões do país de maior desigualdade social.³⁰

Colina D'Água emancipou-se em 1990 do *município-mãe*.³¹ Do município-mãe até a sede de Colina, transita-se em uma estrada sinuosa e sem pavimentação, por aproximadamente 50 Km, de uma região de morros e vales. Até o final da década de 1970, esse percurso era feito a pé ou a cavalo; era um *caminho de tropa*.³²

³⁰ O Ministério da Integração Nacional (MIN), dividiu o Brasil em 13 mesorregiões. Essas são áreas que possuem os menores índices de desenvolvimento econômico e social do país, e com prioridade para a implantação de políticas públicas, sendo o Vale do Ribeira/Guaraqueçaba (Paraná e São Paulo), uma delas.

³¹ Encontramos em jornais locais do período da emancipação, a denominação de “município-mãe” como referência ao município do qual Colina desmembrou-se. E um dos vereadores de Colina D'Água, em entrevista, ao referir-se àquele município, comentou que era o “município mãe”. Durante a pesquisa etnográfica, as constantes referências a esse município (pelo nome verdadeiro) nos fizeram apreender, implícitos nos discursos, os vínculos que ainda unem ambos os municípios. Desse modo, usaremos a categoria nativa município-mãe em referência àquele município.

³² Caminho de tropa é o percurso utilizado por tropeiros que transportavam cargas de gêneros variados, com burros ou mulas, na região.

Atravessa-se uma das pontes sobre o Rio Ribeira do Iguape, em anos passados bem mais volumoso. Avistamos no caminho algumas casas no alto do morro e no fundo do vale, como que cercadas pelas árvores. Algumas casas, escondidas pela paisagem, são percebidas através da fumaça que sobe pela chaminé. A fumaça pode denotar uma pessoa cozinhando em fogão a lenha. À beira da estrada ficam outras casas.

De vez em quando, vêem-se carros e viajantes a cavalo ou a pé; crianças esperando o transporte escolar com destino à escola na sede de Colina D'Água; alguns adultos aguardam o transporte escolar para diminuir o tempo de ida a algum lugar.

Silêncio. No silêncio do ônibus, inicia-se uma conversa cochichada, mas logo acaba. Mesmo as crianças permanecem em silêncio. Cumprimenta-se os conhecidos e retorna-se imediatamente para o universo interior. Ao longo do percurso pessoas sobem e outras descem. Mas é a praça, na sede de Colina D'Água, o ponto final.

A praça é o espaço central de circulação das pessoas que chegam e que saem da sede municipal via transporte público e um importante ponto de encontro. Na praça há uma “banquinha” (onde são vendidos produtos de consumo imediato, como doces e salgadinhos), um parque infantil, o Cartório (uma filial do Cartório do município-mãe), bancos de madeira e um espaço para o busto em homenagem a um político de expressão nacional falecido há poucos anos e que nunca esteve neste município. Desse modo, a praça é configurada pelas pessoas conforme o momento: da chegada e da partida, do lúdico e do cerimonial. E é em seu entorno que estão localizados alguns prédios das principais instituições do município: a Câmara Municipal, a Prefeitura, o comércio,³³ as igrejas: Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular e a Católica.

Nessa localidade as igrejas evangélicas são predominantes, sendo a Congregação Cristã do Brasil e a Assembléia de Deus as maiores comunidades religiosas, com templos em diversos bairros rurais.³⁴ Entretanto, a igreja Católica está em lugar central (defronte ao busto na praça). Sua localização repete uma regularidade no Brasil. Contudo, ela usualmente fica fechada devido ao fato de o padre responsável por essa igreja residir no município-mãe, e ali também exercer esta função, vindo celebrar a missa em Colina uma vez ao mês.

³³ Dentro de uma loja de roupas, próxima da praça, fica o terminal bancário da Caixa Econômica Federal onde os beneficiários de programas sociais do governo federal recebem o benefício.

³⁴ Bairro rural é uma categoria nativa, no entanto, ela não será destacada devido a sua recorrência no texto. Analisaremos esta categoria em seus diferentes significados no capítulo IV.

O templo da igreja Católica data do início do século XX, reconstruído na década de 1950, manteve sua dominância espacial, porém, perdeu muitos dos fiéis com a afluência das igrejas evangélicas. A Assembléia de Deus foi a primeira igreja evangélica a instalar-se na sede municipal, no início da década de 1960. Após, vieram quase que simultaneamente as Igrejas do Evangelho Quadrangular e Congregação Cristã do Brasil.

Da praça são visíveis os limites do espaço urbano, onde mora pouco mais de 10% da população. Nesse município, 88% (IBGE, 2003) dos aproximadamente sete mil habitantes, moram em bairros rurais. Portanto, na configuração social dessa localidade predominam os segmentos camponeses, conforme veremos mais adiante.

Entre os moradores de Colina D'Água há uma constante referência às estradas, discursividade social que indica uma percepção da experiência histórica local como de “isolamento”.

2.1 A história local e a percepção de “isolamento”

A fundação do município-mãe tem estreita relação com a política de atração de imigrantes que teve início no Brasil em meados do século XIX. De acordo com Jair Ramos (2002), desde 1850, com o fim do tráfico escravo a obtenção, pela imigração, de um novo tipo de trabalhador consistia na formação de um mercado de trabalho livre. Nesse contexto, na perspectiva das elites brasileiras, a imigração européia assumiu um papel fundamental em dois sentidos distintos:

[Em um sentido] ela foi vista como um mecanismo de civilização e regeneração racial, em suma, como introdução no Brasil de uma nova qualidade de trabalhador. [Noutro sentido] a imigração européia foi, desde o início da imigração de massa, o mecanismo pelo qual era garantida às áreas mais dinâmicas da agro-exportação uma oferta de mão de obra abundante (...). Assim, aos olhos das elites brasileiras, a imigração européia era um instrumento, ao mesmo tempo, de manutenção da oferta de mão-de-obra para a grande produção agro-exportadora e de progresso econômico, civilizatório e racial (Ramos, 2002: 56).

Congruente com esse argumento e segundo um viés político associado ao mecanismo de civilização e de regeneração racial, foram enviados ao Vale do Ribeira paranaense imigrantes de diferentes etnias: alemães, ingleses, franceses, suíços, italianos, e outros (Tavares, 2002; Wachowicz, 1977 e 1987). Conforme aponta Ramos (2002), com o objetivo de colonização, a política imigratória do governo brasileiro

possibilitou o deslocamento de imigrantes para as regiões concebidas como despovoadas; predominantemente no Sul do Brasil.³⁵

No presente, há entre os moradores da sede municipal, descendentes de famílias consideradas tradicionais, duas versões divergentes sobre os primeiros moradores da atual Colina D'Água.³⁶ Segundo a versão de um membro da família Matias, reconhecida socialmente como a mais antiga da sede de Colina D'Água, “só negro morava aqui, foram entrando os brancos e os negros foram se retirando, se retirando”. Na versão de um membro da família Carvalho, de comerciantes tradicionais: “não tinha gente no município antes, aí começou a chegar os imigrantes e o lugar começou a crescer”.

Na versão de Carvalho apreende-se o movimento de construção de uma nova realidade. A ação dos imigrantes sobre um mundo percebido como, até então, imóvel, propiciou uma mobilidade ao próprio mundo, que começou a crescer. Nesse sentido, é possível fazer uma aproximação com a etnografia de Christine Chaves (2003) no município de Buritis (MG). Descreve ela, que os novos grupos de migrantes que ali chegavam eram associados a modernidade. Eles traziam novas técnicas e, desse modo, eram signos de mudança; “sendo Buritis uma ‘civilização migrante’, a identidade do município foi construída pela ação civilizatória daqueles que nele chegaram” (2003:134). De modo semelhante a Buritis, os imigrantes em Colina D'Água são percebidos como signos de mudança.

Nas versões descritas acima, a percepção de mudança se apresenta em dois sentidos: na mobilidade dada ao mundo e no deslocamento dos grupos que ali estavam. Na percepção de Matias, entretanto, o sentido da mudança é bastante distinto daquele vivido pelos migrantes em Buritis, pois os primeiros moradores “foram se retirando”, conforme chegavam novas levas de imigrantes.³⁷

³⁵ Ramos (2002) ao analisar as representações e práticas da política nacional de atração de imigrantes, conclui que: “em sua atuação, os agentes do Serviço [de Povoamento] não concebiam as práticas culturais daqueles que eram objetos de sua ação, nem como opção, nem como diferenças culturais, mas sim como desigualdades frente a um modelo ideal de comportamento ‘civilizado’ ou ‘patriótico’” (2002: 76-77).

³⁶ No esforço de compreender o significado de ambas as versões, é pertinente lembrar que “de um ponto de vista teórico, a veracidade do relato do informante é uma questão secundária para o desenvolvimento da pesquisa, cujo interesse não é estabelecer uma ‘verdade’ objetiva e neutra, mas registrar e analisar o modo como certas experiências foram percebidas e vividas por aqueles que delas participaram. (Bevilaqua, 2003: 57). Portanto, construir um distanciamento de uma perspectiva avaliadora das narrativas é condição primeira para se apreender a experiência nativa.

³⁷ Neste município, a questão da terra se apresentou como centralidade em relatos sobre a expropriação de terras pertencentes a famílias negras. Contudo essa questão não será aprofundada, por não se tratar do tema da pesquisa.

Contudo, se há diferentes percepções de mudança, há também entre os moradores uma sensível percepção de “isolamento”, de uma certa imobilidade da vida local associada e acentuada pela condição das estradas. Conforme o historiador Wachowicz (1977), devido a dificuldade de acesso para o escoamento da produção agrícola para outras regiões, muitos dos imigrantes que foram direcionados ao Vale abandonaram o local.

Até o final da década de 1950, o abastecimento do comércio, de produtos que não eram produzidos no interior do Vale, era feito pelas *tropas*. Um exemplo do modo como ele era realizado nos foi dado pelo Sr. Francisco Pera (81 anos). Ele nasceu e sempre morou na região que hoje é Colina D’Água. Foi produtor rural, criador de porcos e, também, o *tropeiro* que abastecia o comércio local. Naquela época, ele possuía dez burros para o transporte dos produtos. Em 1957, um dos comerciantes da localidade comprou uma caminhonete e começou a fazer o abastecimento e o Sr. Francisco foi trabalhar com ele.

Conforme o relato do Sr. Machado, professor no bairro Machado (ver capítulo IV), o principal acesso que liga a sede de Colina D’Água ao município-mãe foi construído somente no início da década de 1980. Esse fato teria influenciado na eleição do segundo prefeito do novo município, conforme veremos mais adiante.

Em 2005, o governo de Roberto Requião (governador do PR pelo PMDB, eleito em 2002 e reeleito em 2006) financiou a pavimentação do principal acesso que liga a capital paranaense ao município-mãe. Essa era a mais importante reivindicação política do governo e da população local ao governo do Estado nas últimas décadas. A construção desse asfalto foi bastante significativa para a sociedade local, como deixa entrever a frase inscrita em uma placa fixada na praça central do município-mãe, após a pavimentação: “Sorria [...] o progresso chegou”.

Segundo moradores em Colina D’Água, Requião teria *prometido* a pavimentação do trecho que liga o município-mãe à sede municipal, se reeleito em 2006. Tanto no município-mãe como em Colina, ele teve um elevado índice de votos, corroborando para sua reeleição. Com isso, a pavimentação daquela estrada é tida como certa em Colina e se comenta a possível chegada do asfalto em concomitância com a chegada do *progresso*. Nessa percepção, assim como o *progresso* chegou ao município-mãe via asfalto, é pelo asfalto que o *progresso* chegará a Colina D’Água. O asfalto, então, se apresenta como o inverso do “isolamento”, podendo constituir uma contiguidade com o “exterior”, diminuindo as diferenças e as distâncias.

Antonádia Borges (2002), ao analisar o discurso do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), realizado em um evento político de *assinatura do asfalto* em 2000, argumenta que,

A partir daquele dia a poeira, a lama ou o asfalto se tornaram verdadeiros símbolos políticos [no Recanto das Emas - DF]. A compreensão de cada um acerca desses símbolos passou a conter também uma revelação de sua posição política [partidária]. O asfalto veio se opor à poeira e à lama (Borges, 2002: 93).

Podemos ver que tanto no Recanto das Emas, um contexto urbano, quanto em Colina, a simbologia associada ao asfalto produziu repercussões e revelou posições políticas. Entretanto, se foi em um evento político que, no Distrito Federal, o asfalto foi construído como símbolo político, em Colina D'Água foi a experiência cotidiana que o fez. O entendimento de que as estradas sem pavimentação são um transtorno para a vida cotidiana, que impede o desenvolvimento local, propiciou a representação de que moram *no mato*. A constatação da dificuldade de trânsito devido à geografia local (de vales e colinas), associada a situação das estradas principalmente em caso de doença, quando torna-se urgente a ida ao médico, propiciou também uma percepção da vida local como *sofrida*.

O “sofrimento”: uma perspectiva da vida local

A categoria sofrimento possui uma diversidade de conteúdos naquele contexto. “Este é um povo sofrido” ou “a vida aqui é de sofrimento” foram frases repetidas diversas vezes, por diferentes pessoas, em diferentes bairros rurais. Essa categoria pode ter emergido no sentido de responder as questões colocadas pela pesquisadora, talvez até para se apresentar como potencial recebedor da política social do governo federal. Entretanto, um recorte muito específico foi feito pelas pessoas ao falar de suas vidas. Esse recorte pode condensar *uma* das percepções da vida, uma face diante de tantas outras.

Nesse sentido, é *sofrido* levantar-se às cinco horas da manhã para trabalhar na lavoura; ir trabalhar com dor de dente, enfim, a falta de *condições* para ir ao médico em situações de doença. E aqui, *condição* assume múltiplos significados. Não somente o econômico, mas acima deste, a distância e o tempo para se chegar ao hospital e mesmo a ausência de uma instituição de saúde próxima. Assim, *sofrido* é referente também da

inter-relação dos moradores com as instâncias públicas, principalmente quando surgem obstáculos para o acesso a elas.

Fazendo um contraponto: se para o governo federal *situação de pobreza* é definida a partir de um critério econômico interno ao grupo doméstico, no contexto desta pesquisa *sofrido* diz respeito a diferentes situações sobretudo externas à vida doméstica. No entanto, essas situações externas trazem implicações para a dinâmica interna ao grupo doméstico, acentuadas em situações emergenciais. Roberto Da Matta (1997) entende que no Brasil “tudo que fica fora de nossa casa é um ‘problema do governo’!” (1997: 20). Em Colina D’Água, a percepção de sofrimento diz respeito a um problema de governo, no estrito sentido do termo, e se configura em uma posição política que traduz como *sofrimento* a desigualdade experienciada.

É significativo aqui o relato do professor Nelson Machado ao referir-se ao *mutirão* realizado para a construção do principal acesso do bairro Machado ao município-mãe, quando os homens daquela região se reuniram e foram abrindo a estrada a enxada por 30 Km.

Essa estrada passou aqui em 1980 [estrada que liga Colina ao município-mãe], muita gente abre a estrada a enxada [...], se ficava doente morria aqui mesmo, não tinha vacina, médicos nem meio de condução, viajava a pé ou a cavalo. (prof. Machado, 2006).

A construção dessa estrada, assim como de muitas outras em Colina D’Água e em outros contextos etnográficos (ver Chaves, 2003), foi realizada primeiro por *mutirão*. Somente na gestão do então prefeito do município-mãe Fernando Lima, é que a “máquina” a abriu efetivamente. Até então, era um *caminho de tropa*.

A representação, nessa citação, da falta de um acesso adequado ao bairro como impedimento para deslocamentos rápidos em casos de emergência e, também, de uma instituição de saúde próxima, traz implícitas as percepções de “isolamento” e “sofrimento”. Desse modo, ambas as categorias estão em relação, no entanto, isso não nos permite pensar que o sentido do “isolamento” esgote a abrangência dos significados do “sofrimento”.

Em Colina D’Água, abrir e cuidar bem das estradas, usar veículo próprio ou mesmo um veículo público como meio de transporte de pessoas da localidade em caso de doença, ou eventuais emergências, tem refletido positivamente nas urnas locais, como veremos na etnografia do capítulo V.

2.2 As transformações recentes na dinâmica econômica local

Se, conforme argumentamos acima, a percepção de “isolamento” pode significar para a população uma imobilidade, uma certa inércia no município, de modo algum ela abrange todos os níveis da experiência local. A mudança também constitui uma parte importante da discursividade e experiência dos moradores em Colina. Esboçaremos neste item, tendo em vista a perspectiva nativa, a principal mudança recente na economia da localidade (e regiões limítrofes) e algumas de suas implicações.

Na década de 1980, teve início em Colina D’Água um processo de transformação no modo de uso da terra. A agricultura doméstica cedeu espaço às plantações de florestas de pinus. Essa transformação incide diretamente sobre a maioria dos moradores em bairros rurais e tem sido, em muitos casos, conflituosa. *Pequenos produtores* estão “perdendo” suas terras, parcial ou totalmente para as reflorestadoras de pinus. Segundo o relato de um morador em Colina D’Água, as reflorestadoras plantam o pinus na terra do *pequeno produtor* e depois demandam a terra na “justiça”: “[...] o limite é dado pelo pinus, se tem pinus na terra a terra não é mais do morador.” Em 2003, foram produzidos ali 710.000 metros cúbicos de madeira em tora (www.ibge.gov.br).

O processo de reestruturação fundiária tem acentuado a presença de um agricultor assalariado e diarista. Entretanto, nos pequenos espaços de seus *terrenos* - categoria nativa para a terra por posse ou legalizada juridicamente -,³⁸ arrendando ou aforando terras, eles têm mantido a *lavoura*, a *roça*.³⁹ Nesse município a produção de poncã e laranja se sobrepõe às outras plantações comerciais. Em 2004, a área utilizada para o plantio de poncã foi 2.342 hectares, e para a laranja 200 hectares (fonte: IBGE, 2004). Na agricultura doméstica predominam as plantações de milho, feijão e mandioca.

³⁸ Para uma análise sobre os conceitos de propriedade da terra, na perspectiva do campesinato do Maranhão, ver Musumeci (1988). Consoante essa autora, “o termo *propriedade*, no vocabulário ‘jurídico’ do grupo investigado, não se refere à prerrogativa sobre a terra obtida por compra e titulação, mas sim a uma modalidade particular de posse, um tipo de *direito* individual, submetido tanto quanto os outros, em última análise, à ‘lógica’ da apropriação pelo trabalho” (1988: 93).

³⁹ As categorias *roça* e *lavoura* dizem respeito ao local onde são plantados, predominantemente, o milho, a mandioca e o feijão, sendo termos intercambiáveis para os entrevistados.

Durante a pesquisa etnográfica, diversos foram os interlocutores que fizeram referências à *invasão* das plantações de pinus, com alusões de que estas já abrangem quase a metade do território municipal. A representação de que o plantio de pinus predomina sobre a agricultura de modo geral, pode ser depreendida das falas abaixo:

Agora quase não tem lavoura, tá tudo virando pinus. Trabalhei no pinus, tirava a resina do pinus até encher o tambor (Tereza, recebedora do Bolsa Família; 2006).

A maioria dos homens vai para o pinus. Vão para o pinus porque não tem área para plantar, porque quem tem um terreninho está plantando pinus. A empresa compra os terrenos e vão circulando os pequenos, o pequeno produtor fica preso sem estrada pra sair. Com pinus de todos os lados são obrigados a vender [...] (Nelson Machado, professor no bairro Machado, 2007).

No bairro Gramado o produtor está mudando a monocultura, alguns estão diversificando, outros estão deixando a lavoura para trabalhar assalariado e alguns estão plantando pinus entre os pés de laranjal [...] quando o pinus crescer mais um pouquinho tem que cortar o laranjal porque o pinus seca tudo (Amilton Nunes, vereador, 2007).

Essas citações demonstram que há um entendimento, praticamente generalizado, em diferentes segmentos sociais, de que “tá tudo virando pinus” em Colina e, também, que nesse processo houve a apropriação dessa lógica por parte dos *produtores* da localidade.⁴⁰ Muitos deles estão plantando pinus onde era *lavoura*. Esse fenômeno provocou mudanças nas relações de trabalho de um meio em que predominavam as relações de trabalho familiar para as relações “capitalistas”.⁴¹ Por conseguinte, propiciou transformações na vida de muitos agricultores. Nesse contexto, madeireiras e reflorestadoras têm, na população local, um contingente de mão-de-obra.⁴² E se até um período recente as esferas econômica e doméstica estavam acopladas devido a predominância da relação de trabalho familiar, com o avanço, percebido como uma *invasão*, do plantio de pinus no município, elas passaram a se distinguir em um plano – das relações capitalistas -, mantendo uma contiguidade em outro plano – das relações de trabalho familiar -, conforme veremos no capítulo IV.

⁴⁰ Na configuração social desse município, produtores rurais fazem parte do segmento social que não precisa vender sua força de trabalho. Há, em Colina, plantações de melancia, abacaxi, poncã, laranja, arroz e outras. E alguns destes produtores plantaram, total ou parcialmente, pinus em suas propriedades.

⁴¹ Otávio VELHO (1996) em “Capitalismo autoritário e campesinato” discute as fronteiras em movimento e as diferentes formas do capitalismo.

⁴² A População Economicamente Ativa (PEA) no município de Colina D’Água é de 3.391 pessoas, sendo 3.008 do meio rural; e 2.728 estão ocupadas em atividades na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (www.ipardes.gov.br; Cadernos IPARDES 2006).

Em Colina D'Água, a experiência social de mudança em um nível da realidade não se confunde com a de imobilidade em outro. Assim, enquanto a mudança cria o mundo, a percepção de imobilidade o reproduz

As recentes transformações na dinâmica econômica local são acompanhadas de uma não menos intensa efervescência política. Na disputa agonística no âmbito do poder público houve a cassação de um prefeito, conforme apresentaremos a seguir.

2.3 Conflituosidade política e redes de parentesco: a história de uma cassação

O distrito de Pinheiros, comarca do município-mãe desde 1947, foi emancipado com a denominação de Jardim Clara em 1990.⁴³ Esse era o nome da sede do distrito e pelo qual muitos moradores ainda a ele se referem. O processo instaurado para a emancipação, sustentado por um *abaixo-assinado* dos moradores, foi conduzido pelo então vereador no município-mãe Túlio Mendes (PTB) e pelo então deputado estadual Aníbal Khury (PFL).⁴⁴ Por razões políticas, Aníbal Khury apresentou projeto de lei sugerindo a alteração do nome “Jardim Clara” para “Colina D'Água”.

Embora a emancipação tenha sido aprovada em 1990, as eleições ocorreram em 1992, de acordo com o calendário eleitoral oficial brasileiro. O primeiro prefeito de Colina D'Água, Túlio Mendes (PTB, 1993-1996),⁴⁵ um dos líderes do processo de emancipação, tinha sido vereador no município-mãe e, em Colina, gerenciava uma reflorestadora de pinus.

⁴³ Na década de 1990 foram emancipados em todo o país 4.491 municípios, fenômeno que tem correspondência com o período pós Constituição de 1988. Segundo TOMIO (2002), “(...)Um outro aspecto relevante é a maior frequência de municípios criados com pequena população (cerca de 74% dos municípios criados e instalados nas últimas duas décadas têm menos de dez mil habitantes). Na região Sul, estes perfazem mais de 90% do total. (...) A diminuição das exigências à emancipação municipal pelas legislações estaduais, aliada a outros componentes institucionais, está diretamente relacionada à criação de municípios, visto que cerca de 75% destas novas entidades federativas não poderiam existir dentro do quadro legal anterior à última Constituição.”

⁴⁴ Aníbal Khury, catarinense de descendência libanesa, iniciou sua carreira política aos 21 anos, como vereador em União da Vitória - PR, em 1945. “Eleito deputado estadual em 1954. E reeleito sucessivas vezes. Preso e cassado em 1969. Eleito deputado estadual pelo PMDB em 1982. Foi reeleito várias vezes e foi Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná muitas vezes (...) Faleceu em 30.08.1999 em pleno prestígio, supremacia e hegemonia política em várias esferas da vida administrativa, burocrática e parlamentar no Paraná.” (Oliveira, 2001)

⁴⁵ O vice-prefeito foi Estevão Nunes, produtor rural e morador no Bairro Gramado. Sua atuação política não foi mencionada em nenhuma entrevista, ao contrário, sua esposa Amélia Nunes atua ativamente como líder comunitária (conforme se auto-denominou) e, seu filho Amilton Nunes foi eleito vereador na eleição de 2004.

De acordo com relatos de moradores, na campanha para vereador, Túlio Mendes teria *prometido* à população do então Jardim Clara que, se eleito, iria fazer do distrito um município. A entrevista abaixo, concedida ao jornal de um município limítrofe à Colina, no primeiro ano de sua gestão (1993), explicita a versão que o prefeito Mendes tinha da emancipação e da população:

O mau atendimento dos prefeitos anteriores, que não davam a mínima atenção para esse povo pobre que existia em “Jardim Clara”, foi o motivo da separação. Achei que a elevação de “Jardim Clara” a município traria alguma coisa de bom para esse povo tão sofrido. Devo ao deputado Aníbal Khury essa transformação. Como vereador trabalhei pela emancipação do município (ênfases nossas).

Seu discurso político reproduz uma representação de *pobreza*, conforme discursividade remetida ao Vale do Ribeira como um todo (como podemos ler em notícias veiculadas sobre os municípios do Vale); reproduz também a representação de *sofrido*, conforme discursividade da própria população. Mendes ancora sua fala em duas perspectivas distintas. Ele explicita, de um lado, um olhar exterior ao grupo local, fundamentado num viés econômico e, de outro lado, a perspectiva do próprio grupo, fundamentada na experiência cotidiana. No entanto, se para Mendes as categorias “pobre” e “sofrido” podem ser entendidas como sinônimas, na concepção dos moradores o mesmo não se verifica. Há entre estes, uma regularidade de identificação com uma situação percebida sob o signo do sofrimento e que não necessariamente aparece associado a de *pobreza*.

Da citação acima podemos também apreender o movimento que propiciou a construção do município. O então prefeito Túlio Mendes se coloca na posição de *trabalhador* e a Aníbal Khury, dá o mérito da *transformação*. Podemos ver nessa “divisão social do trabalho”, a assimetria da relação entre ambos e a instauração de uma dívida (Mauss, 1974) do vereador em relação ao deputado, mas também da população local em relação a ambos.

Desse modo, eles aparecem como personagens principais na criação de Colina. Conforme o vereador Tiago Dias (PMDB), professor e comerciante no bairro Laranjeira antes da emancipação, muitos duvidavam que haveria o desmembramento. Ele mesmo acreditou somente depois que Túlio Mendes o convidou para candidatar-se a vereador pelo PTB. No entanto, “trabalhar” na criação do município não foi suficiente para que Túlio Mendes se reelegesse prefeito de Colina D’Água.

Nas eleições seguintes (1996, 2000 e 2004) foram eleitos candidatos residentes no município-mãe. Assim, manteve-se uma continuidade na prefeitura com *gente de fora* - categoria nativa. Contudo, em 2004 abriu-se um intervalo nessa continuidade com a cassação do prefeito eleito em 1996 e reeleito em 2000. Esse fato tem sido até hoje motivo de rumores, fofocas, antagonismos e acusações.

Em 1996 (pelo PDT) e 2000 (pelo PFL) foram eleitos para prefeito e vice-prefeito em Colina, os candidatos Fernando Lima (Nando) e Ricardo Machado, ambos do município-mãe.⁴⁶ Fernando Lima havia sido prefeito no município-mãe de 1976 a 1982. Nesse período, credita-se a ele a abertura da estrada que liga a sede do então Jardim Clara ao município-mãe. A partir dessa ação e tendo em vista a valoração social das estradas, Lima conquistou o reconhecimento e a lealdade política da maioria dos moradores. Em sua primeira gestão, Fernando Lima (PDT) desapropriou uma área de pinus (do maior proprietário de terras do município), no bairro Brejinho, para o assentamento de famílias que estariam no município sem moradia.⁴⁷ Conforme relatos, algumas destas famílias perderam ou venderam suas terras para as reflorestadoras e outras vieram *de fora* para trabalhar nas florestas de pinus. Lima também patrocinava a Festa da Laranja e da Poncã, com a eleição da Rainha da Poncã - “Nando era muito festeiro”, “Nando era querido do povo” .

Chaves (2003) apresenta, na etnografia do município de Buritis (MG), o perfil de dois políticos que se intercalaram no poder por duas décadas, eles, assim como Fernando Lima, também promoveram o assentamento de famílias em Buritis. Chaves demonstra que, na perspectiva da população, ambos possuíam características distintas: um era considerado “bom político/boa pessoa” e o outro “bom administrador”. Essas qualificações “representavam instâncias opostas de sua ação e do exercício político em geral, de modo que a ênfase em um aspecto se verificava em detrimento do outro” (2003:35). O prefeito considerado “bom político” era, como Fernando Lima, muito festeiro, mas não administrava o município com eficiência. Em Colina D’Água, Fernando Lima é lembrado pelas festas e por sua administração. Isso pode significar, fazendo uma aproximação com Buritis, que na percepção local, ele pode possuir ambas as características: “bom político e bom administrador”.

⁴⁶ Ricardo Machado trabalhava na época na Assembléia Legislativa de Curitiba.

⁴⁷ É significativo, politicamente, o fato de a área desapropriada ter sido no bairro Brejinho, local de moradia do ex- prefeito Túlio Mendes – que mudou-se do município.

Contudo, em 2003, o Tribunal de Contas do Estado rejeitou a prestação de contas da administração de Fernando Lima durante os anos de 1997 e 1998, sugerindo desvios de verbas públicas. Esse fato possibilitou a formação de uma comissão processante na Câmara Municipal para a averiguação das supostas irregularidades.⁴⁸ A assessoria jurídica da prefeitura apresentou defesa, entendendo a formação da comissão processante como “manobra política”. Porém, a comissão entendeu que as irregularidades eram claras e deu continuidade ao processo de cassação. O processo iniciado em 2003, culminou na aprovação da cassação pela maioria dos vereadores (seis votos a favor e três contra) em maio de 2004.⁴⁹ Com isso, assumiu a prefeitura o então vice-prefeito Ricardo Machado (PFL).

A forma como um acontecimento é interpretado diverge, muitas vezes, conforme a posição dos sujeitos dele participantes: como espectadores ou como agentes. Como o fato está imbuído de valor (Dumont, 1992), ele pode ser motivo de uma multiplicidade de interpretações, hierarquizadas socialmente. Desse modo, intrigas (Marques, 2002), fofocas (Elias, 2000) ou acusações (Douglas, 1999; Evans–Pritchard, 1978), podem produzir sérias implicações para o contexto local. Nesse sentido, por exemplo, Mary Douglas (1999) traz à tona o modo como, na República Democrática do Congo, a construção discursiva na década de 1970, pela Igreja Católica, da crença na feitiçaria associada ao demônio implicou em rupturas de instituições fundamentais para o “equilíbrio” das redes de solidariedade. Esse fato propiciou a deslegitimação da autoridade dos mais velhos ante os jovens, bem como torturas e mortes dos acusados de atos percebidos pelos cristãos como de feitiçaria. Dessa incursão, podemos compreender que as narrativas nativas acerca de um acontecimento não são neutras, pelo contrário, estão imersas em valores que falam de vínculos de lealdade e de antagonismos e colocam em cena a reputação dos envolvidos. Tendo isso como orientação, tentaremos apreender, a partir da análise de três versões, os valores que orientaram o processo de cassação do prefeito de Colina D’Água.⁵⁰

Em duas das versões, quase confidenciais, obtidas sobre a cassação, o vice-prefeito Ricardo Machado apareceu como o personagem principal, responsável pela

⁴⁸ Uma das acusações seria o desvio de verbas direcionadas à construção de um hospital no município.

⁴⁹ Segundo um vereador da oposição, Fernando Lima foi julgado mas não houve condenação, “a justiça não olha pra nós”.

⁵⁰ Para uma análise sobre processos de cassação por quebra de decoro parlamentar no Congresso Nacional, ver Carla Teixeira (1998).

efetivação da cassação. Versão 1. Segundo um vereador que votou a favor da cassação, os vereadores estavam insatisfeitos com a administração de Fernando Lima porque este mantinha a administração financeira de Colina no município-mãe, sendo o tesoureiro (atual prefeito de Colina) o então genro de Fernando Lima. O vice-prefeito, que também não morava em Colina, em uma das visitas ao município, ao saber dos conflitos, teria se envolvido ativamente no processo de cassação -“entrou na briga”. Versão 2. Nessa versão, de aliados políticos do prefeito cassado, o vice-prefeito teria sugerido um acordo aos vereadores para que fosse aprovada a cassação sob a justificativa de corrupção. Após algumas tentativas, mal sucedidas por falta de apoio político, Ricardo Machado teria proposto apoiar a candidatura para prefeito, na eleição de 2004, de dois vereadores pertencentes a famílias de prestígio *do lugar*. Assim, ele teria conseguido o apoio necessário para instaurar o processo de cassação. Versão 3. Na terceira versão, o conflito teria sido instaurado porque o prefeito teria se recusado a atender as solicitações de nomeações para cargos públicos, de pessoas indicadas pelos vereadores.

A análise das versões 1 e 2 possibilitará compreendermos o sentido da versão 3, que retomaremos mais adiante.

O conteúdo subjacente à narrativa das versões 1 e 2 pontua e reflete o mesmo fenômeno: o descontentamento da maioria dos vereadores por ter “gente de fora” na administração pública municipal. Na primeira versão, a causa do descontentamento seria um dos departamentos da prefeitura estar sendo administrado no município-mãe. Ou seja, fora do município e administrado por *gente de fora*. Na segunda versão, a cassação só foi possível devido a um acordo que viabilizaria a candidatura de “gente do lugar” para o executivo. Essas versões explicitam a importância da diferenciação entre os “do lugar” e os “de fora” na vida política desse município, fenômeno que teria acirrado os conflitos entre grupos políticos antagônicos.

Os fatos concretos que possibilitaram a cassação, ou seja, a não aprovação da prestação de contas de dois anos consecutivos, foram suplantados pelo entendimento, expresso nas primeiras versões, de que o município precisaria de um prefeito “do lugar” para administrá-lo. E talvez haja implícita nessas versões, a percepção de que as supostas irregularidades teriam ocorrido porque o Departamento Financeiro funcionava “fora”. Entretanto, as versões explicitam também que a cassação só pôde ocorrer devido a aliança entre o vice-prefeito (de fora) e a maioria dos vereadores (do lugar).

Cabe salientar que todos os vereadores residem em Colina D’Água. Contudo, um dos vereadores ressaltou que Ernani Santos (PTB) – atualmente no quarto mandato - na

primeira eleição comprovou residência em Colina, mas morava efetivamente no município-mãe e obrigou-se a mudar, pois “quase o cassaram”.

A diferenciação entre “do lugar” e “de fora”, conforme depreendemos das versões 1 e 2, pode indicar que, concomitante ao desmembramento geográfico e político, iniciou-se um “descolamento” de sentido da identidade territorial. Dos vários distritos do município-mãe, um deles se diferenciou e se elevou ao mesmo nível formal deste. Com isso, aos poucos, emergiu a diferenciação na esfera pública municipal, entre quem é de Colina D’Água e quem é do município-mãe. Como demonstra Márcio Goldman (2001), na análise da atuação dos Movimentos Negros nas eleições de Ilhéus (BA), os pertencimentos são múltiplos e permitem diferentes linhas de segmentação em diferentes dimensões da realidade social de acordo com o *contexto situacional* (Goldman, 2001).⁵¹ Nesse sentido, dada a conjuntura e a segmentação de grupos políticos,⁵² foi possível a cassação do prefeito, morador no município-mãe.

Com a cassação de Fernando Lima (PFL) em maio de 2004, quando iniciou o período eleitoral de 2004 para o exercício político de 2005-2008, o prefeito Ricardo Machado se alinhou ao governador Roberto Requião (PMDB) e lançou sua candidatura pelo PMDB. Segundo aliados de Fernando Lima, Machado “rompeu o acordo feito com os vereadores ao lançar sua candidatura”. O prefeito cassado apoiou a candidatura, pelo PFL, de Cláudio Costa, seu ex-genro e funcionário público municipal na função de tesoureiro; e para vice-prefeito, o vereador Roque Lemmos, político de família tradicional e de prestígio *do lugar* e um dos vereadores que havia votado contra a cassação.

A chapa PFL saiu vencedora nas eleições de 2004 - “mesmo com toda a ‘máquina’ trabalhando a favor do Machado”. Da mesma forma que uma aliança entre “do lugar” e “de fora” possibilitou a cassação, o equilíbrio da chapa PFL, com um candidato a vice da localidade e a prefeito do município-mãe, influenciou a eleição de Cláudio Costa.⁵³

⁵¹ A noção contexto de situação utilizada por Goldman (2001) é ancorada na perspectiva de Malinowski (1972). Para Malinowski, “fala e situação encontram-se inextricavelmente interligados e o contexto de situação é indispensável para a compreensão das palavras proferidas” (1972: 305).

⁵² Utilizamos a noção de grupo como contendo uma flexibilidade e uma complexidade de pertencimentos que se expande para além do grupo, ao mesmo tempo que seus membros compartilham de valores comuns.

⁵³ Uma articulação que contém a possibilidade de o atual vice-prefeito sair candidato a prefeito com apoio suficiente para eleger-se.

Ao assumir a prefeitura, membros do grupo político de Fernando Lima iniciaram um processo de desmoralização pública do ex-prefeito Ricardo Machado. Com clara conotação retaliativa, tendo em vista o seu suposto envolvimento na cassação, foi criada uma Comissão de Inquérito e investigação de atos ilícitos que teriam sido praticados por Ricardo Machado, no período que administrou a prefeitura no ano de 2004, nos seguintes termos:

Considerando a constatação de inúmeros atos ilícitos cometidos pela administração precedente, no período [...] de 2004, sobretudo pelo desaparecimento de bens materiais do município, extravio de documentos contábeis, falta de prestação de contas, interferência e supressão de informações no sistema de dados da Prefeitura, indícios de estelionato mediante a emissão de cheques sem provisão de fundos, gastos irregulares de recursos de convênios, dentre outras irregularidades, Resolve nomear comissão (...) (Portaria Municipal, Abril de 2005).

Também foi publicado em Jornal veiculado na região do Vale do Ribeira (PR) o seguinte texto anônimo:

...Sr. Ricardo Machado que, graças a seus mandos e desmandos inconseqüentes conseguiu, em sete meses de mandato atrasar em pelo menos quatro anos o desenvolvimento do nosso município, deixando um ponto escuro na história administrativa de 'Colina D'Água'. Pois o mesmo e sua equipe consumiram com boa parte de recursos financeiros, documentos e bens móveis dos diversos departamentos municipais, não dando a menor satisfação para a população e nem mesmo se dando ao trabalho de fazer sua prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado(...) (abril de 2005).

Essas retaliações públicas indicam que as rivalidades entre grupos políticos continuaram sendo alimentadas mesmo após o período eleitoral e muitas das acusações remetidas ao prefeito cassado foram, então, redirecionadas e endereçadas a Machado, colocando em cena sua reputação. Os dados aqui apresentados indicam um elevado prestígio do prefeito cassado, pois este, mesmo perdendo a legalidade do exercício político, construiu alianças e potencializou vínculos de lealdade propiciando a eleição do candidato do seu grupo político. Com isso, sua legitimidade foi reconfigurada em outros termos: assumiu a direção de um departamento da prefeitura.

Apresentamos, acima, três versões que descrevem os motivos da cassação do prefeito Lima, mas até aqui deixamos a terceira versão de fora da análise. Podemos retomá-la agora, introduzindo informações etnográficas que propiciam uma melhor compreensão dessa versão e do princípio que orienta as ações políticas na prefeitura.

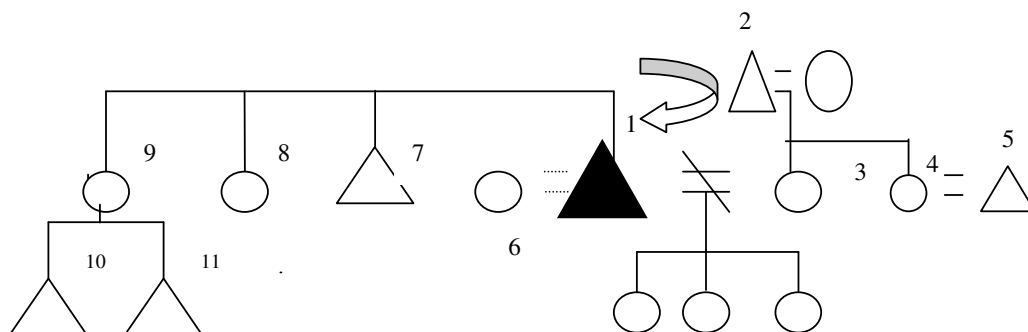
A versão 3 apresenta como motivo para a emergência do conflito que propiciou a cassação, a recusa do então prefeito Fernando Lima (PFL) em atender as solicitações de nomeações para cargos públicos de pessoas indicadas pelos vereadores. Contudo, em

Colina D'Água, redes de parentesco se fundem em segmentos políticos e muitos de seus membros são funcionários públicos.

Os cargos hierárquicos de maior relevância na prefeitura, usualmente, são preenchidos por indicações políticas. Entretanto, a precedência para a indicação destes cargos, como veremos no diagrama de parentesco 1, tende a ser do prefeito. E como tem havido uma continuidade de prefeitos “de fora”, o mesmo tem ocorrido na direção de muitos dos departamentos da prefeitura. Isso pode indicar que a versão 3 tem correspondência com as demais versões. A suposta solicitação dos vereadores no sentido de ter os seus indicados nomeados para cargos públicos pode denotar rivalidades não apenas em relação ao prefeito, mas também em relação aos ocupantes (“de fora”) de tais cargos. Isso indica que a diferença de interesses políticos no âmbito do poder público se expressa na diferenciação e rivalidade entre os “do lugar” e “de fora”. Essa diferenciação parece ser acentuada quando da disputa por prestígio e pelos bens materiais e imateriais que circulam na e pela prefeitura.

Sobrepondo o diagrama de parentesco 1 ao organograma 1, podemos depreender os vínculos entre o atual prefeito e o prefeito cassado, bem como os laços de parentesco entre ambos; e também, os vínculos entre o prefeito e alguns dos diretores dos departamentos municipais e outros profissionais da prefeitura. O diagrama de parentesco 1 nos instrumentaliza a identificar a dupla inscrição daqueles que integram o serviço público municipal: como membros de um grupo político e de uma rede de parentesco.

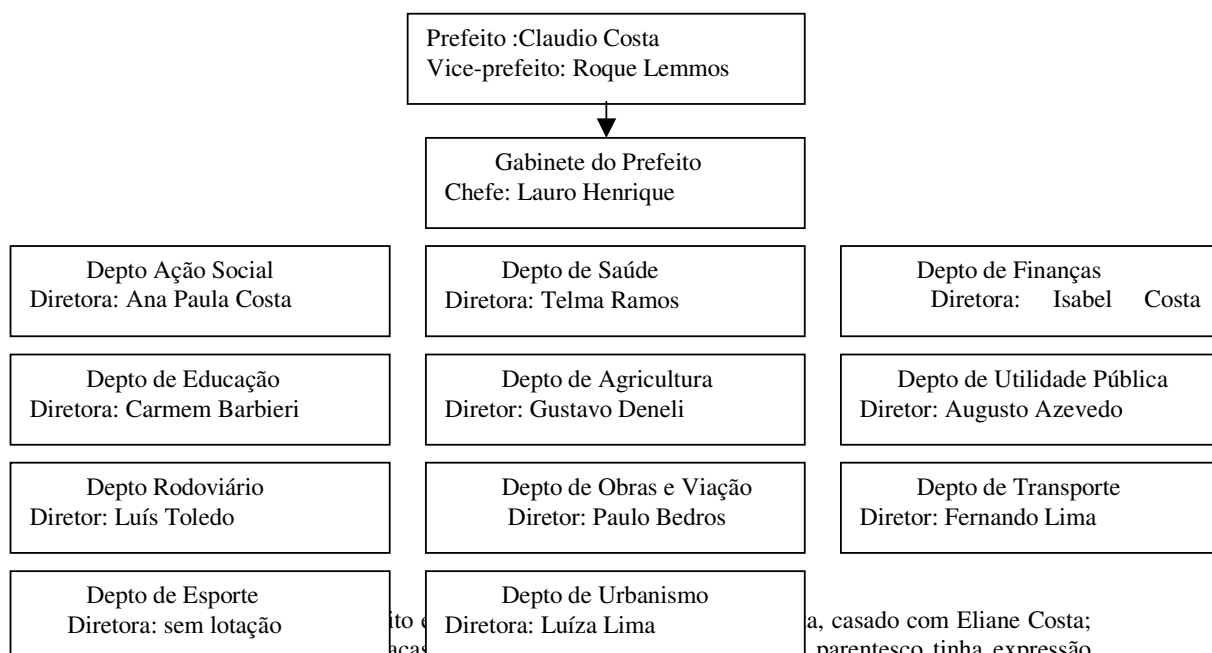
Diagrama de Parentesco 1. Rede de parentesco do atual prefeito de Colina D'Água



1. Prefeito: Claudio Costa (PMDB)⁵⁴
2. Diretor do Depto de Transporte; ex-prefeito (cassado) e ex-sogro: Fernando Lima
3. Diretora do Depto de Urbanismo, ex-esposa, : Luiza Lima
4. Funcionária da prefeitura (ex-cunhada): Meire Lima
5. Chefe de Divisão do Pátio Rodoviário (ex-cunhado): Nivaldo Correia
6. Diretora do Departamento da Educação e Cultura, atual namorada: Carmem Barbiero
7. Advogado da prefeitura, irmão: Joel Costa
8. Diretora do Depto de Finanças, irmã: Isabel Costa
9. Diretora do Depto Ação Social, irmã: Ana Paula Costa
10. Dentista da prefeitura, sobrinho: Humberto Costa
11. Advogado da prefeitura, sobrinho: Gilberto Costa

A partir desses dados, podemos compreender que a eleição do prefeito Cláudio Costa, em 2004, propiciou o reordenamento de forças em torno de um novo nome. No entanto, tal reordenamento deslocou forças existentes dentro de um mesmo circuito, entre pessoas de um mesmo grupo político e de uma rede de parentesco, conforme visualizamos no diagrama 1. A flecha entre Fernando Lima e Cláudio Costa explicita a influência do ex-prefeito atuando no sentido de catalisar prestígio para o atual prefeito. Essa influência, aliada ao prestígio do então vereador Roque Lemmos, atualmente vice-prefeito, propiciou o resultado positivo nas urnas.

Organograma 1. Departamentos da prefeitura de Colina D'Água



política nos dois municípios. Daí, aparentemente, a força dos “de fora” em relação aos “do lugar”.

O grupo político do qual o atual prefeito é membro está apoiado em uma extensa rede de parentesco. A lógica do parentesco orienta na indicação política para os principais cargos da prefeitura, o que pode trazer implicações para o cotidiano dos departamentos municipais. No Departamento de Ação Social, órgão responsável pela execução do programa Bolsa Família, a diretora é irmã do prefeito e as demais funcionárias, com uma exceção, estão inseridas, da mesma forma, em redes de parentesco com outros funcionários públicos, conforme demonstraremos no capítulo III.

A configuração da administração municipal, assentada no parentesco, suscitou críticas de um dos vereadores da oposição: “nenhum secretário é daqui, só o da agricultura é daqui, não dão oportunidade para os daqui”. No entanto, essa crítica não se refere à contratação de funcionários tendo como princípio o parentesco, mas ao fato de os funcionários municipais que ocupam cargos relevantes na prefeitura serem “de fora”. A crítica acima revela que a diferenciação entre os “do lugar” e “de fora” continua sendo uma motivação para a persistência das rivalidades e disputas entre membros de grupos políticos distintos. E, possivelmente, só haverá um redirecionamento na forma de expressão do conflito caso seja eleito um prefeito *do lugar*. No entanto, a diferenciação destacada pelos vereadores opositores e perceptível nas versões sobre a cassação não se processa da mesma forma entre a maioria da população, pois esta elegeu, consecutivamente, prefeitos residentes no município-mãe.

A divisão dos municípios, ocorrida em 1990, foi referida com frequência pelos moradores de Colina D’Água, até por ser um fato recente. Talvez seja possível pensar que, se houve uma divisão definitiva no plano territorial, permanecem existindo dimensões de continuidade entre os dois municípios e que se expressam na linguagem do parentesco. É como se houvesse um “parentesco” entre ambos os municípios, fenômeno que pode ter influência na continuidade verificada no plano político. Se assim for, embora Colina e o município-mãe possuam o mesmo estatuto formal, pode ser que Colina D’Água seja apreendido socialmente como que um “filho” do município-mãe. Esse “parentesco” potencializa um acentuado grau de pertencimento e identificação, e que tem sido expresso nas urnas.

Nas eleições de 2004, tanto o prefeito cassado fez seu sucessor como os vereadores que votaram pela cassação foram reeleitos. Não houve mudanças

significativas na Câmara Municipal: seis entre os nove vereadores foram reeleitos. A permanência de seis vereadores, de um total de nove no quadro legislativo, é uma regularidade mantida desde o primeiro ano eleitoral do município. Usualmente, três vagas têm sido as únicas a serem efetivamente disputadas por novos candidatos a vereador, conforme será analisado no capítulo V.

O objetivo desse capítulo foi propiciar, em termos gerais, uma aproximação com o contexto etnográfico. Alguns dos temas abordados aqui serão problematizados nos capítulos seguintes. No capítulo III, a seguir, apresentaremos a etnografia do Departamento de Ação Social (DAS), órgão municipal que operacionaliza o Bolsa Família. Neste capítulo, tentaremos demonstrar como as regras prescritas pelo governo federal para a operacionalização do Programa Bolsa Família, aliadas às decisões políticas locais, orientadas pela lógica do parentesco, influenciam de forma direta no cotidiano daquela instituição.

CAPÍTULO III

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM COLINA D'ÁGUA

Este capítulo tem dois objetivos centrais. Primeiro, pretende-se demonstrar como a mudança de gestão na prefeitura de Colina D'Água, em 2005, introduziu transformações no órgão responsável pela operacionalização do Bolsa Família, redefinindo hierarquias. Além disso, explicitar como as normas prescritas na esfera federal para a unificação dos programas *remanescentes* implicaram uma redefinição de atribuições de funcionárias de um mesmo departamento. A etnografia demonstrará as relações internas ao órgão público municipal em conexão com outros órgãos da prefeitura, com o intuito de delinear como são tecidas as redes de relações no serviço público municipal. Trata-se de compreender como os vínculos de parentesco e laços políticos podem incidir sobre a implementação do programa federal.

Segundo, pretende-se demonstrar como os critérios definidos pelo governo federal para o segmento potencialmente beneficiário, universalmente, podem ser apreendidos de forma distinta quando contextualizados. Sem a pretensão de esgotar todas as dimensões imbricadas no cotidiano da instituição estatal, nossa etnografia busca trazer à tona princípios que orientam as relações naquele contexto.

O governo federal, em específico, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), efetuou parcerias com a CEF, os Estados e os municípios do país (cf. capítulo I) com fins à gestão e execução do Programa Bolsa Família. Dessa forma, ele construiu uma intercomunicabilidade, mediada pelos operadores do Bolsa Família, nas diferenciadas instâncias das três esferas de governo que atuam direta ou indiretamente com este programa. Essa comunicação se efetiva no interior das instâncias e também nas inter-relações destas, tanto de uma mesma esfera quanto de esferas diferenciadas. A comunicação entre as esferas municipal e federal é concretizada na operação do Sistema Bolsa Família *online*, no envio de solicitações ou informações via correio eletrônico, telefone, documentos e relatórios impressos.

Para a operacionalização do Bolsa Família no âmbito municipal, o governo federal tem definido continuamente novas regras com o intuito de uma maior racionalização (Weber, 1971) na execução das tarefas. A freqüente re-normatização tem propiciado mudanças significativas no cotidiano dos órgãos responsáveis pela

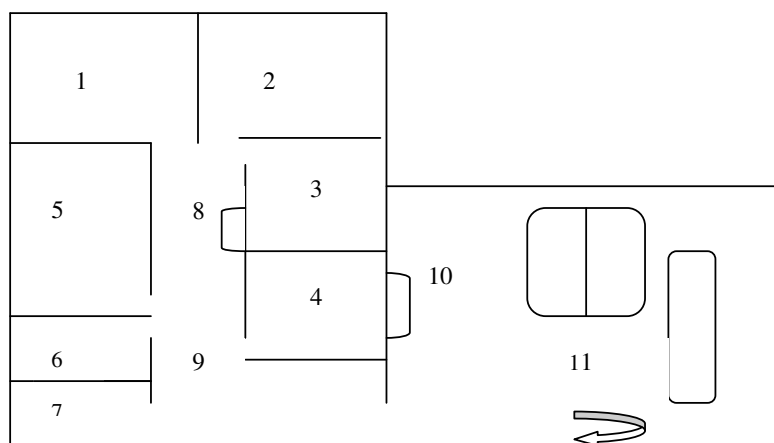
implementação do Bolsa Família. No município de Colina D'água, às mudanças propiciadas pelas regras prescritas pela esfera federal somaram-se transformações ocorridas na prefeitura em 2005. O imbricamento de ambas as variáveis produziu o redimensionamento das atribuições e das hierarquias entre duas funcionárias, fato que acentuou conflitos preexistentes e fez surgir novas formas de conflituosidade.

3.1 O Departamento de Ação Social (DAS): laços políticos e redes de parentesco

Em Colina D'água, o Departamento Municipal de Ação Social (DAS) foi designado para a operacionalização do Bolsa Família. Esse departamento foi criado em 1993. Suas principais atribuições são: coordenar e executar as atividades ligadas a asilos e creches; prestar assistência social a *peessoas carentes*; e auxiliar e orientar as entidades públicas e privadas que atuam no setor. A política social desse município está circunscrita a asilos e creches e as ações assistenciais dirigidas a indivíduos.

O DAS está aberto ao público de segunda a sexta-feira das 8 às 12 e das 13 às 17 horas. Nesse órgão, localizado em um prédio térreo de alvenaria (figura 1), a população procura bens e serviços de caráter sócio-assistencial. Na entrada do prédio, há um saguão e três bancos de madeira. Internamente, o DAS está sub-dividido em 5 salas, um almoxarifado e um banheiro. No corredor, fica a mesa para o *cafezinho*.

Figura 1. Esboço do Departamento de Ação Social



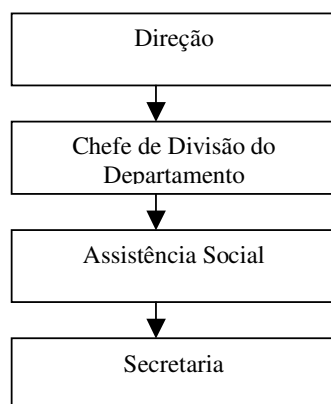
1. Sala da Assistência Social

7. Banheiro

- | | |
|--|---------------------------------|
| 2. Sala da Coordenação do Programa Bolsa Família | 8. Mesa do <i>Cafezinho</i> |
| 3. Sala da Assistência Administrativa | 9. Corredor do DAS |
| 4. Recepção | 10. Balcão de Atendimento |
| 5. Sala da Direção | 11. Bancos no saguão de entrada |
| 6. Almojarifado | |

As atribuições do DAS, ou seja, atender a demanda social do município, foram definidas antes da vigência dos programas de *renda mínima* do governo federal. Quando teve início a implementação dos programas hoje *remanescentes*, este órgão foi incumbido da operacionalização dos mesmos. Embora tivesse ampliado seu campo de atuação, ao assumir a administração desses programas, não houve alterações relevantes nas posições dos funcionários, conforme podemos ver no organograma 2.

Organograma 2. Quadro de posições do Departamento de Ação Social (1)



As posições de Direção e Chefia de Divisão são cargos comissionados e definidos, usualmente, politicamente. Há, portanto, uma maior mobilidade entre os funcionários que assumem essas posições. A funcionária da Secretaria, embora sem comissão, também foi substituída algumas vezes, desde o início da vigência do DAS. Somente a Assistente Social permaneceu no cargo, desde 1993.

No processo de implantação dos programas federais de *renda mínima*, a assistente social assumiu a Coordenação do PETI, tendo sob sua supervisão e como auxiliar, a funcionária da Secretaria. Com a criação do Bolsa Família, mais duas funcionárias foram integrar o quadro do DAS. A inclusão de funcionárias, numa posição subordinada à assistente social, não modificou a hierarquia vigente. Entretanto,

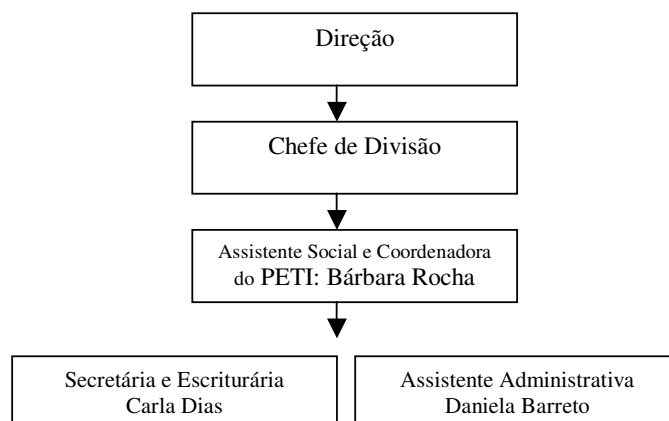
em 2005, houve mudanças internas ao DAS decorrentes do imbricamento de novas normas do governo federal e de decisões políticas locais. Isso levou a uma inversão na hierarquia constituída e “naturalizada” até então entre as funcionárias da Secretaria e da Assistência Social. Para a compreensão da dimensão dessa mudança, apresentaremos, antes, as funcionárias do DAS e suas principais atribuições.

O quadro administrativo do Departamento de Ação Social e a lógica do parentesco

As posições formais do DAS, representadas no organograma 2, explicitam a hierarquia constitutiva daquele órgão durante mais de 10 anos. Como as posições de Direção e Chefia são, muitas vezes, preenchidas por indicações políticas, em mudança de gestão municipal há também mudanças nos ocupantes dos cargos hierárquicos percebidos socialmente como superiores. Portanto, em 2004, com a cassação e a mudança de prefeito, houve alterações de funcionários ocupantes dessas posições. E em 2005, quando Cláudio Costa (PMDB) assumiu a prefeitura, novamente foram substituídos os funcionários das posições comissionadas, em muitos departamentos. No Departamento de Ação Social, assumiu a direção Ana Paula Costa, irmã do atual prefeito.

Em 2005, havia três funcionárias efetivas neste departamento: a assistente social, Bárbara Rocha – desde 1993 -; a escriturária Carla Dias – desde 2002 - e a assistente administrativa Daniela Barreto - desde 2004 -, conforme organograma 3.

Organograma 3. Quadro de posições do Departamento (2)



Desde 2002, as principais atividades da escriturária Carla Dias eram: secretariar a Assistência Social e a Coordenação do PETI e auxiliar no cadastramento dos potenciais beneficiários do programa Bolsa Escola. No início de 2004, Carla ficou responsável pela implantação do Bolsa Família no município. Entretanto, suas atividades eram subordinadas à assistente social e demais hierarquias. Quando a demanda pelo Bolsa Família a sobrecarregou, solicitou auxílio e Daniela Barreto, funcionária municipal lotada no setor administrativo, foi transferida ao DAS para auxiliá-la. Embora Carla fosse a responsável pela operacionalização do Bolsa Família e executasse diversas tarefas na coordenação do PETI, seu status era de secretária.

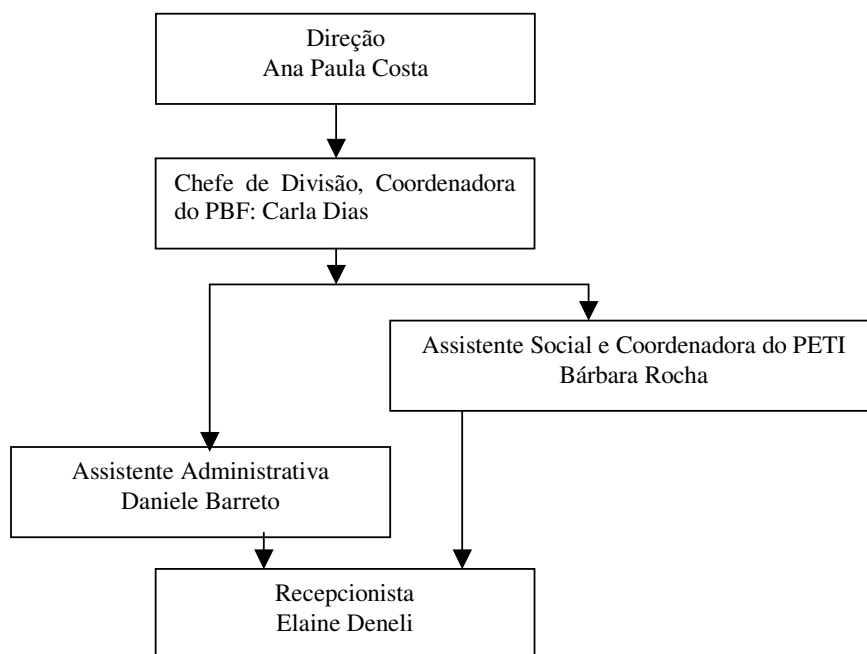
No início de 2005, Carla foi promovida a Chefe de Divisão, posição hierárquica superior à da assistente social. Alguns meses depois (maio de 2005), com a solicitação de um Gestor para o Programa Bolsa Família,⁵⁵ Carla foi nomeada para o cargo de Gestora do Bolsa Família. Portanto, em 2005 ela foi duplamente promovida.⁵⁶ As implicações dessas promoções veremos ainda neste capítulo.

Também em 2005, uma nova funcionária assumiu o cargo de Recepção no DAS. Com isso, a atual configuração do quadro de funcionárias está representada no organograma 4. Nele, podemos visualizar a transformação ocorrida no departamento após a implantação do Bolsa Família: a emergência de novas funções no âmbito da administração pública municipal. Apresentaremos aqui, como ocorreu a inserção de cada uma das funcionárias do DAS no serviço público, bem como seus vínculos com outros funcionários municipais e segmentos políticos. O intuito é demonstrar a lógica que constituiu tais vínculos e assim, compreender a dinâmica desse órgão, e também de que modo a lógica do processo de recrutamento da prefeitura pode incidir sobre a gestão do Programa Bolsa Família.

⁵⁵ Juntamente com a solicitação de um gestor, o governo federal solicitou a formação de um Comitê Consultivo Paritário. Em Colina D'Água, o comitê é formado por 16 pessoas: 8 da comunidade e 8 da prefeitura. A escolha dos representantes se deu por convocação. Foram indicadas (pela prefeitura) pessoas com certo prestígio nas igrejas locais e cooperativa, segundo a percepção de que essas pessoas conheciam as necessidades da população e podiam dar sugestões, trazer contribuições.

⁵⁶ Carla Dias se autodenomina Coordenadora do Bolsa Família, desse modo, utilizaremos essa definição e não a de gestora, definida pelo governo federal.

Organograma 4. Quadro de posições do Departamento (3)



Como vimos, em 2005, Ana Paula Costa (aproximados 45 anos) foi nomeada Diretora do DAS. Ela é funcionária da prefeitura desde 1998, no entanto, fez o concurso público em 2002. Ana entrou na prefeitura na gestão do então prefeito Fernando Lima, ex-sogro do atual prefeito, seu irmão. A rede de parentesco de Ana Paula está representada no diagrama de parentesco 1 (capítulo II).

A assistente social, Bárbara Rocha (36 anos), é funcionária concursada da prefeitura desde 1993. Ela é a responsável pelo atendimento assistencial no município, tais como: providenciar assistência aos idosos, viabilizar a obtenção de remédios, cestas básicas, colchões, roupas, calçados, e outros. E ainda, ela coordenou o PETI de 2001 a 2005, a especificidade desta coordenação se concentrava, em linhas gerais, em manter ou não as criança ou adolescentes vinculados ao PETI; em entrevistar e preencher o cadastro das famílias que pleiteavam sua inclusão neste programa; excluir os recebedores que não atendessem as normas prescritas pelo governo federal para o

PETI; e fazer o pagamento do *benefício*, em cheque.⁵⁷ O cheque era preenchido pela assistente social e assinado pelo prefeito, após, eram tiradas cópias para posterior prestação de contas.⁵⁸

Algumas vezes, durante o expediente normal, Bárbara precisa resolver questões assistenciais externas ao DAS, muitas vezes acompanhando pessoas a outros municípios. Usualmente ela chega mais tarde ao DAS (depois das 9 horas), no entanto sai mais tarde também (depois das 18 horas). Seu contrato de trabalho é de 36 horas e, por isso, negociou um horário diferenciado das demais funcionárias. Trabalha de terça a sexta-feira tendo livre a segunda-feira.⁵⁹

Bárbara morava em um município limítrofe à Colina, quando graduou-se no curso de Serviço Social uma vizinha, prima de Túlio Mendes (primeiro prefeito) intermediou sua inserção no serviço público. Somente após ter assumido o cargo, ela realizou o concurso. Bárbara veio *de fora* e não possuía vínculos efetivos com nenhum grupo político local. Após mais de uma década, construiu laços mais sólidos com os profissionais especializados que, como ela, vieram ao município a trabalho. Desse modo, seus vínculos com segmentos políticos não são tão estreitos como os das demais funcionárias. No entanto, isso não impediu que em sua casa fossem realizados diversos encontros do grupo político de Fernando Lima, no período eleitoral de 2004.

A atual Chefe de Divisão e Coordenadora do Bolsa Família, Carla Dias (31 anos), responde oficialmente tanto interna quanto externamente ao município sobre questões relativas ao programa Bolsa Família; internamente ao DAS, suas ações estão subordinadas apenas à Direção. Em sua sala ficam arquivados os formulários (CadU) preenchidos na solicitação do *benefício* federal. Devido ao horário diferenciado e os eventuais trabalhos externos da assistente social, em sua ausência, Carla também atende as demandas assistenciais que ocasionalmente surgem.

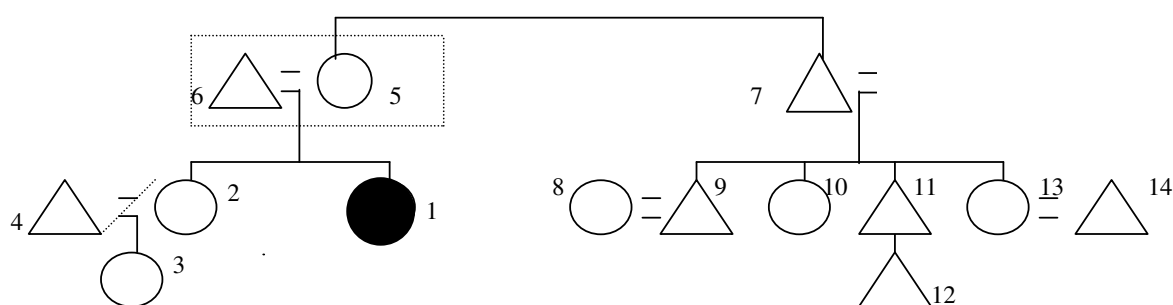
⁵⁷ Muitas mulheres entrevistadas durante a pesquisa fizeram referências à inconstância do pagamento do PETI quando feito por cheque. Segundo afirmativas de beneficiados, o PETI era pago de 3 a 4 vezes no ano.

⁵⁸ O PETI tem como condicionalidades a frequência nas aulas e no *contraturno*, por isso há uma outra Coordenação no âmbito do Departamento de Educação, que coordena as questões referentes à operacionalização do *contraturno*, tais como: merenda, atividades pedagógicas e frequência.

⁵⁹ Bárbara viaja para a casa da família, em um município limítrofe à Colina, praticamente toda sexta-feira, voltando na terça-feira pela manhã. Ir para a casa nos finais de semana é um ritual seguido por muitos dos profissionais que estão à serviço no município.

Carla Dias é membro de uma família tradicional no município (seu pai possui uma *firma* que contrata trabalhadores para as florestas de pinus). Ela entrou na prefeitura em 1998, na gestão de Fernando Lima, e fez o concurso de nível médio para escriturária em 2002. Carla trabalhava na zeladoria de uma escola e somente após a nomeação efetiva, em 2002, foi lotada no DAS. Seus vínculos familiares na prefeitura e na câmara dos vereadores está representado no diagrama de parentesco 2.

Diagrama de Parentesco 2. Rede de parentesco da coordenadora do Programa Bolsa Família na prefeitura de Colina D'Água.



1. Chefe de Divisão do DAS e Coordenadora do Bolsa Família: Carla Dias.
2. Inspetora no Colégio Estadual : Otília Dias (irmã)
3. Funcionária na Unidade de Saúde: Pamela (sobrinha)
4. Vereador: Rogério Cardoso (PMDB, ex-cunhado)
5. mãe
6. pai
7. Funcionário no Pátio Rodoviário: Sidnei Ramos (irmão da mãe)
8. Diretora do Departamento de Saúde: Telma Ramos (esposa do primo)
9. Funcionário no Pátio Rodoviário: Uziel Ramos (primo matrilateral)
10. Funcionária na Unidade de Saúde: Viviane Ramos (prima matrilateral)
11. Chefe de Divisão no Departamento de Agricultura: Alexandre Ramos (primo matrilateral)
12. Funcionário no Detran do município: Bernardo Ramos (filho do primo)
13. Funcionária no Provopar, pela prefeitura: Carolina Ramos (Prima matrilateral)⁶⁰
14. Vereador, Presidente da Câmara Municipal: Danilo Pontes (PMDB, marido de Carolina)

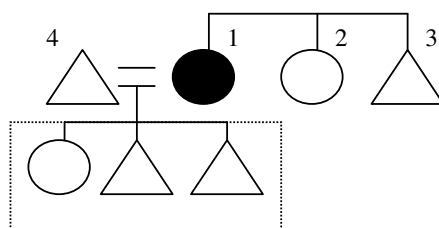
⁶⁰ O Provopar é uma entidade sem fins lucrativos que visa prestar serviços assistenciais à comunidade. Carolina Ramos trabalhava como contratada pela prefeitura no Provopar do município, após um período nesse órgão, ela aposentou-se por problemas de saúde, isso ocorreu no final de 2006.

Tendo Carla como referência e segundo sua percepção de parentesco (afinidade e consangüinidade), pudemos tecer essa rede que, assim como a rede de parentesco de Ana Paula, nos informa o principal critério no recrutamento para o serviço público municipal: o parentesco. A administração pública é englobada pelas relações de parentesco, que também definem segmentos políticos. Nessa configuração, o recrutamento de servidores municipais, embora feito por concurso público, tem integrado sistematicamente na prefeitura membros de algumas famílias que construíram alianças políticas com grupos políticos. Essa lógica também orientou a contratação da funcionária que ocupa o cargo de Recepção no DAS.

A principal atividade de Elaine Deneli (aproximados 35 anos) é recepcionar o público usuário do departamento. Em sua sala (sala 4) há um balcão de atendimento que possibilita o contato direto com os usuários. Quando uma pessoa chega ao DAS - quase sempre mulheres - a recepcionista, ao saber o motivo e não podendo resolvê-lo, a encaminha para a responsável. Quando o motivo é solicitação do benefício do Bolsa Família, Elaine faz a entrevista e preenche o formulário de cadastramento (o que também é feito pela coordenadora e pela assistente administrativa), se não houver muitas pessoas esperando pelo atendimento. Ela também faz as tarefas externas, como fazer cópias de documentos. Portanto, suas atividades não se resumem apenas à recepção.

Elaine é funcionária contratada pela prefeitura desde 2005 e é a única não concursada nesse departamento. Assim como Carla, ela é membro de uma família tradicional. Seu pai é comerciante e seu marido, Secretário da Agricultura desde a gestão de Fernando Lima. O diagrama de parentesco 3, explicita os vínculos de parentesco de Elaine com outros funcionários públicos e indica seu pertencimento ao grupo político de Fernando Lima. Pois seu marido entrou na prefeitura na gestão dele, e a contratação de Elaine no início da gestão de Cláudio Costa pode significar que os vínculos políticos entre ambas as famílias foram mantidos, após a cassação de Fernando Lima.

Diagrama de Parentesco 3. Rede familiar da recepcionista do DAS na prefeitura



1. Recepcionista no DAS: Elaine Saes Deneli
2. Professora na Escola do Bairro Três Barras: Elisa Saes (irmã)
3. Funcionário no Setor Rodoviário: Fábio Saes (irmão)
4. Secretário da Agricultura: Gustavo Deneli (marido)

A forma de inserção da Assistente Administrativa na prefeitura contém elementos tanto do modo de inserção da assistente social quanto das demais funcionárias. Daniela Barreto (aproximados 27 anos) ingressou no serviço público em 2001 pela intermediação de seu ex-marido, o vereador Heitor Carvalho (PMDB),⁶¹ e fez o concurso em 2002. Assim como Bárbara (assistente social), Daniela veio *de fora*. Entretanto, diferentemente de Bárbara, ela veio casada com Heitor (“de dentro”) com quem tem um filho.

É atribuição de Daniela digitar as informações que foram preenchidas manualmente no formulário de cadastramento, no sistema do Bolsa Família. Essas informações são enviadas *online* posteriormente, pela coordenadora, à CEF, que as insere no banco de dados do Cadastro Único (cf. capítulo I). Em sua sala ficam arquivados os formulários preenchidos (CadU) e que estão com algum tipo de pendência, na maioria das vezes, porque faltou documento de algum membro do grupo doméstico, aguardando que a responsável pelo cadastramento o traga.

Como vimos, as funcionárias do DAS estão inseridas na administração municipal por meio de redes de parentesco - com exceção de Bárbara. O parentesco tende a ser o princípio que organiza as relações no exercício da administração pública. Nessa configuração, as trocas se concretizam dentro de circuitos de reciprocidade que excluem uns e incluem outros, segundo critérios políticos e de parentesco. O parentesco aparece como ordenador das relações políticas e do exercício administrativo. Neste contexto, a linguagem do parentesco rompe com a distinção rígida entre o público e o privado, contrariando a separação das esferas conforme premissa do pensamento moderno (Weber, 1971),⁶² e orienta no recrutamento de funcionários públicos em Colina D'Água.

⁶¹ Heitor Carvalho (no quarto mandato) é membro de uma das três famílias consideradas mais antigas na sede municipal, sua família é de comerciantes. Ele foi favorável à cassação e continuou opondo-se ao atual prefeito. Sua atual esposa também trabalha na prefeitura.

⁶² Latour (1997) faz uma reflexão problematizando a construção da separação das esferas pelo pensamento moderno e demonstra que essa separação nunca ocorreu de fato.

Na perspectiva de Mauss (1974) e Lévi-Strauss (1982), podemos pensar que o poder público municipal é constituído pelas trocas entre redes de parentesco que se definem também como segmentos políticos. Portanto, as funcionárias do DAS têm uma dupla inserção. Em um plano, todas mantêm vínculos, em maior ou menor grau, com o grupo político de Fernando Lima e Cláudio Costa. E em outro plano, fazem parte de determinadas redes de parentesco. Assim, se em um nível o parentesco engloba o segmento político, em outro, o segmento político engloba o parentesco, em termos dumontiano.⁶³ Nessa configuração, o parentesco torna-se o princípio que constitui o próprio grupo político. De modo geral, as funcionárias do DAS participam de um mesmo grupo político, esse segmentado em redes de parentesco (Goldman, 2001).⁶⁴ Podemos depreender dessa análise que diferentes princípios coexistem e estão imbricados em um contexto particular. Desse modo, princípios de reciprocidade, de hierarquia e segmentaridade orientam as ações sociais em diferentes níveis da experiência local.

O quadro de funcionárias públicas do DAS representa suas redes de parentesco e os laços políticos com a gestão que as recrutou: a diretora e a coordenadora do Bolsa Família tiveram acesso ao emprego em 1998, durante a primeira gestão do então prefeito Fernando Lima, e fizeram o concurso público em 2002. A assistente administrativa teve acesso ao serviço em 2001, na segunda gestão de Fernando Lima, e prestou o concurso público também em 2002. A recepcionista iniciou no serviço público em 2005, no início da primeira gestão de Cláudio Costa. Esse fato indica uma possível inclusão definitiva no quadro de funcionários caso haja concurso público.

Embora sem pertencimento a uma rede de parentesco local, também a assistente social primeiro assumiu o cargo e depois prestou o concurso público. E ainda que percebida como a exceção, de forma indireta sua seleção se deu pela via do parentesco: foi a prima do então prefeito deste município, em 1993, que a indicou.

⁶³ Nos termos de Dumont (1992), a inversão está inscrita na estrutura do sistema, pois a hierarquia é bidimensional. Nesse sentido, não seria suficiente falar de diferentes contextos, mas de diferentes níveis que são dados e hierarquizados ao mesmo tempo que as entidades correspondentes.

⁶⁴ Márcio Goldman (2001) sugere o conceito de segmentaridade como instrumento analítico para a compreensão de pertencimentos múltiplos e dos deslocamentos dos mesmos em outras direções, propiciando conjunção e separação em níveis diferenciados. A segmentaridade é entendida como um princípio universal que informa e dá sentido à ação.

E se, por um lado, Bárbara aliou-se ao segmento político do atual prefeito, abrindo sua casa para reuniões políticas, por outro, ela não possui o principal atributo, que se constitui na própria linguagem da vida política local: o parentesco.

Podemos compreender a recorrência na forma de recrutamento de funcionários da prefeitura em Colina D'Água, como um princípio central de organização das relações no âmbito da administração municipal. Pessoas advindas de outros municípios têm ali também o seu espaço devido a vínculos de parentesco e de aproximações com o poder público local. Prevalecem, portanto, as alianças políticas e a centralidade do parentesco na tessitura da rede de funcionários municipais.

O quadro de funcionárias do DAS explicita ainda, as transformações ocorridas no interior desse órgão após a implantação do Bolsa Família no município. Neste processo, houve a inserção de novas funcionárias, novas atribuições e também a modificação na hierarquia interna.

Veremos a seguir como as normas prescritas pelo governo federal para a gestão do Bolsa Família, concomitantemente à mudança de gestão na prefeitura, possibilitaram a inversão das posições hierárquicas entre a assistente social e a então secretária do DAS, elevando e polarizando conflitos entre ambas.

3.2 Atos e conflitos do cotidiano do Departamento de Ação Social

O ritmo interno ao DAS é marcado cotidianamente pela maior ou menor demanda dos usuários. As situações que propiciam a ida ao local, predominantemente de mulheres, são usualmente de caráter sócio-assistencial. As demandas, de um modo geral, podem ser de cestas básicas, roupas e calçados usados (os calçados são os bens de consumo mais solicitados, porque mais caros e as crianças os deixam rapidamente),⁶⁵ remédios, colchões, cobertores, assistência aos idosos, o benefício federal do Bolsa Família e esclarecimentos sobre o motivo de uma família ainda não ter sido incluída nesse programa.

⁶⁵ O DAS recebe doações de roupas e calçados usados de instituições beneficentes, principalmente de Curitiba. Também as funcionárias da prefeitura e outras famílias do município, muitas vezes, fazem doações de roupas e calçados usados de seus filhos mantendo, desta forma, um estoque no Departamento de Ação Social.

A maior movimentação de pessoas neste departamento pode ocorrer nas terças e quintas-feiras. Nesses dias, um ônibus faz o trajeto de um dos bairros rurais à sede, propiciando o deslocamento daqueles que moram próximos a este percurso. Porém, é na última semana de cada mês que o movimento tende a ser intensificado, pois muitos beneficiários vão à sede receber os *benefícios* sociais, conforme calendário de pagamento da CEF e,⁶⁶ estes, podem ir ao DAS para solicitar bens e serviços.

Muitas dessas demandas são atribuições da assistente social. Contudo, o fato de ela fazer um horário diferenciado possibilitou que a coordenadora do Bolsa Família atendesse algumas das solicitações como cestas básicas e outros bens. Esse fato é um foco de tensão entre ambas as funcionárias. Na perspectiva da assistente social, é preciso ter critérios na entrega da cesta básica, tais como situações de desemprego e/ou doença na família. Para a coordenadora do Bolsa Família, que também é a Chefe do Departamento, se a pessoa procurou o DAS para pedir uma cesta básica, sua ação se configura como necessidade e se houver cestas de alimentos disponíveis, ela as entrega sem maiores questionamentos.

Laura Zapata (2004), tendo como base a etnografia entre um grupo de voluntárias da Caritas (Igreja Católica) e de assistentes sociais (do Estado) na Argentina, analisa as diversas lógicas a partir das quais a assistência social e a caridade são construídas culturalmente. Naquele contexto, *assistencialismo* e *promoção* são duas formas distintas de conceber e organizar a assistência social. Essa mesma diferenciação tende a ser feita pela assistente social em Colina D'Água. Em sua perspectiva, a assistência social visa a “promoção”, no entanto, a coordenadora do Bolsa Família tende a centrar sua ação a partir da lógica da caridade. Desse modo, no órgão estatal de Colina D'Água ambas as lógicas se apresentam e tendem a produzir tensões, na medida em que a assistente social e a coordenadora do Bolsa Família ocupam, em certos momentos, o mesmo espaço de atuação. Contudo, instaurou-se entre essas funcionárias um conflito de outra natureza, como veremos mais adiante.

Quando se procura o DAS, o atendimento é feito primeiramente pela recepcionista. Se a demanda for pelo *benefício* do programa Bolsa Família, a recepcionista encaminha a pessoa à coordenadora do Bolsa Família ou à assistente administrativa (Carla ou Daniela). Se ambas estiverem ocupadas, fica-se aguardando

⁶⁶ O Caixa Eletrônico, da Caixa Econômica Federal, está instalado numa loja de roupas de um dos membros da família Carvalho. A funcionária desta loja informou que a proprietária não iria continuar mantendo o Caixa Eletrônico devido a CEF usualmente não abastecer o caixa antes do dia do pagamento do benefício do Bolsa Família e isso trazer transtornos para a comerciante e para os beneficiários.

próximo ao balcão de atendimento da recepção ou em um dos bancos do saguão de entrada do prédio (ver figura 1) até Elaine atender os demais usuários que estão na fila e, após, ela *faz o cadastro* da pessoa que solicitou o *benefício* federal. Somente essas três funcionárias estão habilitadas a atender o público que pleiteia a inclusão no Programa Bolsa Família. Portanto, é no atendimento da demanda sócio-assistencial e nas atividades burocráticas decorrentes dessa demanda que se inscreve o cotidiano do DAS. Pode-se dizer que a demanda dos usuários dessa instituição dita o ritmo cotidiano. O trabalho burocrático é feito nos intervalos dos atendimentos.

O preenchimento dos relatórios solicitados por outras instâncias e a inclusão das informações contidas no formulário de cadastramento no sistema do Bolsa Família, ou seja, todo o processo para a execução local e tramitação dos dados às instâncias superiores tende a ser realizado nos intervalos do atendimento face-a-face. Assim, nos dias de maior movimentação de usuários, as demais atividades técnicas e sem urgência podem ser proteladas.

As atividades neste órgão, efetivamente, são iniciadas após uma conversa informal entre as funcionárias, uma mostrando às outras o bolo, ou outro doce ou salgado que fizera na noite anterior, enquanto tomam o *cafezinho*. O momento do *cafezinho* se apresenta como o momento diário de ritualização da convivência no lugar. Ao se construir e consolidar vínculos que podem transcender as atividades funcionais, compartilhando novidades e alimentos, os conflitos que podem emergir na continuidade do dia tendem a ser atenuados. Bárbara eventualmente participa do *cafezinho* devido ao seu horário diferenciado. Após o *cafezinho* inicia-se o expediente.

Cada uma das funcionárias trabalha em uma sala individual (cf. figura1) equipada, a princípio, com os instrumentos necessários para o atendimento da população e para a operacionalização do programa de *renda mínima*. Entretanto, durante a pesquisa no local, em 2006, nem todos os computadores estavam em condições de uso já havia um certo tempo. O computador na sala de Bárbara estava com defeito; o computador na sala de Daniela, embora o mais antigo, era também o mais completo e, portanto, o mais utilizado por ela e por Carla. O computador na sala de Carla havia sido comprado no início de 2006 com os recursos que o governo federal transferiu aos municípios para cada cadastro do Bolsa Família preenchido (R\$6,00

cada).⁶⁷ No entanto, o Sistema Bolsa Família, ferramenta de trabalho da coordenação, por falta de suporte técnico de informática não havia sido instalado. Por isso, todas as vezes que Carla precisava utilizar o sistema, usava o computador instalado na sala da Daniela e acabava ficando naquela sala quase todo o expediente (este computador havia sido de Carla e na compra do novo, fora instalado na sala da assistente administrativa).

A conexão à internet era realizada via linha telefônica e como o trabalho da coordenação do Bolsa Família é praticamente *online* era preciso fazer a conexão constantemente pela única linha telefônica do local. Com isso, tornava-se difícil a linha telefônica ficar desocupada por muito tempo ou que se conseguisse, de fora, ligar para o DAS com facilidade. Essa situação gerou um embate entre a diretora do DAS e as funcionárias Carla e Daniela, com acusações de acesso indevido à internet. Contudo, com os recursos advindos do governo federal para a gestão local do Bolsa Família, havia sido comprado um computador novo para a sala de Daniela e instalado o acesso à internet via “banda larga” (informação obtida durante a pesquisa de campo em 2007). O investimento financeiro do governo federal no sentido de instrumentalizar eficientemente a gestão do Bolsa Família nos municípios, indica o lugar privilegiado que esse programa obteve na esfera federal.

A unificação dos programas remanescentes e os conflitos no órgão municipal

O governo federal solicitou, em 2005, por meio da mídia, a todas as famílias que recebiam algum tipo de *benefício* federal (bolsa escola, vale gás, bolsa alimentação, cartão alimentação), que fizessem o seu cadastramento até o final de março de 2006. Às prefeituras, ele solicitou que viabilizassem o cadastramento dos beneficiários de programas *remanescentes*. A inclusão do PETI no Bolsa Família foi regulamentada pela Portaria 666 do MDS em dezembro de 2005.⁶⁸

⁶⁷ A Portaria nº 148 de 27/04/2006 discrimina sobre as transferências de recursos financeiros mensais aos municípios que aderiram ao PBF, a fim de remunerá-los pela gestão das condicionalidades, gestão dos benefícios, do acompanhamento das famílias beneficiárias e pelo cadastramento de novas famílias.

⁶⁸ A partir da inclusão do PETI no Bolsa Família, o recebimento daquele *benefício* passou a ser feito mediante cartão bancário. A agência da CEF responsável pela expedição e entrega dos cartões magnéticos do programa de *renda mínima* às famílias em Colina, e pelo Sistema online, localiza-se em um município fora do Vale do Ribeira (PR), pois Colina tem apenas um terminal eletrônico da CEF. Nesse município, quando da entrega de cartões às novas famílias incluídas no programa federal, o DAS marca uma reunião entre estas e o gerente da CEF responsável, o que não exclui a presença de políticos.

Em Colina D'Água, a coordenadora do Bolsa Família e a auxiliar administrativa foram a alguns bairros, considerados de difícil trânsito, fazer o cadastramento.⁶⁹ Muitas famílias beneficiárias de programas *remanescentes* se cadastraram no DAS. A movimentação de potenciais beneficiários nesse departamento assim como o deslocamento aos bairros rurais, de funcionárias municipais, foram intensificados até o final de março de 2006.

No início de 2006, o número de cadastros preenchidos e arquivados no DAS (desde a implantação do programa Bolsa Família) era de 1.174 (hum mil cento e setenta e quatro). Nem todas as famílias cadastradas foram incluídas no programa, algumas dessas, ao se considerarem dentro dos parâmetros instituídos pelo governo federal, comparam suas posses com as de famílias receptoras e as julgam em melhor situação; percebendo-as como que privilegiadas pelo governo local. Esse é um foco de conflituosidade entre as famílias e destas com a prefeitura, como veremos mais adiante.

Em Colina, setecentas e vinte e quatro famílias recebiam o benefício do Bolsa Família em março de 2006. Em julho de 2005, eram quinhentas e vinte famílias. A tabela 5 apresenta as diferentes modalidades de programas *remanescentes* vigentes no município entre 2005 e 2006, com exceção do PETI.

Tabela 5. Total de Famílias Beneficiárias da Renda Mínima em Colina D'Água nos anos de 2005 e 2006.

Julho 2005		Março 2006		Diferença em 2006	
Benefícios	Quantidade	Benefícios	Quantidade	Benefícios	Quantidade
Bolsa Família	520	Bolsa Família	724	Bolsa Família	+204
Auxílio Gás	215	Auxílio Gás	059	Auxílio Gás	-156
Bolsa Alimentação	003	Bolsa Alimentação	003	Bolsa Alimentação	--
Bolsa Escola	018	Bolsa Escola	037	Bolsa Escola	+19
TOTAL	756	TOTAL	823	TOTAL	+67

Fonte : Departamento de Ação Social

⁶⁹ Em julho de 2005 acompanhei o trabalho de Carla e Daniela em dois bairros rurais. Elas foram fazer o cadastramento de algumas famílias que, por falta de transporte, estariam com dificuldades de ir à sede. Nessa ocasião, pela mediação da líder comunitária do Bairro Gramado, Amélia Nunes, e de seu filho o vereador Amilton Nunes, tornou-se possível uma reunião com aproximadamente dez beneficiárias do programa Bolsa Família. A partir dessa primeira inserção, fui “iniciada” no processo de compreensão do universo dos moradores dos bairros rurais.

Como podemos ver na tabela acima, em 2006, em relação a 2005: a) 156 beneficiários do Programa Auxílio Gás foram incluídos ao Bolsa Família até março de 2006; b) houve a oferta de 19 Bolsas Escola; c) houve um acréscimo de 67 Bolsas Família. Mais que números, esses dados indicam a circulação de informações entre: a) as instâncias municipal e federal; b) no interior das agências, no que diz respeito às atribuições de funcionários em relação ao programa de *renda mínima*; c) entre essas instituições e as famílias beneficiárias e potenciais beneficiárias.

O recadastramento de famílias beneficiárias de programas *remanescentes* possibilitou, em muitos casos, a duplicação dos cadastros no sistema, o que gerou números diferentes de controle de *Identificação* de um mesmo domicílio (cf. descrito na seção sobre o CadU). Devido ao uso de números de *Identificação* diferentes no recadastramento de um mesmo grupo doméstico, uma série de cadastros duplicados retornaram ao DAS, enviados pelo MDS, via sistema *online*. Quando os cadastros retornam devido a equívocos que podem ser de digitação ou de informações inconsistentes, os benefícios são automaticamente bloqueados e o grupo doméstico não o recebe até que o cadastro seja corrigido e reenviado ao MDS.

O retorno de muitos cadastros duplicados ao DAS nos possibilitou apreender a relação entre a prefeitura e o MDS e a acentuação de conflitos polarizados entre duas das funcionárias. Os conflitos explicitam, em grande medida, disputas e diferenças que envolvem não somente as relações de trabalho no interior da administração pública. Nesse sentido, cabe aqui explorar uma situação que nos permite compreender melhor a dinâmica interna do DAS.

Devido ao retorno dos cadastros, a coordenadora do Bolsa Família teve dificuldades para *tratar as duplicidades*, ou seja, regularizar o cadastro que foi preenchido recentemente e excluir o mais antigo. Entretanto, Carla passou alguns dias tentando sem sucesso *tratar as duplicidades*. Ela tentava excluir do sistema, primeiro, o cadastro duplicado mais antigo para poder *tratar* o outro, mas o sistema não permitia tal exclusão. Na tentativa da resolução desse problema, a gestora entrou em contato com o responsável pela transição dos dados na CEF, para saber como proceder na correção dos cadastros duplicados. Informaram-lhe que esse problema era do MDS. Ela, então, entrou em contato com o MDS. Disseram que a CEF era a responsável pela resolução. Nesse vai-e-vem de desencontro informacional, Carla continuou desorientada.

Há uma Gestão do Programa Bolsa Família no âmbito do governo estadual cuja função é orientar e organizar cursos de capacitação para os gestores municipais. Isso

propiciou que houvesse uma maior comunicação entre os gestores de diferentes municípios. Os gestores do Bolsa Família criaram uma rede virtual (orkut) para trocar informações e, dessa forma, se auxiliarem mutuamente. Porém, no caso da *duplicidade*, Carla havia solicitado informações ao grupo virtual, mas aqueles que tinham o mesmo problema também não haviam conseguido *tratá-lo*. Havia mais de setenta cadastros para serem *tratados* um a um. Dentro das possibilidades dadas no sistema para a correção, ela havia tentado praticamente tudo que conhecia. Embora impaciente pelo insucesso, Carla continuou fazendo as tentativas até que tentou primeiro *tratar* o cadastro que queria excluir, corrigindo o cadastro mais antigo com informações idênticas às que estavam no novo, para depois excluí-lo. Esse foi um momento de alegria e alívio para Carla. Deu certo e ela saiu da sala eufórica para comunicar às colegas que tinha conseguido fazer a alteração. As colegas demonstraram a mesma alegria parabenizando-a.

Resolvido o problema inicial, que era saber como alterar e excluir o cadastro duplicado, agora era preciso fazer as alterações necessárias e com informações consistentes. Muitos desses cadastros, que precisavam ser *tratados* dentro de um curto prazo, incluíam os de famílias até então receptoras do PETI, portanto, sob a coordenação da assistente social. Contudo, quando a coordenadora do Bolsa Família solicitou à então coordenadora do PETI as informações necessárias para fazer as devidas alterações, esta não permitiu que fossem feitas modificações nos cadastros dos grupos domésticos receptores do PETI; e ambas discutiram. Esse conflito explicitou a rivalidade entre elas, embora tivessem mantido, até então, uma postura cordial diante de terceiros, conversando amenidades no cotidiano.

Com o conflito instaurado, ambas passaram a (me) relatar situações em que se sentiam prejudicadas pela ação da colega. Embora elas tivessem diversos exemplos para se perceberem com “a razão”, ficou claro que, na percepção de Bárbara, Carla não teria atributos para coordenar o Bolsa Família, pois “ela entrou na prefeitura como zeladora”. Na percepção de Carla, a assistente social teria “medo de perder sua posição”. Desse modo, os atributos de ambas, segundo a perspectiva de cada uma, foram colocados em cena. A ressonância do conflito entre essas funcionárias não se limita as fronteiras do DAS. Algumas reclamações, percebidas como mais sérias, foram levadas ao prefeito na expectativa de uma resolução definitiva. Assim, a dinâmica introduzida no DAS a partir da implantação do Bolsa Família polarizou a incidência de conflitos entre Bárbara e Carla, e pode trazer implicações até mesmo para as famílias beneficiárias.

Portanto, o recadastramento para a unificação dos *remanescentes* no Bolsa Família; a forma de bloqueio automático como no caso da *duplicidade*, que expressa o relacionamento entre o MDS e o DAS; e os conflitos no interior do DAS são variáveis que podem incidir diretamente nas famílias beneficiárias, colocando-as em situação de fragilidade. Pois, o bloqueio dos benefícios de grupos domésticos que tiveram seus cadastros duplicados deveu-se a um problema na operacionalização e não nas *contrapartidas* dos beneficiários. Com isso, a demora na correção dos cadastros, devido a conflitos no interior da instância estatal, pode trazer transtornos aos beneficiários, que desconhecem o motivo do bloqueio.

Vimos no início deste capítulo que a assistente social veio de um município limítrofe à Colina e é graduada em Serviço Social. Em contraposição, a coordenadora do Bolsa Família, de família tradicional, trabalhou durante três anos como zeladora em uma escola municipal e somente após ter feito o concurso público para Escriurária, assumiu uma função no DAS. Até 2005, Carla era subordinada à assistente social e auxiliava na rotina burocrática do trabalho desta, além disso, executava as atividades relativas ao programa Bolsa Família desde 2004. As atividades de Carla junto à coordenação do PETI e à Assistência Social, propiciaram com que adquirisse conhecimentos técnicos de como exercer tarefas próprias desses âmbitos. Portanto, a representação, no discurso da assistente social, de “desqualificação” da coordenadora do Bolsa Família, está vinculada à sua forma de inserção na prefeitura - como zeladora - e por não ter se especializado em curso de nível superior. Após a ascensão de Carla, instaurou-se entre elas uma diferenciação conflituosa a partir da comparação, de um lado, dos níveis de instrução formal e do modo de inserção no serviço público e, de outro, dos laços de parentesco. Isso influenciou na construção de barreiras no que concerne as trocas de informações rotineiras e necessárias entre ambas as coordenações, acentuando os antagonismos e propiciando uma maior incidência dos conflitos.⁷⁰

⁷⁰ A diferenciação faz parte da construção da identidade em seus múltiplos pertencimentos, como bem demonstram a diversidade dos trabalhos antropológicos. Entretanto, nem sempre essa diferenciação é conflituosa. Os conflitos se apresentam em diferentes contextos e espaços sociais e sua expressão revela ao pesquisador os valores implícitos na ação dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, para uma reflexão que problematiza relações conflituosas entre segmentos étnicos na França, ver Bourdieu (2003); entre grupos de moradores de uma cidade inglesa, onde o diferencial foi dada pela antigüidade no local, ver Elias (2000); e para conflitos entre operadores de uma instância estatal e um grupo religioso na Grécia, ver Herzfeld (1992).

O acento dos conflitos entre Carla e Bárbara teve espaço em decorrência das mudanças ocorridas no poder executivo local e na reorganização dos Programas de Transferencia de Renda Mínima. Ao ser nomeada para a Chefia do DAS no início de 2005, Carla assumiu uma posição hierarquicamente superior a das demais colegas de trabalho e também obteve maior prestígio social. Entretanto, suas atividades continuaram sendo percebidas, pela assistente social, como tarefas de secretária. Embora em uma posição formalmente superior à assistência social, na prática Carla continuou exercendo as atividades de antes.

Porém, com a solicitação do governo federal de um Gestor para o programa Bolsa Família (maio/2005), cuja atribuição já era de Carla desde sua implantação, designou-se a ela essa função. Com isso, suas atividades, percebidas como de secretária, assumiram o status de coordenação. Assim, em 2005, ela foi duplamente promovida: na hierarquia local e nas atividades, que não mudaram, mas ao adquirir status de coordenação foram traduzidas pelo mesmo código das tarefas da coordenadora do PETI. As atividades de Carla se tornaram equivalentes às de Bárbara em um nível, e superior em outro.

Em dezembro de 2005, com a normatização federal que integrou o PETI ao Bolsa Família, introduziu-se novas implicações para a relação de ambas no cotidiano do DAS. Ambas as coordenações, até então em equivalência, foram hierarquizadas por certo período (haja vista a extinção do PETI conforme modelo anterior). Esse novo ajuste nas atribuições da gestão do Bolsa Família hierarquizou, mais uma vez, ambas as coordenações. A assistente social teria que repassar informações relativas ao PETI à coordenadora do Bolsa Família. Esse deslocamento das atribuições, da coordenação do PETI para a coordenação do Bolsa Família, não aconteceu sem implicações. O quadro 1 explicita a mudança na hierarquia de ambas, desde 2004.

Quadro 1. Mudança na hierarquia entre duas funcionárias do DAS desde 2004.

Até 2004	2005	2006
Bárbara ↓ Carla	Carla ↓ Bárbara – Carla	Carla ↓ Bárbara

As transformações ocorridas no Departamento de Ação Social em decorrência tanto das regras definidas pelo governo federal para a gestão local do Bolsa Família, quanto da mudança no poder executivo local, influíram diretamente nas atribuições destas funcionárias. A assistente social, ao ver que parte de suas atribuições estavam sendo transferidas para uma pessoa que, em sua percepção, não possui qualificação para tal atividade, tentou retardar a finalização do processo de integração do PETI ao Bolsa Família ao impedir, por um determinado tempo, que o fluxo das informações necessárias fosse transitado.

Para Roberto Da Matta (1983), quando da emergência de um conflito entre desconhecidos, o rito de separação “Você sabe com quem está falando?” propicia, no momento da nomeação, a desarticulação do caráter anônimo da relação, que pressupõe a igualdade entre indivíduos e instaura uma relação entre pessoas, fundamentada na hierarquia. Entre Bárbara e Carla há como que implícito ao conflito um “Você sabe com quem está falando?” ao inverso. Ambas se conhecem e compartilham como “iguais” do mesmo ambiente de trabalho; no entanto, no momento da ordenação do processo de trabalho, em que são necessárias trocas de informações em níveis hierárquicos diferenciados, emerge o conflito. No momento em que a relação se expressa como assimétrica, ambas mantêm uma posição antagônica. Muda-se o registro da comunicação: de uma cordialidade cotidiana para um embate agonístico por um lapso de tempo. Isso faz com que o ‘tempo do conflito’ seja estendido ao máximo, pois com a efetivação imediata da troca, ter-se-ia a conclusão do trabalho e, por conseguinte, a afirmação da competência de Carla.

Bárbara, ao não responder de imediato as solicitações da coordenadora do Bolsa Família, atrasando portanto a execução das tarefas, parece querer reafirmar a sua representação de “não aptidão” de Carla para os cargos. Do ponto de vista de Carla, não há interesse no prolongamento do impasse, pois, de um lado, ele poderia significar sua “não aptidão” para a chefia e coordenação; e, de outro lado, é importante para ela executar as tarefas no prazo determinado (tanto para honrar a confiança lhe dada pela nomeação quanto para honrar sua rede de parentesco). Se, por um lado, quando a tarefa se completa, Bárbara vê reafirmada a posição hierárquica de Carla, por outro lado, essa confirmação não se efetiva sem um certo abalo na reputação da coordenadora do Bolsa Família, decorrente dos possíveis atrasos na finalização do trabalho. Nesse sentido, ambas as funcionárias ganham um pouco e perdem um pouco a cada vez que se instaura

o conflito, o que possibilita que mantenham uma cordialidade de “iguais” na descontinuidade dos episódios de conflitos mais explícitos.

A impossibilidade de reconhecerem-se como iguais está posta, por um lado, na diplomação da assistente social, o que a diferencia e a hierarquiza em relação às colegas de trabalho. Por outro lado, a diferenciação da coordenadora do Bolsa Família está dada no prestígio conferido pelo pertencimento a uma família tradicional e com uma ampla rede de parentesco no serviço público, o que a aproxima das demais colegas de trabalho. Dessa forma e partindo de lógicas distintas, ambas mantêm implícita a sua ação uma posição de “você sabe com quem está falando?”.

A nomeação de Carla, pelo prefeito, teve como orientação a articulação entre redes de parentesco e segmento político. Esses vínculos, que constituem um mesmo circuito de reciprocidade, foram explicitados e revitalizados, sendo potencialmente fundamentais para o prefeito no processo eleitoral. Podemos depreender então, que as normas prescritas pelo governo federal são apreendidas segundo categorias locais de percepção. Não obstante, as atividades administrativas tendem a ser desenvolvidas seguindo as normas definidas na esfera federal para a operacionalização do Bolsa Família no município.

Consoante Max Weber (1971), no processo de racionalização da burocracia no Estado moderno, a qualificação formal seria uma das exigências para os candidatos ao funcionalismo público. Podemos apreender nesse pensamento, que no processo de racionalização do mundo moderno, haveria o predomínio dos valores individualistas. Entretanto, na prefeitura de Colina D'Água, não foram estes os valores que predominaram na contratação de muitos dos funcionários municipais, ou mesmo para a nomeação das funcionárias da Direção e da Chefia do DAS, foram os valores relacionais (cf. Dumont, 1985 e Da Matta, 1983). Consoante Dumont (1985), no Ocidente Moderno impera o indivíduo como valor. Sendo o indivíduo o sujeito normativo na sociedade, seria a partir dele que as instituições sociais orientariam suas ações. Essa lógica é inversa a das sociedades tradicionais onde prevalece o holismo como valor. Dumont distinguiu duas configurações gerais de valores: holismo e individualismo. Na compreensão de Da Matta (1983), a sociedade brasileira transita entre os dois pólos do modelo dumontiano. Holismo e individualismo estão imbricados em nossa sociedade e, dependendo da articulação em um contexto situacional, um dos valores tende a prevalecer sobre o outro.

Nesse sentido, podemos compreender a lógica mais geral instaurada pelo conflito entre Bárbara e Carla. Em um nível, ambas participam de um mesmo grupo político; em um segundo nível, se diferenciam entre pessoas “do lugar” e “de fora” e, em um outro, pelas suas particularidades, especificamente em relação a formação profissional. Podemos depreender, a partir dos níveis de segmentação, que ambas se hierarquizam, se diferenciam e também se “equalizam” a partir de um esquema de percepção que articula valores holistas e individualistas. E quando um desses valores parecer emergir como predominante nessa relação podem surgir conflitos.

Nesse contexto, a normatização federal, legitimada e apropriada segundo padrões relacionais, propiciou mudanças significativas. Essas mudanças expressaram a sócio-lógica local: a prefeitura está imersa em redes de parentesco estruturadas politicamente no princípio de reciprocidade.

A conflituosa dinâmica instaurada no cotidiano do DAS parece replicar a conflituosidade entre vereadores e o prefeito. O conflito instaurado na relação entre o prefeito e a maioria dos vereadores, segundo as versões da cassação (cf. cap. 2), foi decorrente da diferenciação entre os “do lugar” e “de fora”. Como vimos, essa diferenciação explicita disputas pelos benefícios materiais e imateriais que circulam na e a partir da prefeitura. No mesmo sentido, a polarização de conflitos entre Bárbara e Carla foi acentuada pelo prestígio que esta adquiriu. Entretanto, permaneceu possível essa diferenciação em termos da especialização formal.⁷¹

Vimos, aqui, parte da dinâmica da agência municipal que operacionaliza o programa Bolsa Família em Colina. E para compreendermos como se concretizam as relações entre as funcionárias municipais e as famílias beneficiárias e potenciais beneficiárias na execução do programa de *renda mínima*, é pertinente explicitar o processo de cadastramento dos grupos domésticos no Bolsa Família.

O formulário do CadU é preenchido - pelas funcionárias Carla, Daniela e Elaine - por meio de entrevistas com a responsável pelo grupo doméstico. Esse preenchimento é bastante demorado e dependendo do número de membros na casa pode durar mais de uma hora. O cadastramento é o primeiro passo no processo de inclusão do grupo doméstico no programa. Ao preencher o cadastro do Bolsa Família, o segmento

⁷¹ A diferenciação dada pela especialização institucionalizada não é inerente ao contexto etnográfico. Esse fenômeno nos propiciou uma aproximação a uma situação bastante distinta. Nas eleições presidenciais nas quais Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi candidato, o acento recorrente, nas críticas dos adversários políticos, recaiu sobre o fato de Lula não ter se especializado em uma instituição educacional, como fizeram os demais candidatos, seus adversários.

potencial beneficiário constrói vínculos com os governos federal e municipal e também constrói uma expectativa de sua inclusão no Bolsa Família.

3.3 O Cadastramento Único

No início da implantação do Bolsa Família em Colina, a prefeitura promoveu reuniões para explicar os critérios para o cadastramento nesse programa em diversos bairros rurais. Em alguns deles, as funcionárias do DAS foram *fazer o cadastro*, i.e., entrevistar os grupos domésticos de potenciais beneficiários e preencher o CadU. Em alguns outros, a prefeitura viabilizou transporte para que os potenciais beneficiários pudessem ir ao DAS *fazer o cadastro*. E muitas famílias providenciaram meios para irem ao DAS *fazer o cadastro*. Com isso, desde o início de 2004, as atividades do Departamento de Ação Social foram intensificadas.

O circuito de trocas instaurado entre o segmento focalizado e a prefeitura não findou com o recadastramento e os novos cadastros. Para o grupo doméstico beneficiário, de modo geral, o circuito se estende à agência bancária e ao comércio. E para o grupo “potencial beneficiário”, se restringe ao DAS, com periódicas “peregrinações” a essa instituição para saber se ele foi incluído no programa, já que aquela (e) que preenche o cadastro, na maioria das vezes, se percebe em condições de ser beneficiária (o).

O formulário do Bolsa Família possui o formato de uma apostila contendo 6 folhas; na capa, de cor azul escura, há a inscrição: “Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal” (ver Anexo). Na contracapa há instruções gerais de como entrevistar, como responder as questões do formulário, quem deve ser relacionado como morador do domicílio e como encerrar a entrevista solicitando a assinatura da responsável pelo grupo doméstico potencial beneficiário. Muitas vezes essa assinatura é feita pelo polegar, devido o elevado número de pessoas adultas não alfabetizadas no município. Entre os adultos com mais de 30 anos, a taxa de analfabetismo nesse município é de 19,1%, e de 52% para aqueles acima de 50 anos (IPARDES, 2006).

O conjunto das informações no cadastro indica a configuração socioeconômica do grupo doméstico. No primeiro formulário, no canto direito da primeira linha, no campo “Código Domiciliar”, está impresso o número que será a *Identificação* do grupo doméstico para os governos municipal e federal. As primeiras informações solicitadas

se referem à funcionária entrevistadora e à Unidade de Saúde freqüentada pela família cadastrada. Logo de início, o governo federal marca o entrelaçamento entre o Bolsa Família e a instituição de saúde.

As *contrapartidas* em relação a saúde da criança são: o cumprimento do calendário de vacinação infantil e a pesagem mensal até os 10 anos. E para a mulher, o cumprimento da agenda de saúde pré-natal e do pós-parto. A responsabilidade no acompanhamento das *contrapartidas* da família é da coordenadora do Bolsa Família. Cabe a ela acessar tais informações junto à Unidade de Saúde (US).

Em Colina D'Água, há quatro US: uma localizada na sede e três em bairros rurais. O atendimento médico nos postos de saúde instalados nos bairros é feito (usualmente) uma vez por semana. Na sede, as crianças de 0 a 10 anos que participam de programas sociais são atendidas nos primeiros 15 dias de cada mês. Conforme informações da auxiliar de enfermagem que faz a pesagem na US da sede, Nair Pontes, são atendidas, em média, quatrocentas crianças por mês. Durante a pesagem e medição, são feitas anotações na “Carteira de Saúde” da criança, o que possibilita o controle da desnutrição. Segundo esta profissional, anteriormente às exigências de manter a vacinação e a pesagem em dia, as mães tinham muito medo de vacinar os filhos, tendo sido difícil no início fazer o controle da saúde conforme normativa federal. Com o tempo, as mães se “acostumaram”, levando praticamente todos os meses as crianças à US.⁷²

Após preenchidas as informações referentes à US, os próximos dados se referem a localização, inserção da família em outras políticas sociais e as principais características do domicílio, tais como: abastecimento de água; iluminação no domicílio; escoamento sanitário e destinação dada ao lixo. Os moradores dos bairros rurais usam como referência da localização de sua residência o nome do bairro e/ou o sobrenome da família. E este, algumas vezes, coincide com o nome do bairro.

Nos documentos oficiais relativos à política de redistribuição de renda, o governo federal classificou como família o grupo que compartilha de uma mesma moradia (cf. capítulo I). Essa concepção está materializada, em primeiro plano, no CadU, ao serem solicitados como primeira referência os dados do domicílio. Em Colina, no entanto, a concepção de família não se encerra nos limites do grupo doméstico, como demonstram as redes de parentesco no serviço público e também conforme veremos no capítulo IV, que trata da organização dos bairros rurais no município.

⁷² Para uma análise da relação entre a Política de Saúde da Família e a díade mãe-filho, ver Parry SCOTT (2006).

Após preenchidos no CadU a localização e características da moradia, inicia-se a identificação de cada membro do grupo doméstico e a primeira pessoa a ser identificada é a responsável por ele. Há uma inflexão de gênero no Bolsa Família, acentuada pela normativa do governo federal em potencializar a mulher/mãe como recebedora do *benefício*. Assim, quem se dirige ao DAS para solicitar a inclusão do grupo doméstico no Bolsa Família tende a ser a mulher/mãe (e quem atende no DAS também são mulheres). Nos termos de Peirano, “o estado-nação, carrega valores, corporifica ideais, influencia ‘modos de orientação’” (2002: 37). Não obstante, segundo o Censo 2000, a proporção de famílias monoparentais predominantemente com chefia feminina tem aumentado nas últimas décadas, também em áreas rurais (Woortmann & Woortmann, 2004).

O governo federal solicita, para a identificação dos indivíduos do grupo doméstico, os seguintes dados: nome completo; data de nascimento; sexo; nacionalidade; país de origem caso seja estrangeiro; município de nascimento; nome dos pais; estado civil; se o esposo reside ou não no domicílio; se a pessoa possui algum tipo de deficiência; raça/cor. Para *fazer o cadastro* são solicitados o original e a cópia da Certidão Civil de casamento ou nascimento, do documento de Identidade, do CPF, do Título de Eleitor e da Carteira de Trabalho e Previdência Social. É nessa fase da entrevista e preenchimento do cadastro que, eventualmente, pode estar faltando algum documento. No entanto, continua-se o preenchimento do mesmo até o fim, mas a entrevistadora informa que o cadastro não poderá ser enviado “para frente” até que a responsável traga todos os documentos que estão faltando. Os cadastros incompletos ficam aguardando a documentação, arquivados na sala da assistente administrativa.

Na ausência de documentação, tudo se passa como se o grupo doméstico gestasse o seu “nascimento” como cidadão, para a realização plena da condição exigida pela instância estatal. Peirano (2002) ao analisar a relação entre documentos, cidadão e Estado, argumenta que:

Documentos identificam cada indivíduo de uma coletividade, geralmente definida como um estado nacional. Eles permitem a contagem dos indivíduos [para o Estado] ao mesmo tempo que os singularizam. (...) O vínculo entre o indivíduo e o documento que o identifica, portanto, não é apenas de representação, mas também de contiguidade e/ou extensão. Quando o indivíduo perde sua “identidade”, essa experiência é verdadeira em vários sentidos. [...] A carteira [de identidade] faz o cidadão (Peirano, 2002: 45-46).

Assim, se ao *fazer o cadastro* estiver faltando algum dos documentos solicitados, este fica paralisado. O grupo doméstico se percebe sem “identidade”, mas

não discute o mérito do critério da documentação, reconhece a legitimidade da norma estatal, denotando o papel do Estado na construção do cidadão.

Ao *fazer o cadastro*, também são informados dados sobre: a escolaridade dos adultos; a série escolar e a escola que os filhos freqüentam; a qualificação profissional, situação do adulto no mercado de trabalho e sua renda. O campo referente a renda não pode ser zero, pois o governo federal entende que a família é provida de algum recurso, e que este não pode ultrapassar o limite de R\$120,00 (cento e vinte reais) de renda domiciliar *per capita*. Somente no formulário da responsável são preenchidos os dados relativos às despesas mensais no domicílio (aluguel, prestação habitacional, alimentação, água, luz, transporte, medicamentos, gás, outras despesas). E assim como não se aceita preencher zero de renda, também não se aceita que a soma entre receita e despesa seja negativa. Há de ser feito um balanço para que essas informações sejam congruentes com o sistema, pois se forem lançadas de “qualquer forma” o sistema acusará erro. Informa-se também o número de indivíduos que vivem dessa renda e a relação de parentesco da responsável pelo cadastro com cada um dos membros ali nomeados. (Em uma ordem crescente de 02 a 20 são listadas todas as possíveis relações de parentesco entre a responsável e os demais membros do grupo doméstico, ou se não há “parentesco”).

A última questão no formulário é: “Beneficiário prioritário para o Programa Bolsa Alimentação” com as opções “Sim/Não”, essa questão representa o viés marcado pelo governo federal na construção do Programa Bolsa Família.

A configuração do CadU explicita a articulação que o governo federal tenta construir com as instâncias da saúde e educação. Nesse formato, a coordenadora local estaria interagindo com ambas as instâncias, o que possibilita uma hierarquização do DAS frente ao Departamento de Saúde e Educação, no estrito sentido do acompanhamento das *contrapartidas* no município. Pois, cabe à coordenadora do Bolsa Família, de acordo com o calendário previsto pelo governo federal, solicitar as informações referentes à freqüência das famílias beneficiárias nesses departamentos.

As escolas rurais em Colina D'Água são *multi-seriadas* e atendem as crianças que cursam da primeira a quarta série do ensino fundamental.⁷³ Após o término da quarta série, essas crianças teriam que estudar no colégio localizado na sede municipal ou em um outro localizado no Bairro Rio de Cima, para concluir o ensino fundamental e médio. Em 2005, 1.815 crianças foram matriculadas em escolas no município. Destas, 895 foram usuárias do transporte escolar. Segundo a Diretora do Departamento de Educação, Carmem Barbiero, há uma alta taxa de evasão escolar no município, embora haja 17 linhas de ônibus, locados de terceiros pela prefeitura, para fazer o transporte escolar dos bairros para a sede e vice-versa.

Dada a dificuldade de trânsito no interior dos bairros, acentuada pela topografia da região, em períodos chuvosos torna-se impraticável a ida da criança à escola, ultrapassando, desta forma, o limite de faltas permitido pelo programa Bolsa Família.⁷⁴ Em alguns casos, devido a distância da residência até a estrada principal onde passa o veículo de transporte escolar que leva as crianças que estudam na sede, muitos desistem. Vimos no capítulo I que, na percepção do governo federal, os membros de um grupo doméstico podem ser individualizados. E independente do número de membros no grupo doméstico, somente três deles podem constar como beneficiários, segundo as categorias: crianças, adolescentes, gestante e nutrízes. Entretanto, se uma das crianças ou adolescentes beneficiários não freqüentar a escola, o grupo doméstico poderá ser excluído do programa, independentemente dos demais cumprirem as *contrapartidas*.

Portanto, se o grupo doméstico tende a ser percebido pelo governo federal como uma contraposição de indivíduos no que se refere a quem pode ser beneficiário, quando a referência é a *contrapartida*, ele é visto como totalidade.

Para o governo federal, é da articulação bem sucedida entre *renda mínima*, Educação e Saúde, principalmente infantil, que se produzirão transformações efetivas na situação social e econômica do segmento focalizado. Nesse sentido, a estruturação das instituições de Saúde e Educação para uma maior eficiência no atendimento dos beneficiários do Bolsa Família, em sua *contrapartida* ao programa federal, seriam as *contrapartidas* dos governos municipais e estaduais no esforço de diminuir a desigualdade social.

⁷³ Na escola multi-seriada há, em uma mesma turma, crianças em diferentes graus do ensino fundamental.

⁷⁴ Conforme a Diretora do Departamento de Educação, Carmem Barbiero, o maior índice de faltas no município ocorre em períodos de chuva.

A seguir, vamos comparar dois CadUs como meio para a compreensão tanto dos critérios definidos pelo governo federal quanto da percepção local sobre quem *precisa* da *renda mínima*.

Fazendo o cadastro: um contraponto entre as perspectivas do governo federal e de famílias em Colina D'Água

Durante a pesquisa nos bairros rurais, algumas das famílias entrevistadas remeteram duas críticas à forma de execução do programa Bolsa Família no município. De um lado, havia a percepção entre elas de que alguns bairros são mais atendidos que outros e, de outro, o entendimento de que algumas famílias “não precisavam”, mas recebiam o *benefício*. Tendo em vista essa regularidade, quando da análise de cadastros arquivados, de famílias incluídas no Bolsa Família, e do acompanhamento e preenchimento de dois cadastros de potenciais beneficiárias no Departamento de Ação Social,⁷⁵ foi possível contrapor os dados com as críticas.

Na busca de compreender o sentido da repercussão do programa Bolsa Família nos bairros rurais e tendo como base dados provenientes de um conjunto de 28 cadastros de famílias receptoras do Bolsa Família, construímos a tabela 6. Nela, estão representados o local de moradia e a constituição do grupo doméstico. Essa tabela dará substrato para a análise que faremos aqui. Vamos, portanto, colocar em perspectiva dados de cadastros arquivados e dados obtidos durante a entrevista e o preenchimento dos cadastros de dois grupos domésticos, designados como ‘Grupo Doméstico A’ e ‘Grupo Doméstico B’. *Fazer os cadastros* dessas famílias, exemplos do que o governo federal classificou como *situação de pobreza* e de *extrema pobreza*, nos propiciou a construção de um diálogo entre a norma federal e as concepções locais sobre quem *precisa* ou não do *benefício*. Pretendemos demonstrar como a regra, pensada como um direito pelo governo federal, pode ser percebida como um privilégio quando contextualizada. Para tanto, vamos comparar os grupos domésticos A e B, tendo como base os dados informados no preenchimento do CadU.

⁷⁵ A minha condição de pesquisadora neste local foi explicitada logo de início na explicação verbal sobre o tema da pesquisa e também na apresentação de uma declaração emitida pela Coordenação do PPGAS/UFPR.

Tabela 6. Configuração de 28 grupos domésticos incluídos no Programa Bolsa Família em Colina D'Água

Bairros	Grupo Doméstico			
	Com 1 filho	Com 2 filhos	Com 3 filho ou mais	Casal Aposentado
Gramado	3	2	1	1
Brejinho	1-mãe e filho	2	1	
Machado	1		1	
Garça			1	
Ferraz		1	1	
Bonito	1			
Lageado	1	1		
Macedo		1		
Rio de Cima	1	2	2	1
Granja	1			
Iguape		1		

Fonte: Cadastros dos beneficiários do Bolsa Família arquivados no Departamento Municipal de Ação Social de Colina D'Água

Grupo doméstico A. Dona Helena, uma senhora com aparência de aproximados 50 anos, representando um grupo doméstico de três pessoas: ela, o marido e um filho de 22 anos; todos nascidos no antigo Jardim Clara/município-mãe, atual Colina. Sem comprovante de endereço, dona Helena disse apenas o nome do bairro rural em que morava – o que foi aceito pelas funcionárias do DAS. Ela tivera mais filhos, no entanto, eles estavam casados e morando em outros domicílios e não foram listados no cadastro. Logo que casou, em 1983, dona Helena foi morar na propriedade do sogro, onde ela e o marido plantam milho, feijão e outros produtos para consumo próprio e o que sobra vendem. Sem uma comprovação oficial da renda, pois afirmou que nenhum dos membros do grupo doméstico possuía carteira de trabalho, confirmou verbalmente uma renda mensal de cento e cinquenta reais e as despesas informadas - e ajustadas - também foram do mesmo valor.

Ao dividir a renda desse grupo doméstico pelo número de seus membros, temos uma renda domiciliar *per capita* de cinquenta reais, o que o define como potencial

beneficiário do *Benefício Básico*. Ou seja, uma renda domiciliar *per capita* de cinquenta reais configura a situação considerada pelo governo federal como de *Extrema Pobreza* - renda de até sessenta reais. Caso o ‘grupo doméstico A’ seja incluído no Bolsa Família, poderá receber um *benefício* no valor de cinquenta reais.

Grupo doméstico B. Luzia é uma jovem senhora com a aparência de aproximados 25 anos. Ela morava em Piraquara-PR (Região Metropolitana de Curitiba), separou-se do marido e venderam a casa, com a parte que lhe coube, comprou uma casa em um bairro próximo à sede de Colina. Ela mudou para este município no início de 2006. Segundo Luzia, a opção pelo município deveu-se ao valor acessível do *terreno*. Caracterizou sua casa como “bem simplezinha”, de madeira com 3 peças, a água encanada chega no tanque e o banheiro é externo. Ela tem 4 filhos, na época da entrevista um estava com onze anos, outro com nove anos, outro com quatro anos e o bebê com dez meses. Luzia era atendente em uma lanchonete e foi demitida, ainda estava recebendo o seguro desemprego desse trabalho e comprovou uma renda de R\$427,00 (parcelas do seguro desemprego).

Esse grupo doméstico, constituído de cinco membros, possui uma renda domiciliar *per capita* de R\$85,4 e segundo a definição do governo federal está em *situação de pobreza* - faixa que varia de R\$60,01 a R\$120,00 - e, portanto, potencial beneficiário do *Benefício Variável*. Na configuração desse grupo doméstico, há uma mulher amamentando e quatro crianças entre 0 e doze anos. Todos os membros preenchem o critério definido para um potencial beneficiário, porém o limite do programa é de três beneficiários por núcleo familiar. Caso ele seja incluído no programa, receberá quinze reais por beneficiário, quarenta e cinco reais no total.

Tendo como base os critérios definidos pelo governo federal para as famílias que considera em *situação de pobreza* e em *situação de extrema pobreza*, podemos comparar os grupos domésticos ‘A’ e ‘B’. Ambos com acesso diferenciado à terra e, desta forma, com acesso diferenciado em relação à aquisição dos alimentos. O ‘grupo doméstico A’, situado formalmente no eixo da *extrema pobreza*, possui três membros adultos na casa e parte da alimentação é produzida na propriedade da família. E, ao morar no mesmo espaço da parentela, pode-se presumir uma rede de solidariedade ampla. E nesse caso, a família não está encerrada em um domicílio.

O ‘grupo doméstico B’, situado formalmente no eixo da *pobreza*, provavelmente adquire a totalidade dos seus alimentos via relação de mercado. E embora ele seja constituído por cinco membros, quatro deles ainda são crianças e a mãe nutriz (por

morar longe da parentela) terá que construir novos arranjos para conciliar as despesas para a manutenção da casa e o cuidado com os filhos, ao mesmo tempo que construir novos laços de vizinhança e de solidariedade. Desta forma, compreende-se que o consumo maior e com força produtiva menor está no interior do ‘grupo doméstico B’.

No plano hipotético, se os grupos domésticos ‘A’ e ‘B’ forem incluídos no programa Bolsa Família e mantidas as mesmas rendas informadas nos seus cadastros, o aumento potencial da renda do ‘B’ será de 9,54%. Com uma renda domiciliar de R\$427,00 (renda domiciliar *per capita* de R\$ 85,4), mais R\$45,00 do *Benefício Variável* (3 benefícios de R\$ 15,00), ele teria então, no geral, uma renda domiciliar *per capita* mensal de R\$94,4. Por outro lado, o ‘grupo doméstico A’, possui uma renda domiciliar inicial de R\$ 150,00 (renda domiciliar *per capita* de R\$ 50), mais R\$50,00 do *Benefício Básico*, teria como resultado uma renda domiciliar *per capita* mensal de R\$66,67. Esse valor significaria, para o ‘A’, um aumento de 25%.

Depreende-se portanto, que o benefício para o ‘grupo doméstico A’ propiciaria elevá-lo acima da faixa definida como *Extrema Pobreza* – o limiar é R\$60,00. No entanto, o *benefício* para o ‘grupo doméstico B’ não alteraria sua posição dentro do eixo definido de *situação de Pobreza*. Esse eixo circula entre os valores de R\$60,01 a R\$120,00 e, como visto, sua renda estaria em R\$94,4. Desse modo, mesmo com o pressuposto do aumento da renda com a inclusão no programa, ambos os grupos domésticos estariam situados no eixo da *Situação de Pobreza*.

Na percepção de algumas famílias entrevistadas (rebedoras e não rebedoras da *renda mínima*), “até fazendeiro” estaria recebendo o *benefício* federal. E para outras, muitas famílias que não tinham filhos e, portanto, que não *precisavam*, o recebiam. Não cabe aqui buscar a veracidade da narrativa, mas compreender os mecanismos sociais que foram engendrados com a implementação do Bolsa Família. Nesse sentido, tentaremos analisar as repercussões e representações suscitadas na execução desse programa em Colina D’Água.

Conforme demonstra a tabela 6, há dois grupos domésticos sem filhos na casa,⁷⁶ e nove com um filho, a exemplo do ‘grupo doméstico A’. Embora tenha-se, nessa tabela, dezessete famílias com dois filhos ou mais, o que sobressai e aparece como predominante socialmente e também como privilégio, são as famílias com um filho ou

⁷⁶ A condição de aposentado nas famílias sem filhos estava informada na caracterização sobre emprego e não temos dados que possam qualificá-la.

nenhum. Dessa forma, tudo se passa como se famílias com muitos filhos não recebessem a *renda mínima*, enquanto fazendeiros a recebem.

Sem aprofundarmos a análise em relação à idade dos filhos únicos - o filho no ‘grupo doméstico A’ tem 22 anos -, compreendemos que, segundo a percepção local, se uma família é pequena ela não *precisaria* do *benefício* tanto quanto outra com maior número de filhos. Com essa conclusão, construiu-se a representação de que na execução local do programa federal são beneficiados, em sua maioria, aqueles que não teriam esse direito. Nessa configuração, o *benefício* do Bolsa Família passou a ser percebido como um privilégio daqueles que não *precisam*. Esse fenômeno coloca em questão o direito da família em ser incluída no programa federal. Sendo assim, a obtenção do Bolsa Família no contexto etnográfico tende a ser apreendida como sinal de distinção. Isto é, de uma relação privilegiada do núcleo familiar com a prefeitura e não como reconhecimento de um direito.

Em boa medida, decorrente do fato de algumas famílias beneficiárias serem percebidas como privilegiadas, o Bolsa Família conquistou como que um status, sendo motivo de disputa. Ao contrário da família beneficiária ser percebida como em uma posição socialmente inferior, ela obteve certo prestígio. Assim, muitas famílias que se percebiam como potenciais beneficiárias, embora tivessem feito o cadastro várias vezes sem serem incluídas no programa, afirmavam que a redistribuição local do benefício tinha aumentado a desigualdade, pois “quem realmente precisava não estava recebendo” (ver capítulo V).

Nesse município, mais de mil famílias haviam solicitado sua inclusão no programa Bolsa Família em 2006. Em julho de 2006, 633 eram receptoras desse programa (ver tabela 4). O descompasso entre ser beneficiário e se perceber como potencial beneficiário influencia na construção de representações sobre o Bolsa Família, pois pergunta-se: qual a diferença que fez do “outro igual” um beneficiário? A resposta dada localmente é o privilégio. Se nem todos os que se percebem ou são percebidos socialmente como potenciais beneficiários têm tido o “direito” de receber o *benefício*, então, muitos dos beneficiários reconhecidos como “não merecedores” são percebidos como privilegiados.

Assim, a negativa no acesso a um direito, prescrito pelo governo federal com o objetivo de diminuir a desigualdade social dos segmentos que possuem um déficit na renda domiciliar *per capita*, faz esse direito ser percebido localmente como um

privilégio. E como privilégio, esse direito suscita interpretações de mecanismos de distinção e de métodos obscuros na sua obtenção.

Robert Castel (1995) entende que o conceito de exclusão está, entre outras formas, relacionado à profunda ambigüidade das políticas de discriminação positiva (política da renda mínima). Segundo ele, a política de renda mínima, ao incluir pessoas dentro de uma categoria “especial”, estaria abrindo espaço para que uma discriminação, a princípio positiva – do Estado –, fosse, no processo, apreendida socialmente como negativa. Com isso, os beneficiados seriam também “excluídos”. Entretanto, como vimos, é a lógica inversa que tem prevalecido em Colina D’Água. O governo local estaria discriminando negativamente aqueles que *precisam* e privilegiando certos grupos domésticos. Com esta interpretação, elevou-se o status dos recebedores do programa federal, pois “muitos privilegiados”, sendo o mesmo motivo de disputa.

Essa forma de apreender o Bolsa Família, ou seja, a representação do programa construída no processo de implementação e consolidação do mesmo, por “potenciais beneficiários” e também por alguns beneficiários, tem orientado algumas ações. Assim, uma situação ocorrida no DAS e presenciada pela pesquisadora, foi orientada por esta percepção: uma senhora chegou no DAS falando alto que nunca recebera os recursos do Bolsa Família e que “só rico recebe, o pessoal que tem carro”. O conflito instaurado entre as operadoras do Bolsa Família e essa senhora denota a diferenciação engendrada entre os grupos domésticos que *fizeram o cadastro* e não foram incluídos no Bolsa Família e os beneficiários, e se expressa na linguagem do “merecimento”.

Vimos que o conflito instaurado entre os vereadores e o prefeito expressou a diferenciação entre “de dentro” e “de fora”, e aquele entre a assistente social e a coordenadora do Bolsa Família, a diferenciação em relação a instrução institucionalizada. Os conflitos referentes ao Bolsa Família, instaurados entre funcionárias do DAS e “potenciais beneficiários” significa a busca pela fim da diferenciação entre estes e beneficiários. Nesse sentido, a senhora, citada mais acima, foi à instituição pública em busca de igualar-se aos beneficiários. Contudo, embora esses conflitos tenham se expressado em linguagens distintas (“de dentro” e “de fora”, da especialização formal e do merecimento moral), eles revelaram um sentido comum: disputas pelos bens materiais e imateriais que circulam na e a partir da prefeitura.

Nesse contexto, em que a concepção de família transcende o espaço doméstico, abarcando redes de parentesco, um grupo doméstico, entre alguns outros, ser beneficiário do programa federal, propicia, pelo caráter distintivo dado a ele localmente,

a emergência de conflitos. Se “todos” *fizerem o cadastro* e apenas um for incluído no programa, qual seria o critério, se sua rede de parentesco compartilha de certa semelhança econômica e social e se eles se percebem como “merecedores”?

Cabe ressaltar que o preenchimento do cadastro é feito por uma funcionária da prefeitura. A base desta relação, funcionária municipal e responsável pelo grupo doméstico potencial beneficiário, está na confiança. De um lado, confiança que os dados informados são legítimos; de outro, que os dados serão preenchidos conforme informados. Partindo desse princípio, os dados serão digitados no sistema e enviados à CEF e seguindo os trâmites do processo, o grupo doméstico será ou não definido como beneficiário. Nesse circuito, a “impessoalidade” estaria na descontinuidade do plano local. Assim, as relações face-a-face no preenchimento do CadU têm potencialmente, em si mesmas, um alto grau de pessoalização. Isso possibilita que aqueles que se percebem como potenciais beneficiários do programa de *renda mínima*, ao não serem incluídos no programa, tendam a ver uma relação de maior proximidade entre os beneficiados e o Departamento de Ação Social.

Vimos aqui a dinâmica inscrita no cotidiano do Departamento de Ação Social. No próximo capítulo, tentaremos demonstrar as relações sociais no cotidiano de um bairro rural. O objetivo é compreender, ainda que com limitações, o universo social de segmentos recebedores “reais ou potenciais”, do Programa Bolsa Família.

CAPÍTULO IV

OS BAIRROS RURAIS

Este capítulo tem como objetivo compreender o universo social de um bairro rural. Embora esse objetivo seja amplo, sua especificidade reside em demonstrar o contexto social vivido por muitos dos grupos domésticos recebedores da política de *renda mínima* do governo federal, no município de Colina D'Água. Veremos aqui, como a linguagem do parentesco organiza localmente as relações sociais, econômicas e políticas

Os bairros rurais em Colina D'Água, em sua maioria, são formados por uma extensa rede de parentesco. Rede que não se prende às fronteiras de um mesmo bairro, estendendo-se aos demais, conforme o lugar de moradia, ao casar-se. Na maioria deles há um 'núcleo'⁷⁷ constituído por uma igreja, uma escola multi-seriada, um armazém e um aglomerado de casas. As demais casas do bairro localizam-se no *interior*, nos *sítios*, distantes do 'núcleo'. As casas de madeira com banheiro no quintal predominam, sendo raras as casas de alvenaria. Em muitas dessas residências, a energia elétrica foi instalada no ano de 2005 pelo programa federal "Luz para Todos"(ver capítulo V). E muitas outras ainda aguardam essa instalação.

A categoria bairro é significada distintamente segundo percepções próprias dos moradores no bairro, dos moradores na sede municipal e da administração pública. Assim, na percepção de quem mora na sede, bairro rural é o espaço onde está localizado o 'núcleo'. Nessa perspectiva, os moradores do núcleo se constituem como que os únicos moradores do bairro e aqueles que moram mais distantes - embora no bairro - em lugares de difícil acesso devido a geografia local, usa-se freqüentemente como referência "o pessoal do interior" ou "aqueles que vivem pros matos". Em relação a sede, portanto, bairro é o 'núcleo' de maior aglomeração populacional e onde estão localizados a escola, a igreja e o comércio; já os que não moram no 'núcleo' moram no *interior*, "pros matos".

Para os moradores do 'núcleo', a referência de lugar é o bairro, e para os que moram a alguns quilômetros do 'núcleo' a referência é o *sítio*. Os moradores dos *sítios* e

⁷⁷ Núcleo é uma classificação da pesquisadora, utilizaremos esta classificação que se fez operativa para explicitar a diferenciação entre região/ bairros e localidades.

dos ‘núcleos’ têm o bairro como referência quando estão na sede. Nesta configuração, a categoria bairro é relacional tanto intra-bairros quanto na sede.

No mapa oficial de Colina D’Água consta 13 bairros, conforme apresentamos no quadro 2. No entanto, a prefeitura mantém escolas em 27 bairros. Isso significa que a categoria bairro possui outros significados além dos referentes à localização. Assim, bairro rural localiza espacialmente um segmento social e pode também agregar várias *localidades*, com segmentos distintos, quando se muda o princípio da classificação, ao esvaziar o conteúdo anterior e dar-lhe um outro significado. A pertinência em demonstrar que há *localidades* reconhecidas oficialmente como bairros e outras não nos auxilia a compreender a estrutura destes, conforme os moradores a constrói.

Quadro 2. Bairros oficiais em Colina D’Água

	Nome (fictício) do Bairro-Região
1	Gramado
2	Machado
3	Brejinho
4	Laranjeira
5	Garça
6	Ferraz
7	Rio de Cima
8	Iguape
9	Itambé
10	Vieira
11	Rodrigues
12	Limoeiro
13	Tavares

Tendo o quadro 2 como base e sobrepondo a ele o quadro 3, abaixo, tentaremos demonstrar que a categoria bairro nomeia a localização de vários grupos no espaço e também é percebida como território pelo grupo local.

Alguns bairros são classificados pela prefeitura como *localidades*. Segundo os funcionários do Departamento de Tributação deste município, bairro é uma *região* e no interior desta há várias *localidades*. Conforme essa classificação, estão nominados no quadro 2 os bairros-regiões. Os demais espaços, ‘núcleos’ onde a administração pública mantém escolas, são tidos como *localidades*, embora a prefeitura os designe como bairros: a *localidade* também é chamada de bairro. Portanto, como apresentamos no quadro 3, há bairros-regiões e *localidades*. Para a prefeitura, o conteúdo da classificação de bairro é equivalente ao de *região*; e o conteúdo de *localidade* é equivalente ao de ‘núcleo’. Ao manter oficialmente a classificação “bairro” na denominação das

localidades com escola, a administração pública legitima o reconhecimento social das *localidades* como bairros, conforme a classificação dos moradores intra-bairros.

Quadro 3. Bairros-Regiões e Localidades em Colina D'Água ⁷⁸

	Nome (fictício) do Bairro-Região e localidades
1	Bairro Gramado
1.2	B. Tião
1.3	B. C
1.4	B.S
1.5	B.P
2	Bairro Machado
3	Bairro Brejinho
3.1	B.C
3.2	B.D
3.3	B.P
3.4	B.M
4	Bairro Laranjeira
4.1	B. AG
4.2	B. B
5	Bairro Garça
5.1	B. RB
5.2	B.RF
6	Bairro Ferraz
6.1	B. Ferraz de cima
5.2	B. Ferraz do meio
7	Bairro Rio de Cima
7.1	B. Rio de Cima dos Campos
7.2	B. Rio de Cima dos Lemmos
7.3	B. Rio de Cima dos Becker
8	Bairro Iguape
8.1	B.R
8.2	B. Granja
8.3	B. L
8.4	B. T
8.5	B. T1
8.6	B. T2
8.7	B. S
9	Bairro Itambé
9.1	B. Q
9.2	B. TB
9.3	B. PI
9.4	B. P
10	Bairro Vieira
10.1	B. R
10.2	B. M
11	Rodrigues
12	Limoeiro
13	Tavares

⁷⁸ As *localidades* foram aproximadas aos bairros-regiões de acordo com sua localização, conforme informações de moradores. Desse modo, sua numeração está subordinada a do bairro-região. A maioria das *localidades* no quadro 3 está apresentada apenas com iniciais e algumas delas foram nomeadas porque serão citadas no texto.

No quadro 3, há 13 bairros-regiões e 30 *localidades* e nesses espaços há 27 escolas. Por conseguinte, 18 *localidades* estão “fora” da classificação oficial. A classificação da prefeitura possibilita compreender “de fora”, que os bairros-regiões são subdivididos em *localidades*, mas não é suficiente para expressar tal processo. As *localidades* explicitam uma diferenciação dos espaços rurais. Esse fenômeno denota que o espaço é apropriado segundo princípios de classificação próprios deste contexto.

O bairro é denominado, em muitos casos, pelo nome que identifica o grupo de parentesco dos moradores. Fala-se “Bairro dos Tião”, “Bairro dos Machado”, “Bairro dos Ferraz”; mas há também o “Bairro dos Ferraz do meio” e o “Bairro dos Ferraz de cima”. A divisão territorial desse bairro indica uma mesma ascendência, mas com diferenciação entre os descendentes. Diferenciou-se o espaço a partir da diferenciação e segmentação de um mesmo grupo. Essa diferenciação será demonstrada na análise do Bairro Machado mais adiante, embora nesse bairro não tenha havido uma divisão espacial (ainda).

Outra forma usual de designar o bairro é pelo nome do rio que passa por ele, como exemplo: Bairro Rio Claro, Bairro Rio das Pedras, Bairro Rio de Cima. No entanto, o Bairro Rio de Cima foi subdividido em “dos Lemmos”, “dos Becker” e “dos Campos”. Nesse caso, manteve-se para o bairro o nome do rio e agregou-se a ele o nome “da família” dos moradores. Portanto, a subdivisão dos bairros tem como princípio operador o grupo de parentesco local, como disse um morador: “tem quatro ou cinco casas no lugar já começa a chamar o bairro pelo nome da família”. Ao começar a nomear o espaço da casa, “quando tem quatro ou cinco casas”, com o *nome da família* inicia-se, ao mesmo tempo, um processo de legitimação dessa família como pertencendo a um território, uma identificação desta com a terra.

No processo de desvinculação da *região* para a *localidade* há duas dimensões em contraste: um “nós” e um “outros”. De um lado, a autoridade moral dos moradores em classificar uma parte do espaço do bairro como território *da família*, uma perspectiva do âmbito da unidade, do “nós”. De outro, o reconhecimento social dessa classificação, ao ser utilizada socialmente em referência a nova unidade intra-bairro. Dessa forma, quando a localização da família já estiver associada a um espaço, apropriado como território, emerge uma nova *localidade*, um bairro na percepção dos seus moradores. Podemos depreender dessa estruturação que todo *sítio* é potencialmente uma *localidade*.

Esse princípio, segmentar, orienta a organização espacial e pode ser entendido como um dos lugares da dimensão do político na vida social. Como salienta Abélès

(1992), o político nunca esteve localizado só no Estado e é preciso entender o lugar estratégico dessa dimensão em outros lugares da vida social. Segundo ele, é preciso compreender a complexidade da articulação do político no local como possibilidade de transcender esse local. Essa também é a perspectiva de Evans-Pritchard (1978).

A fronteira física de um bairro é delimitada pelos moradores a partir dos seus *terrenos* (por posse ou legalizados juridicamente) que, em muitos casos, têm um rio como limite. Essa fronteira, em alguns casos, não é equivalente à fronteira geográfica e administrativa do município. A administração pública em Colina D'Água, especificamente o Departamento de Ação Social, mantém cadastrados como beneficiários do Programa Bolsa Família moradores de bairros que pertencem a outros municípios. Esses bairros estão localizados em municípios limítrofes e são exemplos concretos da flexibilidade da fronteira da administração municipal. Os moradores nesses bairros e os funcionários municipais de Colina entendem que como “é só uma ponte que separa...”, esta não se configura como justificativa suficiente para a não inclusão daqueles - formalmente externos - nos cadastros oficiais do município e, por conseguinte, das políticas sociais. Portanto, “a ponte que separa”, em alguns casos, mantém uma contiguidade entre os dois lados da fronteira. Entendendo com isso, que não há uma fronteira rígida quanto aos limites geográficos da administração pública deste município.

Em Colina (e região), boa parte dos moradores dos bairros rurais, os *pequenos produtores*, estão envolvidos em um duplo processo de transformação: do modo de uso da terra e da dinâmica interna à família. Esse processo está relacionado à chegada das reflorestadoras de pinus em Colina, no início da década de 1980, conforme apresentaremos a seguir.

Entre o pinus e a lavoura

No capítulo 1, destacamos o fato, conforme percebido localmente, de que as florestas de pinus estão cercando os agricultores. Alguns deles, em certa medida, se vêem obrigados a vender os seus *terrenos*. Em alguns casos, o agricultor pode comprar um *terreno* (de talvez 1 hectare, 10 mil m²) no ‘núcleo’, próximo aos parentes ou vizinhos; ou mesmo vai morar como *agregado* de um parente. Com terra insuficiente para a produção necessária para o consumo doméstico e dos animais de *criação*, estes agricultores arrendam os *terrenos* maiores, cada vez mais escassos, para o plantio da

roça. Desta forma, alugando a terra e pagando o foro, o *pequeno produtor* possibilita a manutenção do consumo do grupo doméstico e dos animais de *criação*. A preocupação com a alimentação diária dos animais domésticos foi um dado recorrente nas narrativas durante a pesquisa, conforme citação abaixo:

[...] porque se não tiver roça não dá para ter criação de galinha, porco. Porque como criar os bichos se não plantar? A ração é muito cara! (Marta; Bairro Machado, 2006).

Portanto, sem *roça* não dá para criar animais domésticos, pois a alimentação destes é mantida com a produção do grupo doméstico. Assim, no momento do plantio já está previsto o consumo dos animais e do grupo doméstico. Entretanto, se não houver terras para uma produção suficiente para alimentar também os “bichos”, o agricultor terá que se desfazer dos animais, tendo em vista que comprar o alimento deles torna-se dispendioso. Sendo assim, parte importante da produção alimentar será perdida. Os animais domésticos possibilitam a manutenção, ainda que não cotidiana, de uma complementação alimentar mais diversificada; um “estoque vivo” de carne, leite – quando se tem vaca ou cabra - e ovos.⁷⁹ E a eventual venda destes animais pode ocorrer em momentos de escassez doméstica.⁸⁰

Entre as famílias pesquisadas, a *roça* é para o consumo do grupo doméstico e da *criação*, predominantemente porcos e galinhas. Na *roça* eles plantam milho, feijão, batata doce, mandioca, amendoim; e no *quintal*, espaço ao redor da casa, hortaliças como: couve, alface e repolho. O excedente não planejado, se houver, é vendido no comércio da região.

Nos dados do IBGE (base 2004) relativos à lavoura temporária no município de Colina, os principais produtos, conforme a maior área plantada, são: milho, feijão e mandioca.⁸¹ Especificamente o milho e a mandioca são produzidos, em grande medida, para o consumo da criação, conforme relata Clair,

⁷⁹ Antônio Cândido (1964), no capítulo 16 de “Parceiros do Rio Bonito”, demonstra como, nas histórias contadas pelos caipiras, o tema da alimentação cárnea aparece frequentemente e como a adaptação desse tema em contos, lendas e tradições propicia transformações. Sobre a especificidade da alimentação do caipira paulista naquele período ver capítulos 9, 10 e 11.

⁸⁰ Musumeci (1988) relata como, entre os proprietários da comunidade Barro Vermelho no Maranhão, o “gadinho” servia como moeda local e fazia as vezes da poupança.

⁸¹ Durante a pesquisa não houve referência à transformação da mandioca em outro produto, somente que esta era também para o consumo da *criação*.

Planto um pouco de feijão, de milho, mandioca agora não plantei porque não pude comprar adubo e sem adubo não produz. Milho é mais para a criação da vaca, da galinha, pato (Clair; Bairro Pinheiros, 2006).

A recorrente referência a uma produção voltada para o consumo animal nos levou a aprofundar a compreensão do valor da *criação* na economia do grupo doméstico. Heredia (1979), em seu trabalho junto ao campesinato da Zona da Mata de Pernambuco, demonstrou que o consumo do grupo doméstico é mantido não apenas com o produto do *roçado*, mas também por meio de estratégias na venda de produtos para o comércio, e na compra de produtos socialmente desejáveis para o consumo. Citando o economista Chayanov (1966), ela destaca:

Este autor assinala como uma das categorias fundamentais para a compreensão da economia camponesa o caráter familiar da unidade de trabalho, destacando que a especificidade do cálculo econômico deste tipo de unidades tem como objetivo chegar a uma relação de equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo familiar e o esforço que isto requer (Heredia, 1979:17-18).

O diálogo com Chayanov e com o contexto etnográfico propiciou a Heredia (1979) concluir que o equilíbrio na economia camponesa não é dado diretamente pelo produto do *roçado*. Com isso, ela constrói a relação *casa-roçado* para demonstrar que é o *roçado* que possibilita a existência da casa como lugar de consumo.

Visto que os produtos do *roçado* são o resultado do esforço conjunto dos membros do grupo doméstico, é justamente no *roçado* onde o grupo se materializa como unidade de produção, enquanto na casa o faz em termos de unidade de consumo (...), o consumo alimentício (Heredia, 1979:78).

Articulando as categorias “unidade de produção” e “unidade de consumo” ela distingue o lugar da produção e o lugar do consumo – alimentício - do grupo campesino.

Entretanto, Heredia argumenta que o *roçado* permite, de forma direta, o consumo alimentar coletivo, mas não o consumo do vestuário, calçados e material básico de higiene pessoal. Esses bens são obtidos com o resultado da venda de cabras e porcos e, em situação extrema, de galinhas. Ao fazer essa diferenciação, a autora introduz os animais domésticos na “unidade de produção” e, por conseguinte, na “unidade de consumo”. Demonstra assim que o equilíbrio relativo entre unidade de consumo e unidade de produção é mantido por estratégias locais não referidas somente

à produção agrícola. Dessa forma, Heredia propiciou uma maior compreensão de como se mantém uma economia campesina,⁸² e nos instrumentalizou a compreender a preocupação na fala de Marta: “se não tiver roça não dá para ter criação de galinha, porco, porque como criar os bichos se não plantar?”.

A produção alimentar do agricultor, no contexto etnográfico, visa a manutenção do consumo do grupo doméstico e da *criação*. Portanto, caso não haja no quintal dele ao menos galinhas, pode significar que sua produção não está sendo suficiente para o consumo da *criação*. Nessa situação, caso os animais domésticos sejam retirados da produção alimentar, parte do consumo, qualificada como *mistura*, é ao mesmo tempo retirada. É retirada também uma “poupança” em potencial.

Podemos apreender dessa discussão sucinta que parte significativa do alimento para o consumo da casa é retirado da terra e, portanto, para a continuidade e a reprodução desse segmento social é imprescindível a terra de trabalho (Garcia Jr.1983), com espaço para uma produção suficiente para o consumo tanto do grupo doméstico como dos animais de *criação*.

Entre os *pequenos produtores*, “quando o trabalho apura”, principalmente no período da colheita, troca-se o dia. Troca-se o dia com o vizinho, com um parente, com quem estiver disponível, tanto quem precisa quanto quem colabora trocam o tempo de um dia de trabalho. No entanto, com as transformações que vêm ocorrendo no campo, muitos desses agricultores foram trabalhar nas florestas de pinus. A citação abaixo explicita a dinâmica interna ao bairro Machado, que, como vimos no capítulo I, se estende por todo o município.

Os homens do lugar trabalham no plantio de pinus. Miltom [grande produtor] tá trocando as laranjas por pinus, sitiante tão vendendo e indo embora porque é um tempo difícil, desanima trabalhar na roça, tem pragas na lavoura, tóxico muito caro para comprar (Marta, bairro Machado, 2006).

Podemos entrever a mudança nas práticas locais de plantio, mesmo o de lavoura permanente como a produção de laranjas.⁸³ Esse fenômeno está relacionado ao processo de concentração fundiária que consequentemente levou a diminuição do tamanho dos

⁸² Ver também a análise de Garcia Jr. (1983) em “Terra de trabalho” sobre a economia campesina.

⁸³ A distinção de “lavoura permanente” e “lavoura temporária” é usada pelo IBGE.

terrenos e a um acento na migração.⁸⁴ Concomitantemente a essa transformação, ocorreram mudanças significativas na dinâmica interna do grupo doméstico, conforme demonstram as citações abaixo:

Meu marido trabalha no corte de pinus. Fica uns 15 dias no trabalho e depois volta para casa, trabalha por dia e não é fichado (Antonia, bairro Ferraz, 2006).

Meu marido trabalha com pinus, recebe por dia, remove, corta com a serradeira, não tem carteira assinada. Se chover não trabalha e não recebe (Clair, bairro Pinheiro, 2006).

Muitos agricultores estão trabalhando também como assalariados e, em muitos casos, por dia, por isso, alguns deles não são *fichados*, ou seja, a carteira de trabalho não é registrada. Em contrapartida, desta forma – perversa dadas as condições atuais -, o agricultor consegue, com o auxílio do grupo doméstico, manter a produção de consumo da casa ou parte dela, mas não nos mesmos termos que antes do assalariamento. Essa situação possibilitou à mulher ficar como que a responsável pelo trabalho na *lavoura* durante a semana e aos homens, nos finais de semana e em outros dias “livres”.

Nas entrevistas, muitas mulheres que vivem esta situação referiram-se ao ir para a *roça*, ou ao trabalho na *roça* em primeira pessoa, denotando a sua responsabilidade para com as atividades agrícolas e, também, para com os demais membros do grupo doméstico, como exemplifica a citação abaixo.

Eu levo as crianças para a lavoura desde os 10 anos. Muitas outras crianças vão para a lavoura Diva; bairro Machado, 2006).

As mulheres que vivem situação semelhante tornaram-se responsáveis pela dinâmica cotidiana na ausência do marido. Elas definem as tarefas dos membros do grupo doméstico, leva-os “para a lavoura” e até mesmo decide o que vai ser plantado. Ao tomar decisões que são percebidas como da esfera masculina, essa mulher pode “conquistar” um maior espaço para decidir também na presença do marido. Suas decisões podem incluir a destinação dos recursos recebidos do Bolsa Família, para os grupos domésticos incluídos neste programa, conforme veremos no capítulo V.

As citações aqui reproduzidas explicitam que o trabalho nas florestas de pinus é percebido como uma atividade a ser exercida fora do ciclo agrícola da produção

⁸⁴ Muitos migram para Curitiba e região metropolitana. Para uma análise do processo de migração entre camponeses ver DURHAM (1973).

alimentar, período de plantar e de colher. Nesse período, o agricultor e assalariado por dia, estaria trabalhando na lavoura. Assim, transitando entre duas formas distintas de relações de trabalho, ele tenta produzir as condições desejáveis de satisfação do consumo doméstico. Com o assalariamento, este agricultor dispõe de recursos financeiros para a compra de produtos que, devido à escassez de terra, não foi possível produzir para vender; produz o básico para o consumo doméstico e da criação. Nesse sentido, a opção pelo trabalho nas florestas de pinus pode não ser uma opção; pode ser uma condição possível de se continuar no bairro rural, junto às redes de parentesco e solidariedade.

A dinâmica da vida do agricultor em Colina abrange, portanto, duas dimensões fundamentais no que tange à economia: a relação de produção familiar e a relação de assalariamento. E na troca de dias, redes de solidariedade horizontais são acionadas. Nesses movimentos se atualizam os laços de pertencimentos dos moradores ao bairro e à terra.

Na próxima seção, esboçaremos a dinâmica da vida dos moradores do ‘núcleo’ do Bairro Machado como instrumento de compreensão das relações externas ao grupo doméstico. A escolha desse bairro deveu-se por ser representativo da organização social da maioria dos bairros em Colina.

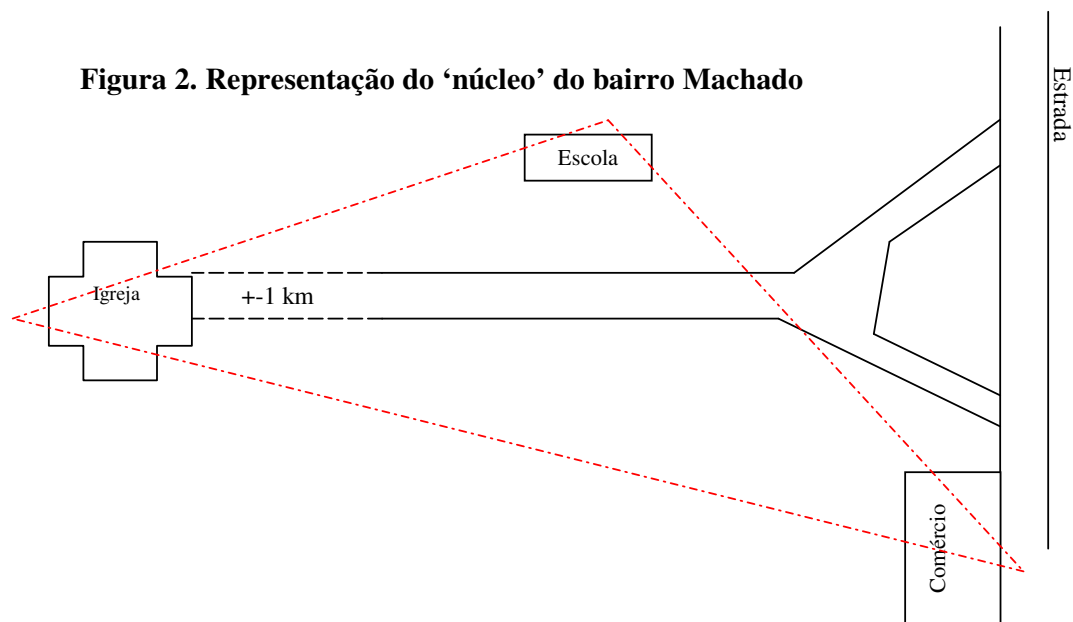
4.1 O Bairro (dos) Machado: o parentesco como linguagem do social

O ‘núcleo’ do Bairro Machado fica próximo da estrada que liga Colina ao município-mãe. Na estrada, próximos à entrada do bairro, há dois armazéns, uma banquinha de doces, como que sinalizando o ponto de ônibus, uma *firma* que contrata trabalhadores para as florestas de pinus e quatro casas. Esse pequeno aglomerado parece o único adensamento do lugar. No entanto, escondido no meio de uma *lomba*⁸⁵ e invisível para quem passa na estrada fica o maior aglomerado, onde está localizada a escola.

A aproximadamente 1 km da escola há outro aglomerado, no entorno da Igreja Assembléia de Deus. Estes três conjuntos formam o ‘núcleo’ do bairro Machado,

⁸⁵ Lomba é a categoria nativa para referir-se aos morros. É também uma categoria espacial pois é usada como referência de localização e de distância. Como exemplo, ao perguntar a uma moradora onde ficava determinado lugar, ela respondeu que era na descida da *lomba*. Em outra situação: “plantei milho naquela *lomba*”.

conforme figura 2. E de forma significativa, ele está segmentado em três instituições: comércio, escola e igreja. Englobando (no sentido dumontiano) essas instituições está a do parentesco, conforme explicita o triângulo superposto à figura 2; formado pela localização espacial das instituições no “núcleo” rural. Os vértices, nesse triângulo, representam também os limites do ‘núcleo’ e, de certa perspectiva, os limites do bairro.



O objetivo central desta seção será compreender como estão articuladas as relações sociais neste bairro. Veremos a centralidade do parentesco na articulação local das vertentes política e econômica. No entanto, os Machado participam de uma mesma comunidade religiosa, o que indica uma co-relação entre parentesco e a igreja local, fenômeno que foge ao escopo deste trabalho. Pois, tanto o tempo em campo quanto a delimitação do tema nos impediram um maior aprofundamento de questões fundamentais para a compreensão da vida local. Entretanto, há um esforço em demonstrar como as relações tendem a ser vivenciadas no cotidiano do bairro.

O Bairro Machado tem como marco inicial a década de 1910. Nesse período, três irmãos Machado: Paulo, Pedro e Bernardo, trocaram 50 alqueires, de uma região mais valorizada do município-mãe, por 150 alqueires em uma área bastante acidentada, com escritura,⁸⁶ no então distrito de Pinheiros, atual Colina. Cada família ficou com 50

⁸⁶ A referência à escritura durante a entrevista com o Sr. Nelson Machado, professor da rede municipal nesse bairro, revela uma preocupação bastante própria de muitos moradores da região. Poucos possuem o título legal da terra.

alqueires (cada alqueire equivale a 24 mil e 200 m²). “Naquela época havia apenas duas casas, era tudo mata virgem. Com a chegada da família foram abrindo espaço, fazendo agricultura e criação de animais” (Professor Nelson Machado, 2007). Além da agricultura doméstica, os Machado também são produtores de poncã.⁸⁷

Com o tempo, foram vendidos 100 alqueires (dos 150 comprados inicialmente) para uma empresa produtora de laranjas, que já plantou pinus em parte do *terreno*, e alguns alqueires foram vendidos para agricultores oriundos de bairros ou municípios vizinhos. Portanto, nesse bairro nem todas as famílias “são” Machado. Atualmente, a maioria dos *terrenos* dos moradores no núcleo é de 1 hectare (10 mil m²).

Segundo estimativa da prefeitura, há 56 domicílios nesse bairro. Em torno da escola há 14 casas, o maior aglomerado do ‘núcleo’ – *locus* da pesquisa empírica. Em 12 delas há vínculos formais de parentesco entre as famílias. Esses vínculos formais estendem-se entre as famílias que moram no entorno do mercado, próximas fisicamente e, também, às famílias que moram nas proximidades da igreja, um pouco mais distantes.

O ‘núcleo-bairro’, portanto, está circunscrito pelo bairro-região. Este, engloba um número maior de domicílios. O local da moradia constitui um dos princípios de estruturação do conjunto da vida social (Garcia Jr.,1990), uma hierarquização dada também no espaço. A hierarquização social do espaço, nesse caso, o espaço do ‘núcleo’, eleva o status intra-bairro dos moradores, pois moram num lugar tido como privilegiado em relação aos moradores do *interior*, porque próximos da igreja, do comércio e da escola.

A família Machado –“a maior nação que tem aqui é os Machado”- está concentrada no ‘núcleo’ do bairro. Ali, seus membros assumiram posições diferenciadas de autoridade moral e prestígio, como professor e comerciante. Dona Izadora, aposentada e artesã,⁸⁸ é a pessoa mais velha na família. Filha de Paulo Machado, casou com um “parente meio distante” que a “deixou” quando os filhos eram pequenos.⁸⁹ Teve quatro filhos e quatro filhas, conforme relatou: “me criei e criei os filhos na lavoura”. E desses, sete moram no bairro, o outro migrou. A descendência de Paulo-Izadora Machado é percebida como uma família.

⁸⁷ Nelson Machado possui em seu *terreno* 600 pés de poncã e também uma roça.

⁸⁸ Dona Izadora faz cestos e outros objetos com bambu.

⁸⁹ O marido de dona Izadora, Hélio da Silva, era filho da irmã da mãe dela: eram primos maternos e embora o marido a tenha “deixado” indo para outro município, alguns anos depois voltou para o bairro, mas não para a mesma casa, onde morreu.

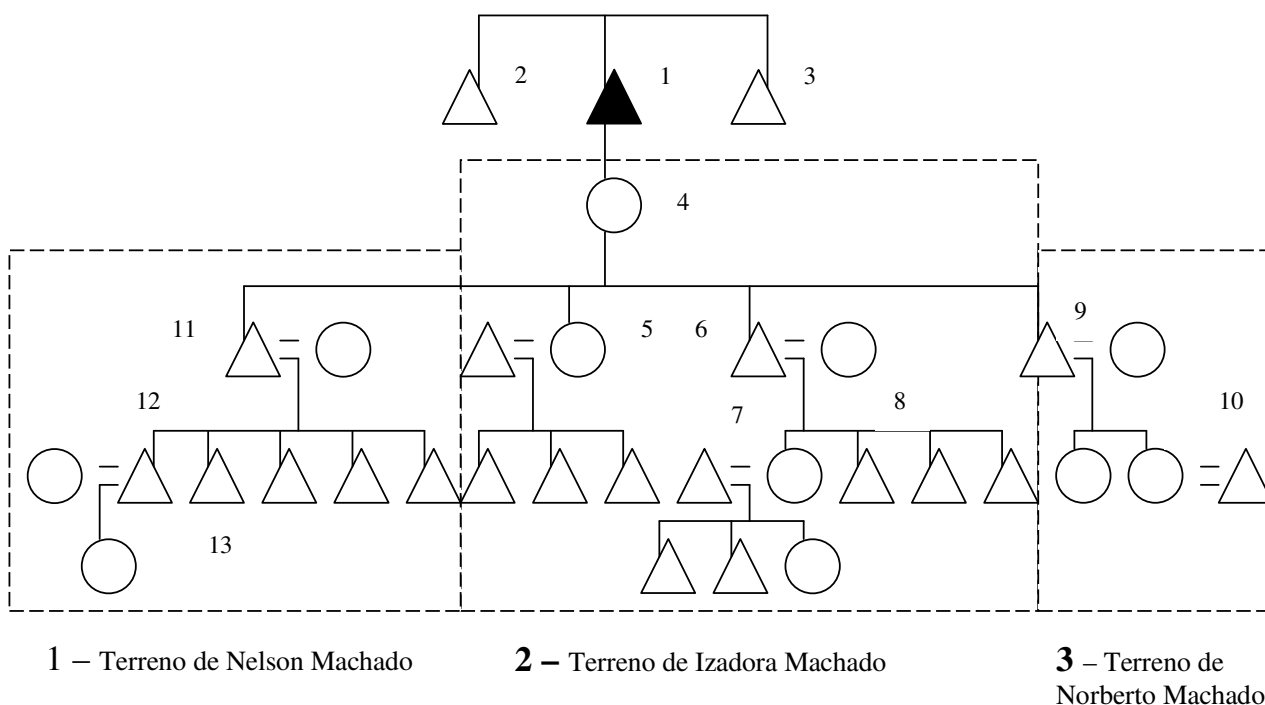
A família Machado, ao referir-se aos demais Machado, moradores no bairro, teve o cuidado de acentuar que, embora o sobrenome fosse o mesmo, eles eram outra família: “os outros Machado são de outra família”.⁹⁰ Alguns dos que moram perto da igreja local, de sobrenome Machado, não entraram na relação desta família por não estarem na mesma linha de descendência. Da mesma forma, Eleonora Machado, moradora no principal aglomerado próximo à escola, foi classificada como “prima de longe”, não sendo da família. Essa diferenciação entre *a família* Machado e os “de longe”, nos possibilitou concluir que o princípio de filiação é o principal operador da rede de parentesco local.

Conforme relato do Sr. Nelson Machado, quando o seu pai morreu, a propriedade da família foi dividida: dona Izadora ficou com 11 alqueires e cada um dos filhos com aproximadamente ½ alqueire, quando as filhas casaram, Norberto, o filho comerciante, foi comprando a parte delas. Nelson, o filho professor, comprou da mãe 1 alqueire e vendeu parte dele “para gente de fora”. Desta forma outras *famílias* vieram morar no ‘núcleo’.

Atualmente moram no *terreno* de dona Izadora, em residência individual, os seguintes membros da *família*: dona Izadora, que mora sozinha; o filho João, a esposa e quatro filhos; a filha Izaura, seu esposo e três filhos; a neta Izabel (filha de João), seu esposo e três filhos e um neto solteiro (filho de João). Seguindo este padrão, dois dos sete filhos do Sr. Nelson também moram em casas individuais, no seu *terreno*, um casado e o outro solteiro (são três casados e quatro solteiros; dois dos casados não moram no bairro). O Diagrama de Parentesco 4 representa o segmento da família Machado que mora no ‘núcleo’, da segunda à quarta geração, também estão representados os fundadores desse bairro.

⁹⁰ Marques (2002), em sua pesquisa sobre vingança de família no sertão de Pernambuco, demonstra que o processo de segmentação pode ocorrer no âmbito do núcleo familiar.

Diagrama de Parentesco 4. Família Machado no núcleo



1. Ego: Paulo Machado.
2. Irmão: Pedro Machado (outra linha de descendência)
3. Irmão: Bernardo Machado (outra linha de descendência)
4. Dona Izadora Machado
5. Grupo doméstico de Izaura
6. Grupo doméstico de João Machado
7. Grupo doméstico de Izabel
8. Filho solteiro de João morando em casa individual
9. Grupo doméstico de Norberto Machado
10. Grupo doméstico da Filha de Norberto (eles moram próximos do 'núcleo')
11. Grupo doméstico de Nelson Machado
12. Grupo doméstico do filho de Nelson Machado
13. Filho solteiro de Nelson morando em casa individual

Durante a pesquisa etnográfica, em diferentes bairros, a maioria dos entrevistados se referiram ao local da moradia como a terra do sogro ou do pai. No bairro Machado, a principal referência foi a moradia estar na terra da mãe, da avó ou da sogra, ou seja, no *terreno* de dona Izadora. Ao ficar sozinha com os filhos pequenos, dona Izadora

assumiu a responsabilidade da casa, conforme relatou: “eu trabalhava longe, plantava, colhia mantimento para as crianças, empreitava serviços, criei minha família tudo crente, nenhum bebe e nenhum fuma”. Sua trajetória possibilitou que construísse uma autoridade cuja especificidade no município e entre a diversidade dos grupos camponeses é da esfera masculina, conforme atestam muitos trabalhos antropológicos, a exemplo de Woortmann (1990, 1997). Entretanto, conforme também apontam Woortmann & Woortmann (2004), a chefia feminina não está excluída de contextos rurais. A condição de chefia de dona Izadora pode ser evidenciada no fato de ela atualmente, embora em idade avançada, morar sozinha.

O padrão de residência no ‘núcleo’, repetido nos demais bairros visitados durante a pesquisa, se estrutura na possibilidade da permanência dos filhos e filhas, no *terreno* da *família*, após se casarem. Embora a permanência dos filhos predomine, muitas filhas também continuam morando junto à família, principalmente quando a família do marido não possui terras, ou a terra é insuficiente para a morada do novo casal. Em Colina, alguns filhos solteiros estão construindo suas casas e indo morar sozinhos “pra fazer o deles”. Dessa forma, alguns dos solteiros que trabalham, na maioria das vezes nas florestas de pinus e conseguem manter-se sozinhos, estão preferindo sair da casa dos pais, indo morar no mesmo *terreno*. Assim, embora continuem morando ao lado da residência dos pais, a autoridade destes como que se esvazia em relação à vida econômica desses filhos, abrindo espaço para uma maior autonomia em relação a outras áreas da vida deles.

A configuração familiar onde habitam vários membros casados da *família* em um mesmo espaço, em uma mesma *propriedade* e morando em casas distintas, foi construída analiticamente como *família extensa* (Moura, 1978).⁹¹ Desse modo, os Machado se percebem como família a partir de uma mesma linha de descendência e a *família extensa* é o princípio estruturante que orienta o local de moradia de um novo grupo doméstico. E mesmo antes da formação do grupo doméstico, como o caso de alguns solteiros que estão indo morar sozinhos (essa recorrência foi observada no Bairro Machado e em uma das *localidades* do Bairro Brejinho).

Partindo da organização social conforme o local da moradia, sugerimos que a família Machado está segmentada em três conjuntos distintos: a família no *terreno* de Nelson (o professor), no de dona Izadora e no de Norberto (comerciante).

⁹¹ Moura (1978) descreve a estrutura de uma família extensa e as regularidades nos processos de transferência de herança.

Os irmãos Nelson e Norberto assumiram funções específicas no Bairro Machado, relativas ao trabalho que exercem: professor e comerciante, respectivamente. Nesse bairro, o “Estado” se apresenta mediado por Nelson, e a economia capitalista, por Norberto. Desse modo, toda relação com esferas mais abrangentes e/ou institucionalizadas é modelada pelo parentesco. A partir das especificidades desses irmãos, vamos descrever um pouco da dinâmica de um bairro rural no município de Colina D’Água.

Entre a lavoura e a escola

No ‘núcleo’ do bairro Machado prevalecem as relações de parentesco “dos Machado” e são deles as posições de maior prestígio. Nelson Machado é o professor e um *pequeno produtor*. Ele possui 600 pés de poncã e também faz *roça*. Ambas as atividades, professor e agricultor, lhe dão suporte econômico. Entretanto, essas atividades são apenas uma parte das atividades pelas quais ele é responsável.⁹² Nelson é procurado para resolver problemas de documentação dos moradores, para tirar dúvidas e solucionar questões referentes aos benefícios públicos e, também, pela redistribuição local do “Programa Leite das Crianças”, do governo do Estado.⁹³ Dessa forma, ele constituiu-se como um mediador no bairro, atuando politicamente na interlocução com os órgãos governamentais e destes em relação ao bairro.⁹⁴

Em 1976, Nelson Machado (aproximados 50 anos) começou a dar aulas em escola multi-seriada. Migrou por dois anos e retornou ao bairro e à atividade de professor, na qual trabalha há 28 anos. Segundo ele, “é a coisa mais complicada dar

⁹² Na época da pesquisa Nelson Machado estava implantando uma “Associação de Produtores Familiares” que contava com trinta membros.

⁹³ Este programa é realizado a partir da compra do leite pasteurizado e enriquecido com ferro e vitaminas A e D de mini-usinas de regiões próximas e distribuído, um litro de leite para cada criança entre 6 a 36 meses, diariamente para famílias com renda per capita de até meio salário mínimo nos 399 municípios do Paraná. Entre 2003 e 2005 foram investidos R\$ 968 mil de recursos pelo governo do Estado. (www.setep.pr.gov.br).

⁹⁴ Conforme informações no Departamento de Agricultura, o Bairro Machado é um dos bairros mais populosos do município, o Bairro Gramado é o primeiro, o Bairro Rio de Cima o segundo, e o Bairro Machado o terceiro. Entretanto, Nelson Machado candidatou-se a vereador pelo PMDB na eleição de 2004 e não foi eleito. Isso indica uma segmentação nos votos dos eleitores moradores nesse bairro. Em um final de semana, durante a pesquisa, houve um acidente com um morador nesse bairro e chamaram o vereador Marcos Gonçalves (morador na sede municipal) para atendê-lo. A especificidade do trabalho do político veremos no capítulo V.

aulas para várias turmas. Levo o plano da aula, tem três quadros na sala, chego adiantado e escrevo a lição no quadro antes das crianças chegarem [...]”.

Na escola do bairro havia o *contraturno* do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para 22 crianças - incluídas no programa -, e Nelson Machado era o responsável por ele. Assim, após o período normal de aulas, eram desenvolvidas por Nelson as atividades socioeducativas do PETI. Contudo, conforme seu relato, por falta de pagamento das atividades do *contraturno*, aliada a insuficiência de material para o preparo da *merenda* (refeição no período da aula) das crianças,⁹⁵ o PETI local foi desativado, sendo transferido para outro bairro em 2005.

Consoante a assistente social, responsável pela inclusão e exclusão dos grupos domésticos no programa (até Dezembro de 2005), essa desativação foi decorrente da baixa participação das crianças no *contraturno* e baixa frequência escolar. E, também, pela preferência das responsáveis pelo grupo doméstico em receber os recursos do Programa Bolsa Família.

A desativação do PETI e a inconstância da *merenda* produziram descontentamentos nos moradores em relação ao professor Nelson, pois este, mesmo sabendo que “tudo é política”, não teria feito uma articulação satisfatória junto ao governo local. A preocupação com a alimentação das crianças durante o período em sala de aula propiciou uma crítica velada no discurso das mulheres/mães, durante a pesquisa neste bairro. A recorrente referência à alimentação pode ser demonstrada na citação abaixo:

A escola fica a 1h30 de ida e de volta de casa, se vai para a lavoura já chega em cima da hora de preparar o almoço e mandar as crianças para a escola, as crianças tem que caminhar na invernada, no meio dos bois e eles tem medo dos bois avançarem. Quando vai para a lavoura é melhor não mandar para a escola por causa da alimentação (Diva, bairro Machado, 2006).

Dona Diva, 45 anos, tem cinco filhos e mora no *sítio*. Em sua fala aparece a preocupação tanto em relação ao trajeto seguido pelos filhos - uma hora e meia na ida e na volta - quanto em relação à alimentação. Se ela for para a *lavoura* tendo que voltar para preparar o almoço a tempo de “mandar para a escola” não trabalharia o suficiente

⁹⁵ Durante uma reunião neste bairro (abril/2006), com moradoras recebedoras e não recebedoras do Bolsa Família, a funcionária municipal, cozinheira e zeladora nesta escola, disse publicamente que fazia 30 dias que a escola não recebia material para o preparo da merenda, e nem para a limpeza. Mais que reproduzir o discurso denunciante de determinado grupo, espera-se compreender como se dá a articulação do grupo com o poder público local.

para a produção planejada. Portanto, entende ela: “quando vai para a lavoura é melhor não mandar para a escola por causa da alimentação”.

E sendo o fogão a lenha, na maioria das casas, o meio utilizado para o preparo dos alimentos, é preciso planejar o tempo para esse preparo a partir de outros elementos desnecessários no uso do fogão a gás,⁹⁶ pois como disse uma moradora: “a maioria usa fogão a lenha, luz e gás no preço que tá!”. E a preocupação é duplicada pela possível inconstância da *merenda*. Caso uma criança caminhe três horas ida e volta para a casa, e se a mãe não preparar um lanche, não havendo a *merenda*, seriam praticamente sete horas (três horas da caminhada + quatro horas em sala) sem nenhuma alimentação.

Ao ir para a lavoura, é preciso voltar a tempo de preparar o alimento para as crianças saírem, no exemplo citado, uma hora e meia antes do horário de iniciar a aula. E caso o adulto acompanhe os menores à escola, o dia fica todo envolvido por um horário definido pelo calendário escolar, em conflito com o calendário do ciclo agrícola. E embora haja o entendimento, nesse contexto, de que a escola deve ser priorizada, na prática, muitas mães a deixam em segundo plano em determinado momento do ciclo agrícola. Portanto, imbricada com a problemática da alimentação, está a do ciclo agrícola, conforme continua falando Diva.

Eu levo as crianças para a lavoura desde os 10 anos, muitas outras crianças vão para a lavoura. Quem trabalha na lavoura leva as crianças para a lavoura, não tem creche, os maiorzinhos cuidam dos pequenos (Diva, 2006).

Essa citação demonstra a difícil tarefa de conciliar a lavoura com a escola.⁹⁷ E essa tarefa tem produzido um grande dilema para os grupos domésticos, principalmente para aqueles que não moram no ‘núcleo’. A mulher vai para a lavoura – a maioria dos homens vai para trabalhar nas florestas de pinus durante a semana - e leva as crianças, não percebendo esse fato como um processo de exploração do trabalho infantil, mas como parte do processo de socialização. Embora elas reconheçam a importância da escola, é preciso plantar e colher em determinado tempo.

⁹⁶ Esse planejamento é feito habitualmente no cotidiano: deixa-se estrategicamente uma caixa do lado do fogão a lenha e ali é colocado todo o material passível de ser queimado, como plásticos, papéis de embrulho, sabugo de milho, ou seja, a maioria do lixo daquilo que é usado na casa. Na mesma caixa ficam galhos secos de árvores e pequenos pedaços de lenha. Na hora de acender o fogão é só ir selecionando um pouco de cada material e colocá-los entre pedaços de lenha e galhos secos, jogar um pouco de querosene e acender o fogo.

⁹⁷ Vimos no capítulo III, conforme a diretora do Departamento de Educação, que há bastante evasão escolar no município.

Situação semelhante descreve Tavares dos Santos (1984) em “Colonos do vinho”. Naquele contexto, quando em período de muito trabalho no campo, as crianças faltavam à escola para ajudar na colheita. Embora houvesse a valoração positiva do estudo naquele grupo de colonos, era necessário plantar e colher no ‘tempo agrícola’. Portanto, no meio rural há dois tempos bastantes distintos que em determinado período “se encontram”, ocupando o mesmo espaço social: o tempo do ciclo agrícola e o tempo escolar. Por um lado, o tempo organizado pelo Estado para a escolarização infantil. E, por outro lado, o tempo organizado socialmente para o ciclo agrícola, tempo que modula a dinâmica social e econômica do grupo pesquisado.⁹⁸

Nessa configuração, se for necessária a ajuda das crianças, não como uma relação trabalhista de exploração, mas como parte de um processo mais amplo de socialização, processo inscrito na própria dinâmica de re-produção de uma organização social, então o ‘tempo agrícola’ prevalece porque antecede e se sobrepõe ao ‘tempo da escolarização’. E o ‘tempo da escolarização’ pode ser “esticado”, já que as crianças ficam em uma mesma turma, na escola multi-seriada, praticamente dos seis aos doze anos, algumas vezes avançando aos dezesseis anos. Esse tempo no ciclo agrícola é comprimido, não podendo ultrapassar o mês reservado para o plantio nem o mês da colheita, sob o risco de prejuízo na produção final.

Entretanto, se o ‘tempo agrícola’ organiza o trabalho na *roça*, tendo em vista um momento propício para o plantio e outro para a colheita, a relação entre ‘tempo escolar’ e ‘tempo agrícola’ não é percebida como dicotômica nem determinante na construção de um certo consenso sobre a questão da instrução formal infantil. Muitas variáveis possibilitam uma gradação entre os dois ‘tempos’, tais como: a moradia próxima da escola – no núcleo –, os benefícios sociais que solicitam uma *contrapartida* da família e o nível econômico. Por conseguinte, se na *lavoura* é preciso contar com o núcleo doméstico completo, se faz diferenciações sobre a disponibilidade dos seus membros, buscando mecanismos que possibilitem conciliar os imperativos dados pelas distintas áreas da vida. Desse modo, a frequência escolar em Colina é um reflexo das possibilidades dadas pela concretude da vida do grupo doméstico.

Não obstante, o lugar da criança está cada vez mais sendo percebido como dentro da escola. Essa percepção tem engendrado novos valores e, consequentemente,

⁹⁸ Conforme informou Izaura Machado, de julho a setembro é a época de plantar o feijão das águas, e de janeiro a março o período da colheita do feijão das águas e do plantio do feijão da seca: “tão colhendo o feijão das águas e já planta o feijão da seca”. O milho se planta em julho: “em quatro meses já dá pra colher a roça de milho verde, que é mais para a criação”.

transformações, que podem ser observadas no declínio da taxa de analfabetismo no município: o índice é de 52% para a faixa etária acima de cinquenta anos e de 3,6% para a faixa etária de 15 a 19 anos (IPARDES, 2006). Isso não significa que a maioria das crianças deixaram de ir para a *lavoura*, usualmente elas vão fora do período de aula ou quando “o trabalho apura”, especificamente durante a colheita.

Há nesse município, em diferentes segmentos sociais, a percepção de que o trabalho na *lavoura* não é impróprio para as crianças, a exemplo da citação abaixo.

É normal levar para a lavoura as crianças, eles ajudam no financeiro da casa. Eu não entendo, trabalho desde os sete anos na lavoura, hoje dão esse benefício [Bolsa Família] e não querem que trabalhem. Às vezes fazem coisa mais perigosa quando ficam na rua (Professor Machado, 2007).

Como a maioria dos moradores em Colina trabalharam na *lavoura* desde a infância, consideram normal a ajuda das crianças, que não indo “para a lavoura ficam na rua fazendo coisa mais perigosa”. Nessa percepção, a criança não trabalha, *ajuda* (Woortmann, 1997). e se por um lado, ela pode estar vinculada à construção do trabalho como virtude, trabalho que dignificaria o homem (Weber, 2001), por outro lado, está associada também à autoridade do pai e da mãe em orientar e ensinar os princípios morais e valores da vida do grupo. Assim, quando ajudam na *lavoura*, as crianças aprendem o que se deve aprender na perspectiva da família, pois “na rua” aprendem valores outros que diferem dos valores da casa.

A crítica do professor “hoje dão esse benefício [Bolsa Família] e não querem que trabalhem. Às vezes fazem coisa mais perigosa quando ficam na rua”, traz à tona a questão, pertinente aos segmentos recebedores do Bolsa Família: o que a criança vai fazer se os demais membros do grupo doméstico precisam ir para a *lavoura*? Entre a autoridade do governo federal (normatizador), distante da vida doméstica, prevalece a autoridade dos pais em orientar, em educar a criança. Se não se tem outra alternativa fora do período de aulas, a criança vai para a lavoura. Portanto, o “trabalho infantil” na *roça* não é percebido como trabalho e sim como *ajuda*. E na falta de um espaço adequado para as crianças ficarem enquanto os pais trabalham, entende-se que é melhor levá-las para a *lavoura* do que deixá-las na “rua”, com todo o sentido negativo que esta palavra assume no contexto dessa discussão.

Contudo, relatos isolados em alguns bairros demonstraram que algumas crianças também vão trabalhar nas florestas de pinus.⁹⁹ Isso pode indicar que novas

⁹⁹ Nenhum dos relatos sobre o trabalho infantil no pinus foi de moradores no Bairro Machado.

variáveis econômicas, propiciadas pelo empreendimento capitalista de larga escala, introduziram mudanças significativas no contexto local. Essas mudanças podem ter desestabilizado a economia de alguns grupos domésticos, como que forçando a entrada no trabalho nas florestas de pinus de mais mão-de-obra assalariada de membros dessas famílias.

Envolvido na dinâmica cotidiana do bairro, especificamente no ‘tempo escolar’, o professor Machado tem que lidar com as implicações do ‘tempo agrícola’ na rotina da escola e, também, com as implicações decorrentes da possível falta da *merenda* para as crianças. E neste circuito, de possíveis concessões e cobranças, seu prestígio é avaliado e reavaliado, estando numa posição instável.

No próximo item tentaremos demonstrar o imbricamento de relações econômico-capitalistas e de parentesco no bairro Machado.

Relações de parentesco e econômico-capitalistas

No primeiro aglomerado do Bairro Machado, conforme figura 2, fica o comércio local. Norberto Machado é um dos comerciantes, proprietário de um armazém que vende produtos de gêneros variados, de uma *banquinha* de doces, salgadinhos e outros itens de consumo imediato e de uma *firma* que contrata empregados para o trabalho nas florestas de pinus da região. O outro comerciante, cujo armazém (ambos os armazéns são de alvenaria e tamanho aproximado) fica ao lado do armazém de Norberto, é seu cunhado, irmão de sua esposa. Principalmente entre a família Machado, o lugar das trocas econômicas é o armazém de Norberto. Ele também é tido como um empregador, conforme a fala de sua irmã:

Meu marido está desempregado, trabalha por dia. Às vezes trabalha com meu irmão [Norberto]. Se faltam as coisas pego no armazém com meu irmão e ele [o marido] paga com serviço (Izaura Machado, bairro Machado, 2006).

Como a maioria dos homens no bairro, o marido de Izaura também trabalha por dia, e as trocas realizadas no armazém do irmão são negociadas em outro âmbito além do econômico. Os produtos de consumo, adquiridos por esse grupo doméstico no armazém de Norberto são quitados com serviço nas florestas de pinus. Nessa troca, “serviço pelas coisas que faltam na casa”, há o imbricamento de duas dimensões: comércio e parentesco. O cunhado “paga com serviço” as mercadorias que retirou no

armazém do irmão da esposa, e o patrão e o empregado são afins, comerciante e cliente, irmãos.

Nessa relação, existe o diferencial que é dado, não exclusivamente pela solidariedade muitas vezes comum ao parentesco em sociedades camponesas, mas também pela lógica das relações econômico-capitalistas. O assalariado trabalha para o patrão que é seu cunhado. Essa relação articula, ao mesmo tempo, duas dimensões da vida social. E Izaura, ao perceber o marido como desempregado porque trabalha por dia, indica a perspectiva que está se tornando predominante na relação de trabalho do *pequeno produtor*. Aos poucos, o trabalho da terra parece deixar de ser o trabalho por excelência.

Nessa situação, a lógica das relações econômico-capitalistas orienta a nova perspectiva, que não se restringe ao grupo doméstico de Izaura, conforme as seguintes citações:

Meu marido só trabalha pra ele [para o irmão Norberto], trabalha por dia no terreno do A.C. [empresário capitalista] (Maria, 2006; cunhada de Norberto).

e

Meu marido trabalha por dia na limpa de pinus. No terreno do pinus do A.C. trabalha quase o bairro todo. (Izabel, 2006; filha de Maria e sobrinha de Norberto).

Os maridos de Maria e Izabel, mãe e filha, cunhada e sobrinha de Norberto, trabalham nos *terrenos* de pinus; assim como “quase o bairro todo”. Contudo, não diretamente para o proprietário do *terreno*. Sobressai outra especificidade de Norberto Machado: *empreiteiro, gato*. Sua empresa contrata trabalhadores para as florestas de pinus, predominando o pagamento por dia. Dessa forma, seu círculo de relações não se prende exclusivamente ao local de moradia. Sua rede se estende, de um lado, em direção aos proprietários de reflorestadoras de pinus e, de outro lado, em direção aos agricultores de diferentes bairros e outros trabalhadores, moradores na sede municipal. Com isso, Norberto intermedia as relações econômico-capitalistas intra-bairro e também externamente.

Nesse contexto, as relações concretizados em espaços econômico-capitalistas são articuladas em uma lógica de família. Desse modo, as trocas de Norberto com os trabalhadores parentes não aparentam, efetivamente, um negócio que visa apenas o lucro. E ele tem no bairro um lugar de prestígio. O reconhecimento de seu prestígio, apreendido nas narrativas, ressaltou o fato de o vínculo dos homens com o trabalho nas

florestas de pinus ser mediado pelo irmão- tio- cunhado. O conjunto de mulheres, parentes, deixou explícito para quem os maridos trabalhavam. Suas falas deixaram transparecer o valor dos laços de parentesco.

Portanto, no bairro, a posição de Norberto é de comerciante e *empreiteiro* e na organização social do ‘núcleo’ ocupa a posição de filho-irmão-tio-cunhado. Contudo, diferenciando-se dos *pequenos produtores*, seus parentes e muitos dos empregados, ele não tem a terra como terra de trabalho, “o Norberto plantou pinus em seu terreno”.

Woortmann (1990), no artigo “Com parente não se neguceia”, argumenta que, nas sociedades camponesas, os laços sociais e os valores morais prevalecem sobre o nexos econômico. Pois entende que os valores são associados à lógica da família, do trabalho e da terra. Desse modo, não haveria negócios com fins lucrativos entre os parentes. Segundo essa premissa, teríamos que a relação patrão-empregado entre Norberto e seus parentes estaria subsumida em valores não econômicos.

Entretanto, as trocas, de assalariamento/mercadoria/trabalho, estabelecidas entre Norberto e seus parentes, não possuem um caráter único, ou seja, não são nem econômicas em si e nem exclusivamente de família. Embora não seja apenas econômica, a contratação de parentes também visa o lucro. Há um imbricamento de ambas as dimensões. Porém, para a continuidade de certo padrão de sociabilidade, essa relação não pode parecer uma negociação capitalista onde um dos lados ganha e o outro perde. É preciso deslocar o caráter capitalista da relação para o eixo do parentesco. Entendendo, dessa forma, o assalariamento, como que uma ajuda do irmão da esposa para com o cunhado, ou do irmão para outro irmão. Se nessa relação for percebida apenas a face capitalista, o lucro, se teria um outro espaço para essa negociação, diferenciada do âmbito do parentesco. E com isso, o afastamento na relação de parentesco, percebendo então o patrão, não mais um parente “próximo”.

A posição de Norberto Machado no ‘núcleo’ comporta uma ambigüidade que é inerente ao cruzamento das relações econômicas e de parentesco no espaço social. O parentesco parece emergir como uma espécie de garantia de que não haverá exploração indevida do trabalho. Os parentes trocam dádivas. E estas são econômicas e simbólicas, generosas e egoístas, gratuitas e interessadas. A própria ambivalência da dádiva fundamenta sua circulação.

O processo de assalariamento capitalista concomitante à ida das mulheres “sozinhas” para a *lavoura*, emergiu em um momento de mudança do modo de uso da terra. A diminuição do tamanho dos *terrenos* no ‘núcleo’ ocorreu simultaneamente ao

processo de concentração fundiária no bairro. Frases como “a fazenda Garça já conta com mil alqueires só de pinus”, demonstram o sentido da mudança que tem havido no meio rural. Sem espaço suficiente para plantar o necessário para a manutenção da economia doméstica, o *pequeno produtor* foi introduzido em uma nova relação de trabalho.

A presença do empreendimento capitalista de larga escala na região produziu duas funções, o *gato* e o *pequeno produtor* assalariado. No entanto, nesse contexto, a relação econômica de assalariamento sofre uma inflexão porque tende a ser englobada pelo parentesco. E assim como a seleção de funcionários na prefeitura teve como princípio o parentesco, da mesma forma se efetiva a seleção para o trabalho no pinus no Bairro Machado. Desse modo, a solidariedade da família propicia que os vínculos de parentesco se sobreponham às demais esferas. A centralidade do parentesco aparece mediando o trabalho assalariado, a relação do bairro com órgãos governamentais, definindo as relações de vizinhança e, até certo ponto, organizando a vida religiosa. Na igreja local, Norberto exerce a atividade de tesoureiro e Nelson a de diácono, i.e., auxiliar do pastor.¹⁰⁰

Nesta configuração, com a expansão do empreendimento capitalista de larga escala, a lógica do parentesco não é capaz de englobar completamente a vida econômica. Se o parentesco modula as relações de assalariamento, não lhe é possível impedir a reestruturação fundiária. A terra, agora nas “mãos de poucos”, propicia trabalho assalariado para muitos dos que tinham essa terra “em suas mãos”. Contudo, como salienta Sahlins (1997a, 1997b), “ao se infletirem localmente, os fluxos globais diversificam-se de acordo com esquemas culturais particulares” (1997b:21). Podemos compreender que, embora esses “fluxos” tragam implicações para a realidade social, a sociedade local constrói mecanismos que possibilitam articular o novo com o tradicional.

Aqui, tentamos compreender um pouco do universo vivido por muitos dos agricultores no município de Colina D’Água. Neste contexto se insere a maioria das famílias receptoras do programa Bolsa Família. No próximo capítulo tentaremos demonstrar a articulação entre vereadores, população e a prefeitura, no intuito de aprofundar a compreensão de como se efetiva a operacionalização do programa Bolsa Família em Colina D’Água.

¹⁰⁰ A igreja local, Assembléia de Deus, possui aproximadamente 60 membros e o pastor mora em um *sítio* no bairro Machado.

CAPÍTULO V

A POLÍTICA LOCAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em Colina D'Água, a política está no cotidiano da vida. Sua atualização se faz por meio de ações corriqueiras que, embora pareçam pequenas, têm alcance duradouro. Tendo em vista os vínculos que são construídos nessa ação, neste capítulo pretendemos esboçar a mediação exercida por políticos profissionais entre a administração pública e a população. Ao transitar entre os departamentos municipais e os bairros, esses políticos constituem-se em canais de comunicação, em mediadores entre ambas as instâncias. O nosso objetivo é apresentar, de uma perspectiva centrada na percepção local da política, o contexto político em que o Bolsa Família é operacionalizado neste município. Pretendemos assim, aprofundar a compreensão dos sentidos que este programa foi imbuído localmente.

Nos bairros rurais, muitas mulheres tem tido certa precedência na orientação da dinâmica cotidiana da família, tendo em vista a inserção do marido em relações de trabalho capitalistas. E coube a muitas das receptoras do programa Bolsa Família a definição das prioridades na utilização do *benefício*, pois são elas, oficialmente, que vão à CEF recebê-lo.

O governo federal, ao responsabilizar a mulher pelo gerenciamento dos recursos de programas *remanescentes* e do Bolsa Família, propiciou, em certa medida, uma maior preeminência da figura de mãe no direcionamento dos recursos advindos do programa federal. Embora as beneficiárias utilizem o dinheiro para o que estiver “faltando” na casa no momento do recebimento e, dentro das possibilidades, comprem alimentos, remédio, material de construção, entre outros itens, esse recurso tem sido orientado para as necessidades infantis. Durante a pesquisa, o que sobressaiu nos relatos das receptoras, de modo geral e em diferentes locais, foram as compras direcionadas às especificidades das crianças.

Recebo o Bolsa Família há 3 anos, oitenta reais, e o leite [distribuído pelo governo estadual]. A prioridade é comprar roupas para as crianças, calçado, material escolar (Dona Maria Santos, quatro filhos, 2006).

Quando pego o benefício compro as coisas para as crianças. Compro uma caneta, um brinquedo de lápis de cor e, também, eles gostam de doces. Eu guardo uns troquinhos pra comprar os doces. Compro salgadinhos (Dona Durvalina Corrêa, três filhos, 2007).

As recebedoras construíram como principal critério na utilização de tais recursos as “necessidades” das crianças. Assim, nesse contexto, a mãe orienta no uso do *benefício* federal. Elas compram para as crianças bens socialmente desejáveis e não apenas os bens básicos e fundamentais para a sobrevivência destas. No entanto, quando precisam comprar produtos que não são de uso infantil, compram também, mas percebendo que a prioridade é para as “coisas das crianças”.

Woortmann & Woortmann (2004) demonstram, a partir de fontes históricas, que a presença da chefia feminina no Brasil não era rara mesmo no período colonial. E mulheres, casadas ou não, tinham considerável atividade econômica. Conforme esses autores, mesmo que as famílias não fossem matrilocais, as mulheres podiam exercer certa autonomia e autoridade. Contudo, eles ressaltam que as etnografias sobre o campesinato tradicional revelaram a pequena probabilidade de mulheres se tornarem chefes. Mas argumentam também, que a análise de dados censitários recentes (ano 2000) parece indicar uma profunda transformação na configuração familiar de segmentos camponeses. A análise dos Woortmann traz à tona processos recentes na vida do campesinato, congruentes com os dados obtidos nesta pesquisa etnográfica. Pois, ainda que a figura masculina tenha centralidade na hierarquia do grupo doméstico, a mulher tem ampliado seu escopo de atuação e decisão. Esse fenômeno tem propiciado certo descentramento da autoridade do homem em algumas áreas da vida doméstica. O que pode não significar mudança nos valores e sim arranjos que possibilitam uma maior flexibilidade na autoridade tradicional como uma das formas de lidar com transformações que incidem diretamente no grupo doméstico.

O governo federal, ao potencializar a mulher como responsável pelo grupo doméstico, contribui com um processo já presente, em diferentes graus, na sociedade brasileira. Portanto, ainda que não se possa classificar como chefia feminina a condição predominante das mulheres em Colina, é delas a decisão sobre o uso dos recursos do programa federal. Elas priorizam os bens de uso infantil. A associação direta do *benefício* social à criança tem possibilitado críticas (cf. capítulo III) de que famílias sem crianças, ou com um número muito reduzido, não teriam direito ao *benefício*.

Fiz várias vezes o cadastro do PETI, mas nunca fui selecionada. Enquanto muitas pessoas que não têm filhos pequenos recebem o PETI (Tereza Gouveia, quatro filhos, 2006).

Há muita desigualdade nas pessoas que são favorecidas, é preciso revisar o processo de seleção dos beneficiados, pois eu tenho dois filhos pequenos, meus documentos estão certos, fiz o cadastro várias vezes e não sou beneficiária. [Há] famílias que são fazendeiros, têm dinheiro estão recebendo. Acontece a desigualdade. O dinheiro tá ajudando os ricos. Tem que visitar casa por casa, conhecer a família, tem gente que precisa muito mais (Marta Alves, 2006).

As narrativas demonstram o entendimento de que o critério que define a inclusão do grupo doméstico nos programas de transferência de *renda mínima*, estaria diretamente vinculado à presença de crianças na família, o que reforça a representação do Bolsa Família associado às crianças. Essa percepção tende a suscitar conflitos entre famílias e as funcionárias municipais (ou mesmo inter-familiar), pois há famílias sem crianças recebendo o *benefício*, embora isso não contradiga os critérios do programa Bolsa Família.

Nos programas Bolsa Escola e PETI, só recebiam o benefício famílias com crianças em idade escolar. De certa forma, esse critério foi projetado por alguns recebedores (reais ou potenciais) para o Bolsa Família. Os critérios para a inclusão do segmento potencial beneficiário nesse programa foram construídos pelo governo federal na tentativa de universalizar, ainda que potencialmente, a concessão do *benefício* para todas as configurações de grupos domésticos, não somente àqueles com filhos em idade escolar. O formato do Bolsa Família, em comparação com o formato de programas *remanescentes* que também buscavam a inclusão no sistema educacional, pode ter propiciado que, no plano local, os beneficiários que não correspondam a esta tipificação sejam tidos como *favorecidos* e analisados pela lógica da política.

Entretanto, no contexto etnográfico, filhos também são denominados “famílias”. Sendo assim, um viúvo pôde relatar que perdeu sua mulher “ganhando família”. Portanto, a família inscrita no “Bolsa Família” tende a ser lida localmente como os filhos na família. Isso influenciou na apreensão do Bolsa Família diretamente relacionado aos filhos “pequenos”, pois cada filho é, potencialmente, uma “família”.

Orientado para as necessidades infantis, “o Bolsa Família é de grande ajuda para todos” (Vânia, 2006). Esse é um consenso entre todas as famílias recebedoras pesquisadas. A classificação do *benefício* federal como *ajuda* parece significar que, no contexto local, ele não é tido como uma das bases da economia doméstica, como o trabalho assalariado e na *roça*. Desse modo, a natureza da renda do trabalho se apresenta como distinta da natureza da *renda mínima*. A renda do trabalho visa as

prioridades do grupo doméstico e a *renda mínima* as prioridades do beneficiado. Nessa percepção, os beneficiários são as crianças. Portanto, o *benefício* pode ser usado, em boa medida, para o atendimento das especificidades delas.

Muitas recebedoras do programa federal, moradoras em bairros rurais, deixam o cartão do Bolsa Família com alguém que possui maior facilidade para transitar até a sede municipal. É assim com dona Tereza, moradora no bairro Ferraz: “o cartão fica com dona Amélia [mãe do vereador Amilton Nunes]. Ela recebe e passa o dinheiro. Dona Amélia recebe o pagamento de várias pessoas”. Vera, moradora no bairro Machado, deixa o cartão na Loja Franciele.¹⁰¹ Desse modo, nem sempre é a própria recebedora quem retira o benefício na CEF, o que será analisado mais adiante.

Com o intuito de compreender a relação entre a política local e o Bolsa família, apresentaremos a seguir, alguns aspectos da dinâmica do poder público local.

5.1 A interdependência entre os poderes executivo e legislativo em Colina D'Água: alinhamentos e oposições

Um dos aspectos mais fundamentais no âmbito do poder público municipal se expressa na relação de complementaridade entre o prefeito e os vereadores. A assimetria dessa relação se revela na tendência de serem os vereadores quem se posicionam em relação ao prefeito: se *situação* ou *oposição*.

Em um município de aproximadamente sete mil habitantes, mobilizar diferentes vínculos de pertencimento (parentesco, religioso, político, vizinhança) em relações face-a-face, no cotidiano, torna-se fundamental para o sucesso político de um candidato no processo eleitoral e em sua reeleição. Esses vínculos não se referem somente ao candidato, como indivíduo. O predomínio do parentesco na trama social faz com que a família da qual o candidato é membro tenha um papel relevante na construção e mobilização de tais vínculos. Ela pode revitalizar constantemente essas relações com prestações e contraprestações. Desse modo, a família contribui com um resultado positivo nas urnas, pois está em contiguidade com a pessoa do político (Teixeira, 1998). Por outro lado, o reconhecimento social de serviços prestados por uma pessoa, em situações singulares, pode, se ela candidatar-se, influenciar em sua eleição, como veremos mais adiante.

¹⁰¹ Franciele é membro da família Carvalho, irmã do vereador Heitor Carvalho. Ela é a dona de uma farmácia e de uma loja de roupas na sede municipal. Na loja de roupas está instalado o único Caixa Eletrônico da CEF no município.

Na Câmara Municipal de Colina D'Água, há uma regularidade nas permanências e mudanças dos vereadores. Três, das 9 vagas, parecem ser as únicas efetivamente colocadas em disputa a cada nova eleição, como podemos ver no quadro 4.

Quadro 4. Resultados Eleitorais em Colina D'Água de 1992 a 2004

GOVERNADOR		1994 ** Partido	1998 Partido	2002 Partido	2004 Partido
Jaime Lerner		PDT	PFL/PPB/PTB PL/(...)		
Roberto Requião				PMDB	PMDB
PREFEITO	Local da Residência	1992 ** Partido	1996 Partido	2000 Partido	2004 Partido
Túlio Mendes Vice: Estevão Nunes	Colina D'Água Colina D'Água	PTB			
Fernando Lima Vice: Ricardo Machado	Município-mãe Município-mãe		PDT/PPB/PST	PFL/PSDB	
Ricardo Machado Vice: Alair Barbiero	Município-mãe Colina D'Água			PFL/ PSDB	PMDB/PTB
Cláudio Costa Vice: Roque Lemos	Município-mãe Colina D'Água				PFL/PL/PSDB → PMDB
VEREADOR	Local da Residência	1992** Partido	1996 Partido	2000 Partido	2004 Partido
1.*Heitor Carvalho	Sede		PDT	PFL	PMDB
2.*Mauro Coelho	Gramado		PTB	PFL	PMDB
3. Roque Lemmos	Rio de Cima		PTB	PFL	
4. Tiago Dias	Laranjeira	PTB	PTB	PFL	PFL → PMDB
5.*Rogério Cardoso	Brejinho		PTB	PSDB	PMDB
6.*Ernani Santos	Sede		PSDB	PSDB	PTB
7. Antonio Morais	Colina D'Água	Eleito			
8. Bruno Conselheiro	Colina D'Água	Eleito			
9. Carlos Alves	Colina D'Água	Eleito			
10. Daniel Leal	Colina D'Água		PSDB	PSDB	
11. Eduardo Canto	Colina D'Água		PDT		
12.*Fagner Santiago	Colina D'Água		PDT	PSDB	
13.*Danilo Pontes	Sede			PSDB	PMDB
14. Amilton Nunes	Gramado				PL → PMDB
15. Marcos Gonçalves	Sede				PL → PMDB
16. Carlos Vieira	Rio de Cima				PFL → PMDB

De 1 a 6, vagas potencialmente 'fixas'; de 7 a 16, 'flutuantes'.

* Vereadores que votaram a favor da cassação

** Sem informações sobre o Partido e/ou Coligação

→ Mudança de Partido após as eleições de 2004

- Alinhamento entre segmentos políticos e o prefeito Túlio Mendes
- Alinhamento entre segmentos políticos, o prefeito Fernando Lima e o governador Jaime Lerner
- Alinhamento entre segmentos políticos, o prefeito Cláudio Costa e o governador Roberto Requião

No quadro 4, podemos ver as mudanças e permanências de políticos no âmbito do poder público municipal, bem como o trânsito deles por diferentes partidos. Nota-se, nesse quadro, que há também uma tendência de permanência nas três vagas flutuantes. Pois houve entre essas (vagas 10, 12 e 13), reeleições. Em 2004, decorrente do fato de o vereador Roque Lemmos candidatar-se a vice-prefeito, quatro vagas foram colocadas em disputa. Entretanto, manteve-se a regularidade das reeleições nas vagas “fixas” e uma reeleição na flutuante, sendo eleitos três novos vereadores.

A regularidade das permanências, isto é, a constante reeleição de seis vereadores, membros de famílias de prestígio no município, simboliza a trajetória de segmentos de parentesco que também são segmentos políticos. Essa regularidade pode ser compreendida pela articulação de vínculos constituídos no cotidiano e face-a-face, um imbricamento de diferentes ordens.¹⁰² Majoritariamente, vínculos de lealdade política, afetividade, pertencimento religioso e de parentesco.¹⁰³

Como explicita o quadro 4, as ‘ações políticas’ de um segmento político não se restringem somente ao “acionamento” de vínculos de pertencimentos junto ao potencial eleitorado. Elas abrangem os demais membros do poder público municipal, em concomitância com sua posição em relação ao prefeito: *situação* ou *oposição*. Nesse sentido, é esclarecedora a fala do vereador Tiago Dias (PMDB), no quarto mandato, ao narrar sua trajetória política.

Eu era professor e tinha uma venda no bairro, o Túlio [1º prefeito] me convidou para ser candidato a vereador pelo PTB, a princípio eu não queria, ele insistiu algumas vezes e depois eu aceitei. Fui PTB durante duas gestões, durante outras duas fui PFL e agora mudei para o PMDB porque é o partido da situação (Vereador Tiago Dias, 2007).

Mudar de partido para o vereador significa especificamente mudar sua posição em relação ao prefeito, ou acompanhar essa posição. Tiago Dias foi um dos três vereadores que votou contra a cassação de Fernando Lima. Ele esteve alinhado ao primeiro prefeito, ao segundo e ao atual. Sua troca de partido, do PFL para o PMDB

¹⁰² Não foi possível coletar informações precisas sobre as atividades econômicas dos políticos (vereadores ou prefeitos). No entanto, pode haver uma aproximação entre reflorestadoras de pinus e poder público local. O primeiro prefeito, Túlio Mendes, foi gerente de uma reflorestadora de pinus. A família do vereador Carvalho possui uma *firma* que trabalha com pinus, assim como ele também já trabalhou nessa área. O vereador Rogério Cardoso também gerenciou uma empresa de pinus antes de assumir um cargo público. O pai da Coordenadora do Bolsa Família também possui uma *firma* que contrata trabalhadores para o corte do pinus.

¹⁰³ Os vínculos religiosos também são importantes no contexto etnográfico, no entanto, esse não foi um foco de observação.

(cf. quadro 4), teve como orientação o prefeito Cláudio Costa ter concretizado a mesma troca. Dessa forma, sua ação não é individualizada, mas acompanha a decisão de um segmento político.

Consoante Goldman (2001), há diferentes interpretações para a constante mudança de partido pelos políticos, muitas normativas e negativas. Ele propõe o conceito de segmentaridade como instrumento analítico para uma maior compreensão da lógica da troca de partido. Nessa perspectiva, a orientação de Tiago Dias para essa troca foi sua permanência em um mesmo segmento político durante as três últimas eleições. Portanto, inicialmente no PTB, com a eleição de um prefeito pelo PFL, juntamente com o segmento político, aderiu ao PFL e atualmente, com a mudança do prefeito eleito pelo PFL para o PMDB, realizou-se outra troca.

Desse modo, as trocas de partidos no âmbito local podem se referir à distinção entre grupos políticos adversários, no entanto, o que explica a migração do grupo local por diferentes partidos é o seu pertencimento a redes políticas mais abrangentes, que envolvem alianças com deputados estaduais e federais e, sobretudo, o alinhamento (ou oposição) ao governador, conforme está explícito no quadro 4.

Vimos no capítulo II, que com a cassação do então prefeito Fernando Lima, em maio de 2004, assumiu a prefeitura a *oposição*. Assim, os seis vereadores que eram *oposição*, pois votaram a favor da cassação (ainda que tenham se alinhado ao prefeito por certo período), tornaram-se *situação*. Nas eleições de outubro de 2004, a *situação* candidatou-se pela coligação PMDB/PTB. A prerrogativa de lançar candidatura a prefeito pelo PMDB foi de Ricardo Machado, prefeito e presidente desse partido naquele período (embora houvessem vereadores da *situação* que também quisessem candidatar-se a prefeito).

Entretanto, Cláudio Costa, o então tesoureiro da prefeitura de Colina D'Água e ex-genro do prefeito cassado, e o vereador Roque Lemmos, ainda que distanciados do grupo majoritário (pela posição de *oposição*), lançaram candidatura pelo PFL e saíram vitoriosos do processo eleitoral. Desse modo, a *oposição* tornou-se novamente, em um período muito curto, *situação*. E para a indignação dos opositores do atual prefeito (*gente de fora*), o governador (PMDB) “convidou” o prefeito Cláudio Costa, então PFL, a mudar-se de partido. Nos termos do vereador Carvalho (PMDB): “tirou o partido da nossa mão e colocou na mão do prefeito, nós ficamos sem partido”. A coligação PMDB/PTB, que elegeu cinco dos nove vereadores, por não ter eleito também o

prefeito, perdeu o controle do “PMDB” no município. O relato do vereador Marcos Gonçalves (PMDB), em seu primeiro mandato, esclarece essa mudança:

Fui eleito pelo PL, aí o governador convidou para fazer parte do PMDB. Não tinha um diretório formado no município, tinha uma provisória, [o PMDB] não tem firmeza no município. Se tem diretório formado aí sim, com diretório tem as escolhas do grupo, como eles [oposição] não tinham o diretório [...]. Quem decide é o estadual, tudo é força política, o prefeito tem mais força para decidir no partido [para lançar candidatura] (Vereador Gonçalves, 2007).

Cláudio Costa, ao alinhar-se ao governador Roberto Requião (PMDB), mudou de partido e os seus aliados vereadores (até então PFL/PL) também fizeram o mesmo. Nessa nova configuração, três vereadores da *oposição* (PMDB) também se alinharam ao prefeito (PMDB). Dessa forma, o grupo político local na *situação* trocou o partido do PFL pelo do PMDB. No entanto, dois vereadores, dos cinco eleitos pelo PMDB, continuaram *oposição*.

Entendendo que o prefeito tem o potencial para aglutinar forças, no sentido de “firmar” o partido no município, o governador “transferiu” a direção local da “mão” da *oposição* para a “mão” do prefeito. Desse modo, assim como são os vereadores que se posicionam em relação ao prefeito, são os prefeitos que se posicionam em relação aos governadores. Marcos Lanna (1995), em sua pesquisa no Nordeste do Brasil, argumenta que a relação de interdependência entre os níveis estadual e municipal se expressa no fato de a força de um candidato a governador ser medida pelo número de prefeitos e vereadores que ele “controla” (Lanna, 1995). Consoante ele,

Os “candidatos do prefeito” são os candidatos a vereador do “seu partido”, isto é, de um partido que ele tem a capacidade de incorporar. (...) o prefeito de São Bento não apenas representa, mas é o seu partido. (1995: 35, grifos do autor)

Assim, se o governo estadual atrai os prefeitos, esses atraem os vereadores. Dessa articulação, apreende-se uma certa primazia do prefeito na esfera pública municipal, que não abrange somente o “seu partido”, mas engloba também a Câmara Municipal como esclarece o relato do vereador Gonçalves (PMDB): “o prefeito manda os projetos que passam pelas comissões, são analisados e aprovados”. Na Câmara Municipal de Colina D’Água, os vereadores se distribuem em quatro comissões, cada uma com presidente, relator e membro. Aqueles da *situação* participam de mais de uma comissão, mudando apenas a sua função. Desse modo, os projetos são enviados pelo

prefeito, redistribuídos pelo presidente da Câmara para a comissão de competência e, usualmente, são aprovados.

Chaves relata situação semelhante em Buritis (MG):

Exercendo o vereador o papel de intermediário de demandas, caso ele deseje ter seus pleitos atendidos precisa dar apoio incondicional ao prefeito. (...) Ilustrativa do tipo de relação entre os poderes foi a frase proferida por um suplente da oposição recém empossado em substituição ao correligionário que insistira em manter uma postura oposicionista: “caititu fora do bando vira comida de onça” (2003: 75).

Nessa dinâmica política, o vereador oposicionista tende a ser “comida de onça”. Essa metáfora denota que a posição do prefeito se sobrepõe à dos vereadores, uma relação que se configura nos termos de uma complementaridade assimétrica e tende a ser experienciada como muito superior. No entanto, embora o prefeito obtenha maior poder de decisão, ele não se sustenta sozinho. As posições de vereador e prefeito são interdependentes e suas relações instáveis. Os vereadores podem optar pela *oposição* e se forem a maioria, o prefeito pode perder a sua primazia.

Desse modo, o processo de cassação (apresentado no capítulo II) foi instaurado quando o prefeito Lima (PFL) perdeu sua base de apoio ao serem rompidos os vínculos com a maioria dos vereadores. A inversão hierárquica ocorrida nesse processo, demonstra as possibilidades inscritas na relação de dependência mútua entre vereadores e prefeito. Se o prefeito tende a englobar os vereadores, em momentos de convergência de valores e interesses entre estes, pode haver o englobamento de contrários, nos termos de Dumont (1992).

Contudo, aquilo que no momento da cassação parecia insustentável: ter *gente de fora* comandando vários setores da administração pública, tornou a repetir-se. No entanto, na atual conjuntura, o prefeito fez alianças com sete vereadores e com o governador. Isso indica que “todos” entendem que “caititu for do bando vira comida de onça”.

A aliança do prefeito com o governador propicia uma maior interlocução entre eles. Entretanto, a comunicação entre ambos não se realiza de forma direta. A comunicação entre o prefeito e o governo do Estado, na solicitação de recursos para o município, é propiciada pelo deputado estadual. Ele é “um dos alicerces do município” (vereador Marcos Gonçalves, 2007). O espaço ocupado pelo deputado é o da mediação. O mediador “estabelece pontes e comunicação entre os universos pelos quais transita” (Kuschnir, 2005: 23). Nessa relação, o prefeito é um dos pólos. O outro, é o governador

e os órgãos da administração estadual. A mediação exercida pelo deputado estadual (que não é o foco nessa pesquisa) tem conteúdo distinto daquela exercida pelo vereador, conforme veremos na próxima seção.

Nesse entrelaçamento entre os diferentes níveis e instâncias do poder público, os candidatos a cargos eletivos não fazem uma campanha individual. No período eleitoral, a campanha de um candidato municipal também é a propaganda dos candidatos que o apoiam (e que são apoiados por ele) nos três níveis de governo. Para Chaves, a lógica desse mecanismo se encontra “na dependência mútua que circunscreve as relações entre o legislativo e o executivo a cada nível da esfera política”(2003: 126).

A primazia do prefeito, na esfera municipal, pode ser depreendida também do fato de a nomeação dos ocupantes de cargos “de confiança” (sua prerrogativa institucional) ser de membros do seu grupo político, notadamente seus parentes. E serem estes, os diretores e chefias dos departamentos municipais. Desse modo, e não sem implicações, estar na *situação* ou na *oposição* se refere a uma postura política em relação ao prefeito, sendo o partido secundário – durante a pesquisa, dois vereadores membros do PMDB eram *oposição*, em vias de mudança de partido. A dependência mútua inscrita na relação entre esses poderes, tem como uma das implicações a tendência ao alinhamento dos vereadores ao prefeito (e deste ao governador). Esse alinhamento pode possibilitar aos vereadores acessar, sem muitos obstáculos, os serviços da administração pública local.

Em um plano, a dinâmica política local pode ser compreendida pela interdependência entre as diferentes esferas, cuja implicação mais importante é a tendência de alinhamento dos vereadores ao prefeito e destes, ao governo estadual. No entanto, essa interdependência não explica toda a dinâmica inscrita na política. É importante, portanto, introduzir um outro plano de consideração: o entrecruzamento entre os laços políticos e vínculos de outra natureza, como o parentesco e a vizinhança, que também podem ser, conforme a circunstância, políticos.

5.2 Mediação Política: a lógica da política e o Bolsa Família em Colina D'Água

Estar na *situação* possibilita ao vereador maior probabilidade de acessar os bens públicos e redistribuí-los. Isso significa transitar pelos departamentos da prefeitura na alocação dos recursos disponíveis e também de obter preferência quando da sua solicitação de serviços públicos. A citação abaixo denota qual seria na concepção local, o âmbito de atuação do vereador:

O povo tem gostado do meu mandato, eu cuido das ruas, mando colocar pedrinhas para não embarrear, a *patrola* vai no bairro [Laranjeira] quando precisa (Vereador Tiago Dias, 2007).

O entendimento de que o cuidado das estradas é da competência do político está em consonância com a percepção local de que elas são uma prioridade (cf. capítulo II). Portanto, mandar *patrolar* as ruas, i.e., passar a máquina para aplainar as ruas principais com certa frequência, trabalho que é feito por um funcionário da prefeitura, é uma das atribuições políticas do vereador. A manutenção das ruas tornou-se um ponto socialmente relevante para o reconhecimento de quem seria um “bom político”, o que denota o entendimento de que sem a política não haveria conservação das estradas.

Desse modo, o vereador torna-se como um “mediador por constituir uma ponte entre o poder público, ou melhor, entre os bens e serviços públicos e os eleitores” (Chaves, 2001: 222). No entanto, o trânsito do político pela administração pública tende a ser percebido como uma ‘ação política’ ilegítima por algumas das funcionárias municipais no DAS (elas mesmas tendo tido acesso a seus cargos por meio de vínculos políticos), conforme explicita a fala abaixo.

Na época do Natal fiz ofício pedindo auxílio para várias entidades de Curitiba. Recebi brinquedos, roupas, cestas básicas, e quem os distribuíram foram os vereadores. Eles vêm buscar as doações e dizem que foram eles que as conseguiram. Diz para a família que foi muito difícil conseguir, mas com muito esforço conseguiu. E consegue o voto desse jeito.

Assim, o trabalho realizado por esse órgão, que visa a demanda socio-assistencial da população, tende a ser apropriado pelo político, como se fosse dele os bens redistribuídos. A ação do político produz certa tensão no departamento, pois pode interferir na prerrogativa deste, que teria autonomia para definir as prioridades na redistribuição dos bens públicos. No entanto, essa tensão não é percebida a partir de

uma concepção de gestão técnica ausente de uma influência política.¹⁰⁴ Ela se aproxima mais a uma percepção de desconsideração (Cardoso de Oliveira, 2002), é pelo não reconhecimento explícito do político junto às famílias, do trabalho realizado pelo DAS na arrecadação dos bens redistribuídos por ele.

Na perspectiva local, quando se diz que “tudo é política”, como foi classificada a retirada do *contraturno* do PETI da escola municipal no Bairro Machado (cf. capítulo IV), essa situação foi apreendida pela lógica da política. Essa lógica introduz, pela ‘ação política’, uma diferenciação que se refere às relações políticas locais.

Em abril de 2006, um segmento de *pequenos produtores*, moradores de uma *localidade* no Bairro Gramado, foi ao DAS com o intuito de saber por quê não havia sido feita a instalação da energia elétrica em suas casas. Eles se sentiam ultrajados, desconsiderados, por não terem sido incluídos no Programa Federal Luz para Todos,¹⁰⁵ ao contrário de bairros vizinhos. Embora este grupo (seis pessoas) tivesse feito os trâmites necessários para a instalação da energia elétrica, esta não foi instalada em sua propriedade. Segundo a explicação da funcionária municipal para o grupo, “houve envolvimento político [de vereadores] e por isso alguns bairros não foram contemplados”. Essa afirmação desloca a política do âmbito do órgão municipal projetando-a para o exterior. No entanto, foi a esse órgão que o grupo se dirigiu para preencher a solicitação da energia elétrica, assim como para saber do motivo de sua negativa. Os agricultores entenderam como da responsabilidade do DAS tal resultado, contudo, a resposta da funcionária se fez plausível para eles.

O reconhecimento social de que o político atende a sua *região* (bairro) em detrimento de outras, mesmo na redistribuição de bens públicos que poderiam ser universalizados, influenciou na construção da representação de que “tudo é política”. Essa representação se tornou explicativa de um amplo conjunto de ‘ações políticas’. Outro exemplo, foi dado por uma professora municipal. Moradora na sede, ela

¹⁰⁴ Para uma análise que problematiza a política na gestão e a gestão sem política na implementação de uma política pública na Argentina, ver Schavelzon (2006).

¹⁰⁵ Em 2004, o governo federal criou o Programa Luz para Todos com o objetivo de levar energia elétrica à população rural; 90% das famílias atendidas possuíam renda domiciliar inferior a três salários mínimos, conforme informações no site www.eletrobrás.gov.br. Esse programa foi citado por muitos moradores em bairros rurais. A instalação da energia elétrica tem propiciado uma revolução no interior da casa. Não apenas no sentido do uso de eletrodomésticos e/ou eletro-eletrônicos, mas também pela clareza proporcionada pela lâmpada durante a noite. Com a luz elétrica, mudou a forma de circular dentro do próprio ambiente. Antes, a iluminação era fornecida pelas pequenas lamparinas abastecidas com querosene. Isso demandava todo um trabalho de manutenção, de estoque de querosene e da limpeza do utensílio e andar pela casa à noite era sempre acompanhado pela pequena lamparina.

presenciou a agência local fazer a instalação do encanamento de água na casa do seu vizinho, mas não na sua, e em sua explicação o motivo foi por estar “do outro lado”.

Assim, a lógica da ‘ação política’ se refere não só a *região*, mas a “lados”, a posições políticas. Nesse sentido, em Buritis (MG), houve “a recusa de socorro prestado pela ambulância da prefeitura a uma parturiente como sanção negativa por sua conduta durante a campanha [eleitoral]: ela havia destratado o então candidato”, (Chaves, 2003: 63).

Consoante Lanna (1995), a lógica da dádiva e da aliança fundamenta e organiza a distribuição dos bens públicos. Assim,

É esta lógica que governa a distribuição de água (seja ela gratuita, “por intermédio do prefeito”, ou não), o aluguel ou empréstimos de tratores (sejam eles da prefeitura ou não) etc. É também essa lógica que rege o comportamento do prefeito de São Bento, esteja ele lidando com bens públicos ou particulares. Isto é, há um uso particular do bem público e um uso público – não sem recompensas – de bens particulares. Por exemplo, depois das chuvas de março, “o trator do prefeito” (como todos se referem aos três tratores do município) prepara a terra de pequenos proprietários. Claro que tem preferência a terra dos correligionários, dos eleitores que “votaram com ele” e “com seus candidatos” (1995: 35).

Essa circulação de dons em circuitos específicos é percebida em Colina sob o signo “tudo é política”. Como apresentado nesses diferentes exemplos, a lógica implícita é a mesma: tanto uma situação indesejada que permanece – como a não instalação da energia elétrica e da água -, quanto uma mudança indesejada – como a transferência do contraturno do PETI -, ou uma mudança percebida em sua positividade - como a redistribuição de bens públicos e a manutenção das estradas -, são situações apreendidas sob a classificação “tudo é política”. Assim, a política é percebida em Colina D’Água como aquilo que introduz uma diferenciação na vida social. Essa diferenciação pode ser experienciada tanto na persistência de uma situação indesejada e concebida como possível de resolução pelo poder público municipal, como em uma mudança percebida como negativa ou positiva.

Orientado pela perspectiva de que “tudo é política”, o Sr. João Ramos solicitou uma escola para o bairro onde mora. Ele e sua esposa, ambos aposentados, não foram alfabetizados. Ele atribuiu a si a responsabilidade de viabilizar a construção desta escola. O seu relato é expressivo tanto do ponto de vista de uma motivação pensada como individual quanto da sua interlocução com o poder público.

Quando Jardim Clara passou a município [1993], o lugar tinha muitas crianças analfabetas, alguns com 16 anos, já estavam passando da hora de irem para a escola. Então eu resolvi pedir uma escola para o novo prefeito, visitei cada família da região para ver quantas crianças tinham, deu 22 crianças na época. Passei o nome das crianças para o vereador da região, o Heitor Carvalho, esta região pertence a ele. O tempo foi passando, eu ia na Câmara Municipal para ver se saía a escola e o Heitor dizia que estavam resolvendo. Fiquei sabendo que o Heitor brigou com o prefeito. Peguei a solicitação da escola da mão do Heitor e entreguei na mão do vereador Rogério Cardoso [bairro Brejinho] com a intenção de resolver logo. Fui várias vezes no gabinete do prefeito Túlio pedir a escola. Um dia, cheguei na Câmara Municipal no final da sessão e fui falar com os vereadores e disse que ia levar o nome das crianças para o Ministério da Educação. Me falaram para ter calma que haviam discutido naquele dia sobre o grupo escolar e ia sair, então eu disse: quando? me diga quando vai sair, quero uma data para o início da construção e ele (Rogério Cardoso) marcou o prazo para chegar a madeira e antes do prazo dado por ele entregaram o material. O Rogério veio para ver o local onde a escola ia ser construída. Depois de dois anos da solicitação saiu a escola. Não passava carro na estrada, eu baldeava o material, dei madeira, ajudei na construção, dei comida para os carpinteiros. Achava a falta que sentia a leitura e não podia passar isso para os outros. O prefeito fez, mas com muita luta. [...] tinha dias que as crianças ficavam 15 até 20 dias sem a merenda. Eu ia na prefeitura brigava e buscava a merenda, vem o dinheiro para comprar a merenda. Agora vem bastante [merenda] de chegar a vencer. (Sr. Ramos, 2006)

A relação do Sr. Ramos com os políticos, nessa conjuntura, teve o sentido de buscar a alfabetização para as crianças do bairro. Com uma demanda social específica, ele não ficou preso aos possíveis vínculos de lealdade política com o vereador Carvalho. Sua ação pode ser comparada à da troca de partidos e alinhamentos por políticos e à articulação feita pelo governador. Pois este, conforme já nos falou o vereador Carvalho, “tirou o partido [PMDB] da nossa mão e colocou na mão do prefeito”. Do mesmo modo, o Sr. Ramos retirou a solicitação da escola da “mão” do vereador da *região* e a colocou na “mão” de outro. Em seu entendimento, o conflito entre Heitor Carvalho e o prefeito poderia prejudicar sua petição e, ao entender que ele não teria condições de viabilizar a construção da escola, “trocou” de vereador. A sua mediação bem sucedida pode ser apreendida no fato de a merenda no bairro onde mora “chegar a vencer”. Diferentemente, no bairro Machado muitas vezes falta a merenda (cf. capítulo IV). Na percepção nativa a ação do Sr. Ramos não se configura nos mesmos termos de uma ‘ação política’. Esta, foi realizada pelo poder público local na construção da escola.

Quando qualquer ação tende a ser compreendida no registro da política, ela pode produzir conflitos. Os segmentos que ficaram “de fora” a significam como seletora e excludente, como as percepções de Tereza e Marta, cujas citações estão no início deste capítulo. Vimos também no capítulo III, como a concessão dos *benefícios* do Programa Bolsa Família pode ser percebida, em algumas situações, como seletiva. A tabela 7 (capítulo III), evidencia o que é tido como seleção: receber a *renda mínima* famílias com um filho ou nenhum, em detrimento de possíveis famílias com maior número de

filhos pequenos. Essa percepção é ressaltada quando quem vai receber o *benefício* do programa federal, em alguns casos, é o vereador ou um membro da sua família.

No bairro onde o político mora, ele (ou um membro de sua família) pode tornar-se o receptor do *benefício* porque possui veículo. Durante a pesquisa, algumas das receptoras do Bolsa Família relataram suas dificuldades em receber o *benefício* devido ao fato de o ônibus que faz o percurso até a sede municipal não passar próximo das suas casas. Com isso, preferiam “deixar” o cartão com o vereador “fulano”. O fato de haver um único terminal da CEF no município, propicia que a família beneficiária também acione mecanismos de forma a facilitar deslocamentos. Essa proximidade entre beneficiário e político, em um município onde a maioria das pessoas se conhecem, corrobora e endossa a percepção local de que a concessão do *benefício* do Bolsa Família sugere critérios políticos e, portanto, quem o recebe de modo percebido como indevido deve ter obtido por intermédio de um político.

Nesse sentido, o Bolsa Família é percebido como estando inscrito num circuito que conecta políticos, DAS e beneficiário, por aqueles que fizeram o cadastramento, mas não foram incluídos nesse programa. Com isso, tudo se passa como se o trabalho executado no DAS fosse uma extensão do âmbito da política. Ao conceber o DAS como *locus* da ‘ação política’, uma senhora, que teve o seu cartão do Bolsa Família bloqueado por não cumprir as *contrapartidas*, as retomou e o DAS fez as alterações necessárias e as notificações à SENARC para desbloquear o cartão; entretanto, a liberação não foi imediata e a senhora solicitou ao “seu” vereador que intervisse junto ao DAS,¹⁰⁶ conforme fala abaixo, o que suscitou indignação das funcionárias do departamento:

A mulher falou com o vereador “fulano” e ele veio aqui e disse que se não resolvesse ia pegar mal pra ele que já tinha empenhado a palavra. Eu disse que não era eu que liberava que tinha que esperar. No próximo pagamento o benefício foi liberado e a mulher foi agradecer ao vereador e ele veio me agradecer por ter resolvido o problema pra ele.

Esse relato foi feito pela funcionária para exemplificar as pressões que sofre no exercício de sua função e também por indignar-se pelo que considerou “falta de reconhecimento do trabalho da gente”. Segundo ela, para a senhora tudo ficou como se o vereador realmente tivesse autoridade para decidir sobre a liberação do cartão. A falta de *reconhecimento*, conforme interpretação dessa funcionária, pode ser aproximada à noção de desconsideração como formulada por Cardoso de Oliveira (2002). A

¹⁰⁶ Nota-se nesse exemplo a percepção da política em sua positividade. Para a senhora, os trâmites burocráticos dependem de intervenções políticas.

desconsideração revela um insulto moral que se apresenta “quando a identidade do interlocutor é indisfarçavelmente, e por vezes incisivamente, não reconhecida” (2002: 110). Na situação descrita acima, o insulto moral se revelou na descrença da beneficiária de que a funcionária municipal resolveria o seu problema. E por isso, a senhora que tivera seu *benefício* suspenso pediu que o político interviesse junto ao órgão público.

Embora o cadastramento do Bolsa Família esteja menos sujeito à ‘ação política’, o político, ao tentar se interpor na dinâmica de sua operacionalização, orienta a construção de representações junto aos recebedores e potenciais recebedores da política social e, desse modo, ele *empenha a palavra*. Esse *empenho*, conforme a fala da funcionária municipal acima, teve como premissa a confiança dele na execução do trabalho dela e não em sua própria competência. Desse modo, o desbloqueio do cartão do Bolsa Família, que é parte da rotina burocrática do DAS, foi percebido pelo vereador como uma prestação da funcionária municipal a ele, assim como, a senhora que teve o benefício bloqueado percebeu sua liberação como uma contraprestação do vereador à ela. Assim, o fato de o político ter-se dirigido ao DAS com uma solicitação, e ainda que sua ação não tivesse tido efeitos práticos, pois pode-se dizer que sua solicitação não foi atendida, ela foi significada de forma distinta pelos envolvidos na situação.

As ações concretizadas no cotidiano pelo político podem ser percebidas localmente como prestações e/ou contraprestações. Esse é um dos mecanismos de alimentação dos laços com o segmento de pertencimento ou de construção de novos vínculos.

Considerando as variáveis que possibilitam a eleição de um vereador, como os votos na legenda e a aceitação da candidatura pelas instâncias competentes, há um fator que torna uma pessoa um candidato em potencial em Colina D’Água. Conforme informações de um morador, do atual quadro legislativo, cinco vereadores foram funcionários públicos na função de motorista e os três novos candidatos eleitos em 2004, foram motoristas - um desses vereadores é filho do primeiro vice-prefeito de Colina D’Água. A narrativa de um vereador, em seu primeiro mandato, possibilita compreender essa recorrência: “A política local é levar e trazer as pessoas dos hospitais. Ajudar. Como manter um posto de saúde nos bairros? Fazer o prédio é fácil, difícil é manter a estrutura”.

O contato com a população em momentos de urgência, viabilizado pelo veículo público (ou particular), muitas vezes aliado a uma postura do motorista que possibilite o seu ato ser apreendido como uma prestação diferenciada da lógica da política, projeta na pessoa do motorista o modelo ideal de político, abrindo possibilidades para sua candidatura. Assim, uma ação, tornada emblemática pela emergência da situação, pode construir um vínculo de lealdade que tende a ser percebido como permanente, pois transcende a codificação de uma ‘ação política’.

O relato da funcionária de um estabelecimento comercial, cujo empregador é um vereador, ao dizer que não muda seu voto que é de um outro vereador, esclarece o que seria na percepção nativa, a ação de um político que não é lida sob a ótica da política.

A gente estava em frente ao armazém, eu vi o carro vindo mas não consegui me mexer. Meu filho de dois anos estava brincando na calçada e o carro veio e pegou ele, atropelou. O “fulano” veio na hora e levou ele pro hospital. Acho que ele fez em trinta minutos o caminho de mais de uma hora. Eu gritava tanto com aquele homem que achei que ele nunca mais olhava na minha cara. Meu filho não agüentou e morreu, mas eu nunca esqueço o que ele fez pela gente. Lá em casa todo mundo vota nele (Elisa Host, 2007).

Essa prestação construiu um vínculo sólido de afetividade entre a senhora e o político e transcende aquele construído na sua relação com o patrão. Isso indica que, ao se registrar a ação como distinta de uma ‘ação política’, a pessoa se percebe como reconhecida em seu valor humano. Não como um valor transcendental e abstrato, mas, como na perspectiva maussiana, de homem concreto de uma dada sociedade e inscrito em um círculo de relações. Nessa perspectiva, o político não levou os eleitores para um hospital e sim pessoas. Exterior a lógica da política, as relações são percebidas como de reconhecimento moral. Ambos os lados se aproximam e partilham de um mesmo movimento. Corrobora para essa percepção o relato do vereador Gonçalves,

O que motiva é ver as necessidades das pessoas e poder ajudar. Tô ajudando alguém, tem muita gente que acha que é troca.¹⁰⁷ O promotor do município-mãe chamou os vereadores e disse que não pode puxar o povo.¹⁰⁸ Mas tem pessoa que precisa ir, deficiente. Como eu não vou ajudar? Como não fazer isso? Mas eu, é a necessidade da população, maior é tá ajudando a pessoa. Tem dia que 10, 12, 15 pessoas procura a gente. [...] Em 1994 vim para cá [era funcionário na prefeitura do município-mãe] já foi trabalhando na máquina, fazendo a manutenção das estradas com a retroescavadeira. Fazia serviço pro pessoal, na hora do almoço não descansava; e a partir daí que o pessoal começou a incentivar para me candidatar (Vereador Gonçalves, 2007).

¹⁰⁷ Note-se nessa frase que a noção de troca tem conotação de “favor”.

¹⁰⁸ “Puxar” significa transportar as pessoas.

A prestação classificada como *ajuda* é percebida como a outra face da ‘ação política’. Ela constrói um vínculo de lealdade e afetividade duradouro. Assim, o ato de um político pode ser registrado em dois códigos: da *ajuda* ou da política. A lógica da política denota o privilégio do receptor, entretanto, privilégio numa relação onde fica-se devendo *obrigação*, conforme pode ser depreendida da seguinte citação:

O “fulano” é o nosso candidato, voto aqui ele sempre tem. Às vezes nós repartimos [o voto] quando temos obrigação. A gente que é pobre precisa do vereador, do prefeito. Se eu precisar de uma viagem, muitas vezes surge uma necessidade de ir pro município-mãe, não tem dinheiro, bastante coisa ele sempre socorre. (Dona Durvalina Corrêa, 2007)

A *obrigação* se constrói pela prestação experienciada como diferenciada de uma *ajuda* e, diferentemente do vínculo de lealdade e afetividade, a *obrigação* pode ser repartida: dividem-se os votos na família. A coerção moral de que é imbuído um ato percebido como *ajuda* se sobrepõe à percepção local de *obrigação*. Esse fenômeno parece demonstrar que o serviço público prestado pela prefeitura pode ser apreendido pela população, em determinadas situações, como *ajuda* pessoal.

E assim como nem todo motorista que se candidata se elege, nem todo motorista será candidato. Vimos, no capítulo I, que Fernando Lima (prefeito cassado) é o atual diretor do Departamento de Transporte. Relacionando esse dado com a importância da função de motorista no contexto etnográfico, podemos sugerir que Fernando Lima atualmente chefia um dos órgãos públicos de maior prestígio no município. Ele tem autoridade para definir quais bairros serão atendidos e quem vai aos bairros com os veículos públicos. Fernando Lima mantém, dessa forma, sua conexão com os bairros e também o seu prestígio. O detentor deste cargo pode orientar na definição dos futuros candidatos a vereador.

No capítulo III, vimos que as funcionárias municipais tiveram acesso ao cargo público por meio de indicações políticas e, no capítulo II, vimos que o atual prefeito também é funcionário municipal; todos eles pertencentes a uma rede de parentesco com alianças políticas. Desse modo, o fato de alguns vereadores terem sido (serem) motoristas municipais, indica que eles pertenciam a uma rede de parentesco aliada a um grupo político antes de suas candidaturas e também antes de assumirem suas funções na prefeitura.

No entanto, o político recém eleito pode não conseguir atualizar, em sua gestão, os vínculos de lealdade ou *obrigação* com os seus potenciais eleitores. Pois, se

encontrar obstáculos no acesso aos recursos na administração pública (dada uma possível precedência dos vereadores “permanentes” na alocação de tais recursos) ou por suas ações não se apresentarem como *ajuda* em casos emblemáticos, ele pode ter o voto dividido na casa do eleitor, dificultando sua reeleição. De outro lado, o fenômeno dos vereadores praticamente fixos na Câmara Municipal, indica que estes possuem como base social de sustentação uma sólida rede de parentesco e de vizinhança (articulada, muitas vezes, com pertencimento religioso). Concomitantemente a essa base, há aquela política, dada pelo pertencimento a um segmento político, quase sempre na *situação*.

O vereador constitui-se como mediador na relação da população com os órgãos municipais. Porém, sua mediação diferencia-se daquela exercida pelo deputado estadual. O deputado estadual propicia uma comunicação entre esferas em níveis hierárquicos diferenciados e, também, de linguagens diferenciadas (a prefeitura e o Estado). Embora ele seja percebido como um “alicerce”, o governador torna-se, nessa relação, o personagem principal. Já o vereador, torna-se como o personagem principal na relação bairro prefeitura. E isso pode ser percebido em sua intermediação ao receber, em alguns casos, o *benefício* do Bolsa Família, ao “puxar o povo”. E o prefeito, *gente de fora*, vem poucas vezes na semana ao município.

O programa Bolsa Família, embora formalmente menos aberto a intervenções locais devido a sua sistematização, não está imune à dinâmica política local. Pois a nomeação da Coordenadora do Bolsa Família seguiu critérios políticos e os vereadores procuram se interpor como mediadores junto ao DAS na execução local desse programa, ainda que em termos simbólicos. O governo federal, embora tenha construído, para a operacionalização local do Bolsa Família, mecanismos que viabilizassem uma relação formalmente impessoal entre a agência municipal e o segmento potencial recebedor, a forma de cadastramento face-a-face inverte o sinal da relação, de um distanciamento para uma proximidade. E embora o pagamento do *benefício* seja efetivado via agência bancária, o fato de só haver um caixa eletrônico da CEF no município possibilita que beneficiárias acionem intermediários para recebê-lo, tendo em vista a distância das suas moradias à sede. O cartão do Bolsa Família que o vereador e a comerciante guardam é emblema desta relação.

Portanto, sem desconsiderar o espaço da burocracia que se articula e se prende aos procedimentos legais na operacionalização local do Bolsa Família, a veiculação de símbolos políticos junto a beneficiários possibilita que esse programa seja apreendido a partir de significados e valores locais. É desse modo que algumas das famílias incluídas

no Bolsa Família podem ser percebidas por outros moradores, especialmente aqueles que não obtiveram o benefício, como privilegiadas.

Vimos no início deste capítulo que o Bolsa Família é percebido pelos beneficiários como uma “grande ajuda”. E como tentamos mostrar neste trabalho, os recebedores estão envolvidos em uma complexidade de vínculos que dizem respeito as redes locais, como a família, o parentesco e segmentos políticos. Nesse contexto, esse complexo imbricamento de vínculos de pertencimento entre segmentos sociais constrói obrigações e estas, tendem a ser diferenciadas como mais ou menos coercitivas. Portanto, o Bolsa Família tende a ser apreendido em sua proximidade com os vínculos construídos localmente. E a obrigatoriedade das *contrapartidas* pelos beneficiários é parte de um fluxo local de obrigações cuja conexão com o plano federal se dá sempre com a mediação de outros circuitos de relações, de diferentes escalas de abrangência.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, apresentamos as implicações, repercussões e significações engendradas pela implantação do Programa Bolsa Família em um contexto específico. Portanto, à guisa de conclusão, a partir do fragmento da realidade que aqui descrevemos e analisamos, vamos articular as noções de família oriundas do âmbito estatal e as que a pesquisa permitiu identificar no contexto etnográfico.

Em Colina D'Água, o parentesco tende a englobar as relações econômicas, políticas e as que envolvem a administração pública, bem como sustenta as noções morais. Entretanto, embora tenha centralidade, ele recebe inflexões também dessas vertentes, como vimos na descrição do processo de reestruturação fundiária na região; nos procedimentos burocráticos da administração pública, também pautados pela legitimidade da norma; e na 'ação política' que, a partir da lógica mais geral das relações entre diferentes esferas e instâncias políticas, introduz diferenciações no plano social. Nessas inflexões, o parentesco ora cede espaço, como na reestruturação fundiária e na operacionalização local do Programa Bolsa Família, embasada em normatizações federais. Ora ganha espaço, como na contratação preferencial de parentes como trabalhadores para as florestas de pinus e na prefeitura e, também, na nomeação da funcionária para a gestão do programa federal localmente, embora essa nomeação tenha tido também como orientação uma norma federal.

Em Colina D'Água, a unidade social é o núcleo familiar, o grupo doméstico. Entretanto, sua concepção de família não se limita ao interior desse núcleo. A família é experienciada localmente de múltiplas formas. Nos bairros rurais, as relações sociais são articuladas em laços de parentesco e de vizinhança. Os moradores se segmentam pelas orientações políticas, religiosas e familiares. No âmbito do parentesco, quando essa segmentação introduz uma diferenciação expressa em termos de "nós" e os "outros", ela pode ser concretizada política e sociologicamente no plano territorial, como visto no capítulo IV, com as noções de *sítio*, *localidade* e bairro.

Tendo como substrato o território do bairro, os seus moradores se constituem como uma espécie de família em relação aos demais bairros, ainda que com estes tenham também múltiplos vínculos de pertencimento. Nessa configuração, a concepção

de família fornece o modelo para o bairro em sua relação com os demais bairros e para o próprio município em relação aos municípios limítrofes.

Relações de diferentes ordens conectam Colina aos municípios limítrofes, de modo especial ao município-mãe. Esse município continua a ter uma ascendência em Colina D'Água. De quatro eleições municipais realizadas até hoje em Colina, em três elegeram-se como prefeitos, políticos que moram no município-mãe. Assim, parece, um “parentesco” liga moradores de ambos os municípios e se realiza sociologicamente no plano político. Essa realização se sobrepõe à tendência de diferenciação entre “do lugar” (Colina) e “de fora” (município-mãe), que emergiu de forma significativa no âmbito do poder público de Colina. Essa diferenciação, dada uma conjuntura propícia aos “do lugar”, pode ser apreendida nas versões sobre a cassação do prefeito Fernando Lima, “de fora”, como visto no capítulo II. Do mesmo modo, a conexão moral entre ambos os municípios possibilitou, em nova eleição, a legitimação do prefeito “de fora” na administração pública de Colina. Corrobora para fundamentar este “parentesco”, o fato de, nas eleições de 2004, a maioria dos vereadores estar alinhada ao candidato a prefeito apoiado pelo governador e, ainda assim, ter sido eleito o candidato apoiado pelo prefeito cassado, praticamente sem apoio político institucional.

Vimos no capítulo 4, que nos bairros rurais uma diferenciação entre famílias pode se concretizar no plano territorial. Do mesmo modo, uma diferenciação entre o então distrito de Pinheiros e o município-mãe se expressou nesse mesmo plano, embora esse processo tenha se efetivado de forma distinta (ver capítulo II). Porém, isso não impediu uma identificação em outros níveis, como no plano moral e político. Nessa configuração, a administração pública em Colina é englobada pelo parentesco, por relações entre famílias.

A linguagem do parentesco permite a conexão de várias dimensões da vida no contexto etnográfico. Não obstante, a centralidade dessa linguagem permite também a diferenciação, a hierarquização e a segmentação em distintos âmbitos e níveis da realidade local. Como apresentamos no capítulo II, a partir da análise do processo de cassação, na diferenciação entre os “do lugar” e “de fora”. No capítulo III, na relação conflituosa entre duas funcionárias do Departamento de Ação Social, a partir de uma hierarquização dada de um lado, pelo parentesco e, de outro lado, pelo diploma; e também do entendimento dos moradores de que há famílias que *precisam* mais e outras que *não precisam* do benefício. No capítulo IV, na subdivisão dos bairros em

localidades e, no capítulo V, na ação dos políticos direcionada a redes de pertencimentos políticos e de parentesco.

Nesse contexto, os universos estatal e social se interpenetram e se influenciam mutuamente. As normas federais prescritas para a operacionalização do Bolsa Família recebe uma inflexão no âmbito da administração pública local e, novamente, na relação entre o DAS e os recebedores (reais ou potenciais). Do mesmo modo, há uma inflexão na dinâmica dos grupos domésticos incluídos no programa federal, dada pelas *contrapartidas*.

Na construção dos critérios para a inclusão do segmento potencialmente beneficiário no programa Bolsa Família, o governo federal diferenciou os grupos domésticos em duas categorias: em situação de *extrema pobreza* - qualquer configuração nuclear com renda domiciliar *per capita* de até sessenta reais - e de *pobreza* - renda domiciliar *per capita* de sessenta reais e um centavo a cento e vinte reais e que possuem no domicílio gestantes, nutrizes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos. Desse modo, para o segmento delimitado pelo eixo da *pobreza*, o governo federal diferenciou ainda, os membros do grupo doméstico em quatro categorias de potenciais beneficiários: crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes. Ele delimitou também o número desses potenciais beneficiários no interior do grupo doméstico recebedor, três por núcleo familiar, e colocou a mulher como referência para o recebimento e administração dos recursos do Bolsa Família. Nessa concepção de família, acentua-se a individualidade dos membros do núcleo familiar.

Em Colina, a família está envolvida e se define por um amplo conjunto de relações, de prestações e contraprestações, que transcendem as relações próprias do grupo doméstico. E em cuja vizinhança ela possui laços de consangüinidade e afinidade. Assim, o fato de a mãe direcionar o *benefício* para as necessidades das crianças denota o reconhecimento da hierarquia no interior do núcleo familiar. Implica em reconhecer a prerrogativa do pai, e não do Estado, em manter a economia da casa. Desse modo, não se diminui a responsabilidade dos adultos na cooperação da economia doméstica. O recurso federal, exterior às relações de trabalho, foi imbuído de um significado particular: ele é uma *ajuda* do governo federal direcionada à criança.

A *renda mínima* contribui com a economia doméstica, pois as mulheres usam o recurso federal para adquirir bens de consumo que possam estar faltando no momento do seu recebimento ou mesmo compras planejadas que tenham como foco o bem-estar do grupo doméstico. Entretanto, simbolicamente, esta renda é especificamente “para as

coisas das crianças”, ela foi separada da renda do trabalho assalariado e da terra. Com isso, a *renda mínima* tem como centralidade auxiliar nas necessidades infantis, pois as crianças não possuem condições de fazer sua própria renda.

Desse modo, entende-se que as famílias maiores (que têm mais filhos) *precisam* mais do *benefício* federal (cf. capítulos III e V). O fundamento desse argumento é uma noção moral e política local do “merecimento”. Nesse sentido, as famílias rediscutem o estatuto do programa - o *benefício* é para as crianças - e colocam critérios locais. O *benefício* do Bolsa Família, direcionado pelo governo federal para a alimentação do núcleo familiar, foi interpretado como da e para a criança. Essa associação pode ter tido como orientação as regras de inclusão dos programas *remanescentes* e as *contrapartidas* (ver capítulos I e III). Entretanto, nesse contexto filhos também são denominados “famílias”. Portanto, a família inscrita no “Bolsa Família” tende a ser lida localmente pelos moradores, como os filhos na família. E, assim, pode-se definir que o Bolsa Família é para os filhos, pois estes são potencialmente uma “família”. Nessa perspectiva, a individualidade de cada membro é deslocada ao se projetar nele, um referente de família. As mães/mulheres construíram, dessa forma, mecanismos que possibilitam a continuidade do modelo local de família.

As *contrapartidas* do programa referentes à instituição de saúde têm como signo a relação materno-infantil. Assim, pelo menos em certo plano, essa relação, na perspectiva do governo federal, engloba a família. Do mesmo modo, a relação de ‘parentesco moral’ entre o município-mãe e Colina como “filho”, replica em um plano político uma concepção de família que tem a relação mãe-filho como englobadora da vida doméstica. Não obstante, no termo município-mãe a primazia dessa relação se expressa no espaço público. Assim a centralidade da hierarquia do homem nesses espaços não contradiz a centralidade da figura materna, em outro nível. Isso pode denotar que, pode ser a categoria mãe o termo englobador da categoria homem.

Em relação à instituição de ensino, as *contrapartidas* têm como foco o acesso e maior participação das crianças e adolescentes no sistema educacional. Entretanto, se o governo federal concebe individualmente os membros do grupo doméstico potencial beneficiário quando a referência é o *benefício* a ser destinado ao núcleo familiar, o mesmo não se verifica em relação ao cumprimento das *contrapartidas*. Se um dos seus membros, definidos como beneficiários, deixar de cumpri-las, independentemente de os demais as cumprirem, o *benefício* é bloqueado. Assim, se em um plano, o governo

federal os concebe individualmente, em outro, o grupo doméstico é apreendido por ele, em sua totalidade.

Vimos no capítulo IV, as dificuldades encontradas para freqüentar a escola no contexto rural de Colina D'Água. Desse modo, o saber local que poderia ser articulado com os saberes do sistema educacional tem sido, em certo sentido, deslocado ao dar espaço aos empreendimentos “inovadores”, juntamente com os senhores desse saber.

Historicamente no Brasil um segmento significativo da população ficou à margem das políticas públicas. Nessa configuração, a redistribuição da *renda mínima* pôde parecer a diversos analistas uma estratégia clientelista. Porém, consoante Otávio Velho (2006), principalmente no Norte e Nordeste do Brasil, onde está a maior concentração dos beneficiários do Bolsa Família, têm ocorrido mudanças significativas, com uma

(...) atividade intensa na produção e no comércio local, **novas iniciativas, uma nova dignidade**. Despercebidas das camadas médias das nossas metrópoles, transformações importantes vêm ocorrendo ainda que as **disparidades sociais permaneçam imensas**. (...) Esses programas não podem ser paternalistas: os agentes governamentais é que seguidamente têm que ‘correr atrás’ do que já vem ocorrendo (“Um imenso Grotão”. Folha de São Paulo, 31/10/2006, grifos nossos).

O contraponto para o argumento de Velho foi sua pesquisa entre agricultores na região do Sul do Pará há algumas décadas. A redistribuição, pelo governo federal, em moeda ao invés de gêneros alimentícios, abre novas possibilidades para os recebedores. Ao mesmo tempo, ela acentua o caráter das relações de mercado ao engendrar, de certa maneira, novas disposições de compras. No entanto, essas relações e disposições tendem a ser matizadas em contexto, como vimos no capítulo IV.

A política de *renda mínima* foi construída com o objetivo de atenuar a histórica, imensa e perversa dívida social brasileira. Pois, embora as instâncias governamentais arrecadem recursos, a partir de diversos mecanismos, com o pressuposto de redistribuí-los na forma de bens públicos, essa redistribuição tem sido, historicamente, bastante limitada. Um dos fatores dessa limitação decorre das trocas no âmbito do próprio Estado e entre seus aliados externos. Conforme ressalta Velho (2006: 2), a política de *renda mínima* envolve “um volume de recursos que nem de longe se aproxima daquele de que se beneficiam direta ou indiretamente os setores considerados avançados”.

A criação dos programas de *renda mínima* engendrou um sistema de trocas entre instituições governamentais de âmbitos distintos; entre estas e o conjunto de recebedores; entre os recebedores e seus diferentes interlocutores no contexto local. A

circulação de pessoas, de bens, de palavras e documentos dentro de circuitos específicos no interior desse sistema construiu novas realidades. No órgão municipal que operacionaliza o Bolsa Família, houve o alargamento de funções e também o deslocamento de atribuições e de hierarquias. Entre as famílias receptoras, tornou-se possível atender, em maior grau, algumas das necessidades infantis, mas não somente estas, intensificando suas relações com o comércio local. Em algumas situações, vereadores intermediam o recebimento do *benefício* e também tentam interferir na operacionalização do Bolsa Família e, assim, laços de lealdade política são produzidos e reproduzidos.

Na operacionalização do Programa Bolsa Família, embora haja as inflexões locais, a burocracia possui um espaço. Assim, como vimos no capítulo V, quando o vereador pediu à funcionária municipal que viabilizasse a liberação de um *benefício* bloqueado, ela sabia que não dependia totalmente dela, mas dos trâmites burocráticos prescritos pelo governo federal. Essa linguagem, diferenciada da linguagem do parentesco, de certo modo limita (mas pode não impedir) a ‘ação política’ na execução da política social.

No município de Colina (cf. capítulo V), a ‘ação política’ tende a ser direcionada para bairros e famílias com quem o político tenha laços múltiplos. As prestações e contraprestações que circulam nas redes de parentesco e políticas têm influenciado na permanência de um segmento político no poder público municipal. A lógica política local pode ser evidenciada na percepção nativa da política como produtora de diferenciações. A ‘ação política’ diferencia porque ela não é universalizável e a diferenciação é dada por princípios de reciprocidade.

Nesse contexto, o Bolsa Família é apreendido em sua proximidade com os vínculos construídos localmente. E a obrigatoriedade das *contrapartidas* pelos beneficiários é parte de um fluxo local de obrigações cuja conexão com o plano federal se dá sempre com a mediação de outros circuitos de relações, de diferentes escalas de abrangência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABÉLÈS, Marc. Anthropologie Politique de la Modernité. In. L' Homme. 1992
- BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Revista Brasileira de Ciências Sociais. In: Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Vol 15. Nº 42. 2000
- BEVILAQUA, Ciméa Barbato. Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas. In. CAMPOS. Revista de Antropologia Social. PPGAS/UFPR. Nº 3, Ano 2003
- BORGES, Antonádia Monteiro. Cadê o Asfalto? Atos de Governo e Crônica Política. In. CAMPOS. Revista de Antropologia Social. PPGAS/UFPR. Nº 2, Ano 2002
- BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. 5ª edição. Vozes: Petrópolis. 2003
- _____. Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia Cabila. Celta:Portugal. 2002
- CANDIDO, Antônio. Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. José Olympio: Rio de Janeiro. 1964
- CARDOSO OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. Direito legal e insulto moral. Dilemas da Cidadania no Brasil, no Quebec e EUA. Relume Dumará: Rio de Janeiro. 2002
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. São Paulo em Perspectiva. In: Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Vol 18. Nº 4. 2004
- CASTEL, Robert. As armadilhas da Exclusão. In. Lien Social et Politiques. RIAC. 1995
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Círculo do Livro S.A: São Paulo. 1980 [1946]
- CHAVES, Christine de Alencar. Festas da Política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis-MG). Relume Dumará: Rio de Janeiro. 2003
- _____. KUSCHNIR, Karina. 2000. O cotidiano da Política. In. CAMPOS. Revista de Antropologia Social. PPGAS/UFPR. Nº 1, 2001
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Pesquisas de Antropologia da Política. Cosac & Naify. 2003 [1974]
- DaMATTA, Roberto. A casa & a rua. 4ª ed. Guanabara: Rio de Janeiro. 1991
- _____. Carnavais, Malandros e Heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983
- DOUGLAS, Mary. Os Lele revisitados, 1987 acusações de feitiçaria à solta. Mana. Vol. 5, Nº 2. Rio de Janeiro. 1999. <www.scielo.org.br>

DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rocco: RJ. 1985.

_____. Homo hierarchicos. Edusp:SP.1992 [1966]

DURHAN. Eunice R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração em São Paulo. Perspectiva: São Paulo. 1973

ELIAS, Norbert e John L. Scotson. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Zahar:Rio de Janeiro. 2000

ESTUDOS AVANÇADOS 48. Lições da Pastoral da Criança. Entrevista com Zilda Arns Neumann. In: Estudos Avançados, número 48, volume 17. Universidade de São Paulo: São Paulo. 2003

EVANS -PRITCHARD,E.E. Os Nuer. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. Perspectiva: São Paulo.1978

GARCIA Jr., Afrânio Raul. Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1983

_____. O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Marco Zero: São Paulo. 1990

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Guanabara: Rio de Janeiro.1989 [1973]

GOLDMAN, Márcio . Segmentaridades e Movimentos Negros nas eleições de Ilhéus. Mana nº7. 2001. <www.scielo.org.br>

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Paz e Terra: Rio de Janeiro. 1979

IPARDES. Cadernos Estatístico do Município (...). 2006 <www.ipardes.gov.br>

HERZFELF. Michael. The Social Production of Indifference. Exploring the symbolic roots of western bureaucracy. Chicago: The University of Chicago Press. 1992

KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política: uma perspectiva brasileira. Oxford. 2005

LANNA. Marcos P.D. A dívida Divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro. Unicamp: Campinas. 1995

_____. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. In Revista de Sociologia e Política. Nº 14. Curitiba. 2000

LATOUR. Bruno. Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica. Editora 34: São Paulo.1997

LAVINAS, Lena. Programas de Garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras. Texto para discussão nº 596. IPEA: RJ. 1998

LÉVI-STRAUSS, Claude. A estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes. 1982.

_____. Introdução: A obra de Marcel Mauss. In Sociologia e Antropologia. Edusp: São Paulo. 1974

MAGNANI, José Guilherme. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº 49. São Paulo: Anpocs, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: Tema, Método e Objetivo desta Pesquisa. In. Argonautas do Pacífico Ocidental. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural. 1978 [1922]

_____. O problema do significado em linguagens primitivas. In. O Significado de Significado. Um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a Ciência do Simbolismo. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 1972

MARTINS, Paulo Henrique (org.). A dádiva entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Vozes: Petrópolis. 2002

MARQUES, Ana Claudia. Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Relume Dumará: Rio de Janeiro. 2002

MARQUES, Ana Claudia e Vilela, Jorge Mattar. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. Revista de Antropologia. Vol.48, nº 1. Junho de 2005. <www.scielo.org.br>

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In. Antropologia e Sociologia. Vol. II. Edusp: São Paulo. 1974.

MOURA, Margarida Maria. Os herdeiros da terra. Parentesco e herança numa área rural. Hucitec: São Paulo. 1978

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, Vértice: São Paulo. 1988

OLIVEIRA, Ricardo Costa. O silêncio dos vencedores. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná. Moinho do Verbo: Curitiba. 2001

POLANYI, Karl, A grande Transformação. As origens da nossa época. Campus: Rio de Janeiro. 1980 [1944]

PEIRANO, Marisa. This horrible time of papers: documentos e valores nacionais. In. Série Antropologia nº 312. UNB/DAN: Brasília. 2002

RAMOS, Jair de Souza. Poder tutelar e formação do Estado brasileiro: o Serviço de Povoamento do Solo Nacional 1907-1918. In. Gestar e Gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Relume Dumará: Rio de Janeiro. 2002

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*. Vol. 3. Nº 1. Rio de Janeiro. 1997a

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*. Vol. 3. Nº 1. Rio de Janeiro. 1997b

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2ª edição. Hucitec: São Paulo. 1984 [1978]

SANTOS, Judit Camilo. *Solidariedade: uma luta contra a fome*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Depto de Ciências Sociais. UFPR: Curitiba. 2004.

SCHAVELZON, Salvador. *Política na gestão e gestão sem política. uma etnografia sobre pensamento estatal, forma e conflito na implantação de uma política de moradia na cidade de Buenos Aires*. Dissertação de Mestrado. 369 pp. UFRJ/IFCS. Rio de Janeiro. 2006

SCOTT, Parry. *Gerações, comunidades e o Programa Saúde da Família: reprodução, disciplina e a simplificação administrativa*. In: *Família e Gerações*. FGV: Rio de Janeiro. 2006

TAVARES, Luís Almeida. *A dimensão sócio-espacial do rural brasileiro: os camponeses da microrregião de Cêro Azul, na Região Metropolitana de Curitiba – PR*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Biblioteca de Ciência e Tecnologia. Universidade Federal do Paraná: Curitiba. 2002

TEXEIRA, Carla Costa. *A honra da política. Decoro parlamentar e cassação de mandato no congresso Nacional (1949-1994)*. Relume-Dumará: Rio de Janeiro. 1998

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. In: *A criação de municípios após a Constituição de 1988*. Vol 17, Nº 48. São Paulo. 2002

VELHO, Guilherme Otávio. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Tempo: Rio de Janeiro. 1996;

_____. Um imenso Grotão. In: *Jornal Folha de São Paulo*, 31/10/2006.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 4ª edição. Vicentina: Curitiba. 1977

_____. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Vicentina: Curitiba. 1987

WEBER, Max. *Burocracia*. In: *Ensaio de Sociologia*. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 1968 [1946]

WOORTMANN, Ellen e Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. UNB:Brasília. 1997

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico. Editora UNB:Brasília. 1990

WOORTMANN, Klaas e WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e Chefia Feminina: Conceitos, contextos e circunstâncias. In. Série Antropologia nº 357. UNB/DAN: Brasília. 2004

ZAPATA, Laura. Una antropología de la Gratuidad: prácticas caritativas y políticas de asistencia social en la Argentina. In. CAMPOS. Revista de Antropologia Social. PPGAS/UFPR. Nº 5. Vol. 2. 2004

Atos normativos (Leis, Decretos, Portarias e Medidas Provisórias)

BRASIL. Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm

BRASIL. Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao “Auxílio Gás”. www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4102.htm

BRASIL. Lei Federal nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997. Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. Diário Oficial da União de 11 de Dezembro de 1997.

BRASIL. Lei Federal nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada a educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10.219.htm

BRASIL. Lei Federal nº 10.689, de 13 de junho de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA. www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10.689.htm

BRASIL. Lei Federal nº 10.836, 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10.836.htm

BRASIL. Portaria da Secretaria de Estado e Assistência Social nº 458, de 4 de outubro de 2001. Estabelece diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Republicado no Diário Oficial da União de 05 de abril de 2002.

BRASIL. Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nº 551, de 09 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Publicada no Diário Oficial da União nº 217, de 11 de novembro de 2005

BRASIL. Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nº 555, de 11 de novembro de 2005. Estabelece normas e procedimentos para a gestão de

benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Publicada no Diário Oficial da União nº 222, de 21 de novembro de 2005

BRASIL. Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nº 148, de 27 de abril de 2006. Estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa. Diário Oficial da União nº 81 de 28/04/2006. www.in.gov.br/materias

Jornais

Jornal Folha de São Paulo, de 1 de junho de 2006. <www.folha.uol.com.br>

Jornal eletrônico Em Questão, da Presidência da República., de 13 de novembro de 2005 <www.brasil.gov.br/emquestao>

Sítios

www.fomezero.gov.br

www.mds.gov.br

www.ibge.gov.br

[www.controlesocial.pr.gov.br/Perfil Municipal](http://www.controlesocial.pr.gov.br/PerfilMunicipal)

www.eletronbras.gov.br

www.senado.gov.br

ANEXO**Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo
Federal**